



UnB

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciência Política (IPOL)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP)
Área de concentração: Democracia e Sociedade

ARYELL CALMON GONZAGA BORGES

É DE FAMÍLIA: COMO O CAPITAL FAMILIAR RELACIONA A POLÍTICA BAIANA

Brasília
2023

ARYELL CALMON GONZAGA BORGES

É DE FAMÍLIA: COMO O CAPITAL FAMILIAR RELACIONA A POLÍTICA BAIANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

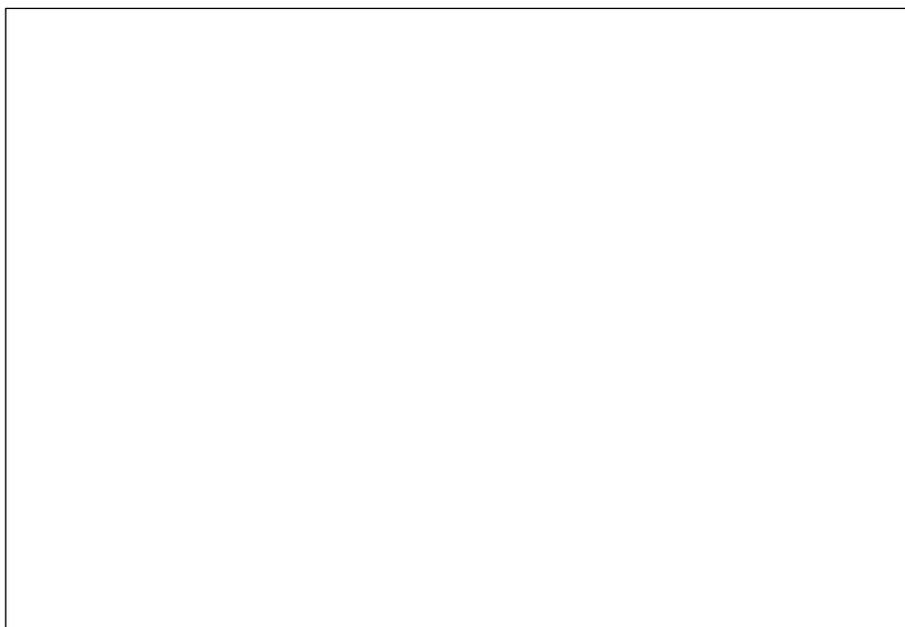
Área de concentração: Democracia e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Danusa Marques

Brasília
2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____ . Data: ___/___/___.



Nome: Aryell Calmon Gonzaga Borges.

Título: É de família: como o capital familiar relaciona a política baiana.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 19/12/2023.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Danusa Marques
Presidente

Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB)

Marisa von Bülow
Membro interno

Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB)

José Marciano Monteiro
Membro externo

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Brasília
2023

Dedico esta dissertação a Bahia com H, com o meu desejo de ampliar a sua memória.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos anos pude contar com pessoas que contribuíram para que este trabalho chegasse ao fim de inúmeras maneiras. Escrevo aqui para elas, com o desejo de que nossas relações permaneçam e frutifiquem em muitos outros âmbitos.

Quero destacar os esforços de minha orientadora Danusa Marques. Danusa foi responsável por me manter motivado em um cenário de desmotivação global e de completa reconfiguração de qualquer certeza existente. Os nossos encontros eram pílulas de estímulo para seguir adiante, sempre pautados em um imaginário concreto. O cuidado e a atenção que recebi foram tão singulares que me fizeram desenvolver um novo olhar para o universo acadêmico e para o desenvolver pesquisa com qualidade e rigor.

Aproveito para agradecer aos professores André Borges, Carlos Machado, Marcelo Medeiros e Pablo Holmes; e aos colegas do grupo de orientação coletiva. De formas diferentes, eles estiveram presentes e contribuíram nesse processo de mestrado.

Para a professora Marisa von Bülow, quem faz parte da minha banca, o registro da gratidão por me ensinar a congregar teoria e método na investigação e por me fazer compreender a importância de um bom desenho de pesquisa. Junto com ela, agradeço ao professor José Monteiro, também em minha banca. O livro escrito por ele é de uma qualidade impressionante e direcionou e inspirou este trabalho fortemente.

“Rui Xavier – O senhor transferiu esses ensinamentos todos para o deputado Luís Eduardo Magalhães?”

ACM – Ele sabe mais do que eu. É mais competente do que eu.

Ancelmo Gois – Mas o senhor está falando sério quando diz que o seu filho é melhor do que o senhor?

ACM – Sério.

Ancelmo Gois – Por quê?

ACM – Porque ele tem qualidades que eu não tenho.

Miriam Leitão – Uma vez o senhor disse que ele transita por mais áreas que o senhor.

ACM – Claro.

Miriam Leitão – O senhor acha que tem resistências em algumas áreas e ele não tem.

ACM – Tenho.

Miriam Leitão – Isso é uma estratégia da família?

ACM – Ele também não é de abandonar barcos, entendido?”

Diálogo entre os jornalistas Ancelmo Gois e Rui Xavier e a jornalista Miriam Leitão com o então senador Antônio Carlos Magalhães, publicado no capítulo ‘De pai para filho’ do livro *Política é Paixão* (1995) de ACM.

RESUMO

Este trabalho busca aplicar o conceito de capital político-familiar sob a técnica de Análise de Redes Sociais (ARS) em um mapeamento no estado da Bahia, identificando, especialmente, a família Magalhães. Embora a temática da presença de famílias com poder político não seja um fenômeno recente, tampouco interrompido, a ciência política e a sociologia contemporâneas deixaram de incluir a variável família em suas investigações que buscam compreender e explicar a estrutura político-social do Brasil. Aqui, sob as hipóteses de que as famílias políticas se perpetuam no poder uma vez que ocupam esse espaço e que se enraízam para instituições políticas nos três poderes da República, a questão central é como o compartilhamento de capital político-familiar relaciona a política baiana. Na tentativa de compreender como o compartilhamento de capital político-familiar afeta a dinâmica local, optou-se pelo mapeamento das famílias políticas e do carlismo na Bahia. Este trabalho combina métodos qualitativos e quantitativos para concluir que os indivíduos investigados compõem um agrupamento pouco denso, mas com alta formação de *clusters*, ou seja, clãs familiares. Além disso, é possível identificar que a rede de capital político-familiar alcança diversas instituições nas três esferas de poder da República e passam, em média, mais de seis décadas no poder.

Palavras-chave: Capital político-familiar; família política; Análise de Redes Sociais; Bahia.

ABSTRACT

This work seeks to apply the concept of political-family capital using the Social Network Analysis (SNA) technique in a mapping in the state of Bahia, identifying, especially, the Magalhães family. Although the theme of the presence of families with political power is not a recent phenomenon, nor has it been interrupted, contemporary political science and sociology have stopped including the family variable in their investigations that seek to understand and explain the political-social structure of Brazil. Here, under the hypotheses that political families perpetuate themselves in power once they occupy this space and that they take root in political institutions in the three powers of the Republic, the central question is how the sharing of political-family capital relates to Bahian politics. In an attempt to understand how the sharing of political-family capital affects local dynamics, we chose to map political families and Carlism in Bahia. This work combines qualitative and quantitative methods to conclude that the individuals investigated make up a group that is not very dense, but with a high level of cluster formation, that is, family clans. Furthermore, it is possible to identify that the network of political-family capital reaches several institutions in the three spheres of power of the Republic and spend, on average, more than six decades in power.

Keywords: Political-family capital; political family; Social Network Analysis; Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Síntese do desenho de pesquisa.....	22
Quadro 2 - Territórios de Identidade da Bahia e seus respectivos municípios mais populosos.....	23
Figura 1 - Exemplo de rede com famílias carlistas.....	25
Figura 2 - Representação de atores e relações na Análise de Redes Sociais.....	55
Figura 3 - Exemplo de componentes de uma análise de redes.....	56
Quadro 3 - Métricas estatísticas da ARS e suas respectivas respostas.....	58
Quadro 4 - Comparação da trajetória de Antônio Carlos Magalhães com a de seu pai, Francisco Peixoto de Magalhães Neto.....	67
Figura 4 - Exemplo de rede de compartilhamento de capital político-familiar a partir das trajetórias de Antônio Carlos Magalhães e seu pai, Francisco Magalhães.....	69
Tabela 1 - Relação dos cargos analisados, de 2004 a 2022, e sua ocupação total por indivíduos e por família-política.....	75
Tabela 2 - Relação dos tipos de parentesco identificados nos laços por sua porcentagem em relação ao total laços.....	76
Gráfico 1 - Rede de compartilhamento de capital político-familiar entre todos os indivíduos pesquisados.....	78
Tabela 3 - Métricas da rede global com todos os indivíduos pesquisados.....	79
Tabela 4 - Métricas da sub-rede carlista.....	80
Gráfico 2 - Rede global de compartilhamento de capital político-familiar na Bahia com os 7 maiores coeficientes de <i>betweenness centrality</i> destacados.....	81
Gráfico 3 - Rede global de compartilhamento de capital político-familiar na Bahia com as 6 maiores medidas de <i>PageRank</i> destacadas.....	82

Tabela 5 – Nós destacados da rede de compartilhamento de capital-familiar por tipo de análise de centralidade da ARS.....	83
Gráfico 4 - Rede global de compartilhamento de capital político-familiar relacionado às instituições políticas nas quais ele opera.....	85
Tabela 6 - Relação das instituições identificadas e sua porcentagem de laços com indivíduos em relação ao total laços.....	86
Tabela 7 - Métricas da rede de compartilhamento de capital político-familiar com famílias políticas e instituições.....	89
Gráfico 5 - Rede global de compartilhamento de capital político-familiar relacionado às instituições políticas nas quais ele opera, com destaque para as localidades outsiders.....	90
Tabela 8 - Grupos familiares por seus respectivos períodos de atividade política, total e média de anos em atividade.....	92

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1.1. Apresentação e justificativa do problema de pesquisa.....	14
1.2. A estratégia metodológica	20
1.3. Procedimentos de pesquisa	21
Capítulo 1: FAMÍLIA E ESTRUTURA POLÍTICO-SOCIAL: o problema	28
2.1. O problema político-familiar brasileiro: as famílias na política.....	28
2.2. Modernização conservadora e repaginação política das famílias	33
2.3. Redemocratização e continuísmo das famílias políticas	43
Capítulo 2: CONSTRUÇÃO DO PODER POLÍTICO-FAMILIAR: conceitos básicos.....	48
2.1. A sociologia relacional de Pierre Bourdieu	49
2.2. A Análise de Redes Sociais (ARS).....	53
Capítulo 3: MODERNIZAÇÃO BAIANA E NASCIMENTO DE UM CLÃ: o contexto	61
3.1. A cena política na Bahia	62
3.2. O protagonismo de ACM	66
3.3. Carlismo e rede de relações familiares.....	71
Capítulo 4: A POLÍTICA BAIANA RELACIONADA PELO CAPITAL FAMILIAR (2004 – 2022): análise dos dados	75
4.1. Dimensão da rede de capital político-familiar na Bahia de 2004 a 2022	75
4.2. Resultados dos testes das hipóteses	84

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
APÊNDICES.....	108
Modelo de ficha prosopográfica.....	108
Relação dos indivíduos investigados e seus cargos, por vezes em que aparece.	109

INTRODUÇÃO

A pesquisa para esta dissertação começou a ser desenvolvida no contato com uma elite parlamentar na Câmara dos Deputados¹. A partir da análise dos discursos dos parlamentares sobre seu ofício e construção de perfis, observa-se um padrão de relações familiares que intensificam o papel de representante-mediador. Isto é, uma vez que “o êxito do político é proporcional à sua capacidade de articular esse vínculo com o eleitor de modo a fazê-lo sentir que compartilha seus valores (...) e, ao mesmo tempo, é alguém diferente, que pode trazer soluções de mundos distantes de sua realidade” (KUSCHNIR, 2000, p. 8), a presença e/ou a inserção de familiares no campo político seria capaz de ampliar a manutenção ou consolidação do controle político de localidades e de instituições por famílias e redes de parentesco.

Junto com isso, a naturalização em torno de metáforas familiares na cobertura do discurso político pela mídia corrobora com a inquietação que move esta dissertação: “as expressões *transmissão de poder*, *afilhado*, ou *herdeiro*, ao mergulharem as eleições nos seus determinantes sociais, trazem à tona as manifestações do “espírito família”, e não do “espírito público” (CANEDO, 1997, p. 43). Nesse sentido, o trabalho proposto aqui busca ir além da naturalização biológica da composição dos quadros políticos e, por meio de uma perspectiva sociológica e politológica, alia-se a uma série de outras investigações que pensam “família enquanto uma palavra de ordem, uma categoria, princípio coletivo de construção da realidade coletiva” (MONTEIRO, 2017, p. 21).

Dividida em quatro capítulos, esta dissertação apresenta como o problema em torno da família na política tem sido abordado na agenda de pesquisa pertinente do campo e problematiza a compreensão do papel que as famílias e as elites exerceram e exercem na formação da política baiana e nacional. Em um segundo momento, o trabalho busca construir um corpus metodológico que intersecciona a sociologia relacional de Pierre Bourdieu e a técnica de ARS ao analisar a carreira política e os laços familiares dos eleitos de 2004 a 2022 para os cargos de prefeito – do município mais populoso de cada um dos 27 Territórios de Identidade do estado –

¹ Esse contato com uma elite parlamentar da Câmara dos Deputados resultou no meu estudo monográfico de graduação, intitulado *Da redação ao gabinete: o caminho e a utilização da informação midiática pelos líderes partidários na Câmara dos Deputados*. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/21690>>.

, deputado estadual e federal, senador e governador da Bahia. No terceiro capítulo, analisa o contexto no qual se desenvolvem os atores e a construção do protagonismo do clã dos Magalhães a partir do patriarca Antônio Carlos Magalhães. Por fim, o último capítulo reúne e analisa os dados, dispondo da visualização em gráficos de rede, uma abordagem inédita no campo.

1.1. Apresentação e justificativa do problema de pesquisa

Nas últimas eleições municipais do Brasil, em 2020, foi possível identificar candidaturas pertencentes a famílias com ampla presença política ao longo das gerações, como foram os casos de Bruno Covas, neto de Mário Covas, que ganhou a reeleição para prefeito de São Paulo, e Marília Arraes e João Campos, descendentes de Miguel Arraes, que disputaram o segundo turno da eleição para prefeitura do Recife. Nas eleições presidenciais de 2022, integravam essa lista de candidaturas os candidatos e a candidata à presidência da República, Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Luiz Felipe D’Avila e Simone Tebet. Nos estados, nomes com repercussão nacional também compunham essa relação, como ACM Neto na Bahia, Arthur Lira em Alagoas, André Kubitschek no Distrito Federal, Ratinho Júnior no Paraná e Gladson Cameli no Acre. A percepção de que determinados sobrenomes estão sempre presentes nas urnas e na arena das instituições de decisões políticas mais evidentes – Legislativo, Executivo e Judiciário – pode ser fundamentada empiricamente:

(...) por exemplo, o prefeito eleito de Campo Grande (MS) foi Marquinhos Trad [PSD], parte da poderosa oligarquia Trad, da qual o ex-ministro [da Saúde, Henrique] Mandetta [DEM], também faz parte. Em Curitiba (PR) foi reeleito o prefeito Rafael Greca de Macedo [DEM], da importante oligarquia política Macedo. Muitos desembargadores e políticos, como o ex-governador Beto Richa, são descendentes desse clã. Ainda em 1835, o primeiro prefeito de Curitiba foi José Borges de Macedo. (...) E não é só no Executivo. Na presidência do Senado, temos Davi Alcolumbre [DEM], cujo irmão é candidato em Macapá. Na presidência da Câmara, temos Rodrigo Maia [DEM], cujo pai, que se elegeu mais uma vez vereador no Rio de Janeiro, já foi prefeito. Maia é uma das famílias políticas mais importantes no Brasil, com origens na Paraíba e no Rio Grande do Norte. São vários os parlamentares e os integrantes do sistema judicial. Agripino Maia [DEM], por exemplo, foi governador e senador pelo Rio Grande do Norte. Luciano Maia foi vice-procurador-geral da República (OLIVEIRA, 2020).

Em estudo realizado em 2015, verificou-se que a presença de família na política é identificada entre 40,7% dos eleitos e eleitas para a Câmara de Deputados brasileira entre 2002 e 2010 (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015). Para as

legislaturas seguintes, esse fenômeno também foi evidenciado no levantamento da revista Congresso em Foco², de julho de 2017, pelo jornalista Edson Sardinha³. A análise mostra que pelo menos 319 deputados (62%) e 59 senadores (73%) têm relação de parentesco com outros políticos (SARDINHA, 2017).

Essas investigações trazem luz à repetida presença de indivíduos pertencentes às tradicionais e abastadas famílias em cargos eletivos. Outros estudos indicam que agentes vinculados às famílias políticas ocupam também funções de nomeação nas esferas municipais, estaduais e federais e controlam as mais variadas instituições da República brasileira. Em revisão aos trabalhos que versam sobre família e parentesco nas instituições e poder no Brasil, resume-se:

O que se verifica empiricamente a cada pleito, tanto do ponto de vista dos estados como das pequenas cidades do interior e até mesmo em capitais e no plano federal, é a continuidade da política como campo cada vez mais propício para atividades familiares. Podem-se encontrar hoje, e não raramente, netos ou bisnetos daqueles que nos tempos remotos já estavam presentes na ocupação dos espaços de poder, sustentados por relações e vínculos familiares que lhes permitiam o exercício político (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017, p. 167).

Em síntese, é essa ocupação de espaços de poder, beneficiada pelo prestígio e/ou contatos de parente próximo ou cônjuge com liderança política, que se denomina capital familiar (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015).

Para a literatura pertinente, o impacto na sociedade desse enraizamento de famílias políticas nas instituições representativas de decisão vai desde a concentração de recursos financeiros até a dificuldade de renovação dos quadros políticos e representação plural. E, ao mesmo tempo, assume que essa perpetuação do controle político, orçamentário e das políticas públicas pelas mesmas pessoas não contribui para a democratização e gera um sistema político com pouca cidadania e carências de direitos básicos (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017).

Essa última preocupação é especialmente validada para as análises sobre o Brasil. A influência de famílias tradicionais na política é uma tradição nos Estados

² “O Congresso em Foco é um veículo jornalístico que faz uma cobertura apartidária do Congresso Nacional e dos principais fatos políticos com o objetivo de auxiliar o (e)leitor a acompanhar o desempenho dos representantes eleitos”. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-editorial/>>. Acesso em: 9 de julho de 2022.

³ Sardinha é diretor de Redação do Congresso em Foco, e está no veículo desde sua criação, em 2004. Ganhou duas vezes o Prêmio Vladimir Herzog. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/author/edson/>>. Acesso em 10 de julho de 2022.

Unidos, por exemplo, e não é por essa razão que o país deixa de ser reconhecido como uma democracia exemplar – o que é discutível, é claro. Isso acontece porque o capital familiar não tende para a qualidade da democracia, ele está amplamente ligado ao exercício de um poder tradicional - como pretendo mostrar na investigação - presente em inúmeros países, inclusive nos considerados mais democráticos. O desenvolvimento dos estudos de abordagem institucionalista na década de 1950 são fundamentais para formação desse imaginário, uma vez que buscam se aproximar de agendas de pesquisa norte-americanas com o objetivo de associar a epistemologia sobre a política brasileira àquelas produzidas em contextos tidos como mais democráticos (CANEDO, 2005).

Faz parte desse conjunto uma literatura consistente, que assume a irrelevância da família para a ocupação de cargos de poder, seja por meio das dinâmicas partidárias, como Dantas⁴: “Não significa dizer que não existam as elites familiares. Mas a lógica predominante é a competição de partidos. O conceito de familismo⁵ não explica mais a política”; ou mesmo em função da influência das redes sociais e do rompimento com a estrutura oligárquica clássica, isto é, anterior à Revolução de 1930: “Eles [indivíduos pertencentes a famílias políticas] são vistos como capazes de proteger a comunidade, mas as pessoas buscam outras referências, de acordo com Carvalho Neto⁶ (SANTOS, 2018).

Com o intuito de colaborar com a literatura sobre capital familiar, sob a perspectiva das redes que compõem, nesta pesquisa busco compreender: “*como o capital político-familiar posiciona as relações políticas no estado da Bahia?*”. Tenho como principais questões complementares à pergunta principal três indagações secundárias, a saber:

- i. quais são as famílias políticas presentes no estado;

⁴ Paulo Fábio Dantas é professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui doutorado em Ciências Humanas/Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5464609877208121>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

⁵ Apesar do uso desse termo, familismo, a literatura concernente compreende como seu significado como a instrumentalização de políticas públicas que elegem a família como centro de suas ações (MIOTO, 2008). Não tem relação com família política.

⁶ Joviniano Soares de Carvalho Neto é doutor e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde, atualmente, é professor Associado II. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2255490272129974>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

ii. qual é a dimensão da presença de família política e como ela se traduz em termos de ocupação de postos no aparelho do Estado;

iii. como essas famílias relacionam-se entre si e, especialmente, com o clã dos Magalhães⁷?

Para que essas questões façam mais sentido, explico que o recorte a esses conceitos centrais está orientado sob três aspectos: i. recrudescimento ao problema imbricado no debate sobre capital familiar a um caso subnacional brasileiro específico; ii. a centralidade do clã dos Magalhães na configuração e organização da política baiana, transformando-se em uma dinastia, junto à morte do seu patriarca Antônio Carlos Magalhães (ACM) em 2007; iii. prioridade à identificação relacional do ator político - neste caso, indivíduos e as famílias políticas - com o ambiente institucional dentro do qual as relações acontecem.

O debate sobre capital político familiar na Bahia desperta o meu interesse por duas razões. A primeira delas é relativa às mudanças estruturais ocorridas nos distintos períodos da política local. Isso porque essa unidade da federação sofreu uma mudança estrutural significativa - em decorrência da Revolução de 1930 - por meio do processo de modernização conservadora e da ruptura com a antiga elite política oligárquica baiana por um comando centralizado na pessoa do governador. Essa nova configuração da estrutura política favoreceu o surgimento de ACM, que consolidou a sua centralidade na condução da política baiana e quem, mais tarde, viu a perda de influência do seu grupo político no jogo nacional e o crescimento da oposição partidária na Bahia. (REIS, 2020).

A segunda razão paira, justamente, sob essa emblemática carreira política de ACM. Esse ator desenvolveu no estado uma prática política que ficou conhecida como “carlismo” e que, em simples resumo, por ora, reunia a elite política e econômica da Bahia em torno de desejos modernizantes da época (REIS, 2010). Podemos entender o carlismo, portanto, como uma rede de atores políticos ligados - partindo de Antônio Carlos Magalhães - pelo compartilhamento de uma série de capitais políticos, entre eles o familiar. Junto com isso, o estudo de Fernanda

⁷ Relativo à família Magalhães, cujo patriarca, Antônio Carlos Magalhães (ACM), foi uma figura emblemática na política baiana, inaugurando um modelo de política baseado na modernização conservadora e de ruptura com as antigas práticas oligárquicas no estado. ACM morreu em 2007 (REIS, 2010). Explico melhor sobre porque analisar a relação das famílias políticas da Bahia com a família Magalhães nos parágrafos a seguir e na seção ‘Revisão da literatura pertinente’.

Teixeira Reis⁸ (2010), ao analisar a trajetória política de ACM até as eleições de 2004, identifica o surgimento de novas lideranças políticas a partir do ano 2000 e um desgaste do carlismo como grupo político ligado à figura desse ator. Os motivos desse desgaste, explica Reis, são: i. em 1998, a morte do filho - e possível sucessor - de ACM, o então deputado federal Luís Eduardo Magalhães; ii. a ascensão eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2000; e iii. os escândalos de ACM enquanto senador da República.

Apesar dessas mudanças, a forma de fazer política pela cooptação⁹ de bancadas e bases locais segue sendo predominante (REIS, 2010). Para mais, em 2007, a morte de ACM impõe mais uma dificuldade de manutenção da prática carlista e instiga a pensar como a política do estado - instituições formais - passou a se organizar sem a presença de seu ator político mais importante por décadas e como o carlismo - essa instituição informal - ainda opera sem o ator central.

Portanto, para compreender como um conjunto de elementos acumulados por indivíduos em função de uma relação familiar posiciona as relações de poder, optei por recortar esta pesquisa para o âmbito subnacional - bastante explorado pela literatura pertinente no Sul e Sudeste do país¹⁰, embora levantamentos demonstrem que o fenômeno de famílias na política aconteça em todo o país, e numerosamente no Norte e Nordeste (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017). Outro recorte importante trata-se do marco temporal desta investigação. Coletarei os dados com base nos pleitos eleitorais - da forma como detalhado na seção 'Metodologia e procedimentos de pesquisa' - a partir de 2004, tendo como referência dois pleitos eleitorais anteriores à morte de Antônio Carlos Magalhães em 2007.

Nesta pesquisa, como objetivo geral, busco verificar como se constituem as redes sociais das famílias políticas locais, quais são as suas ligações e, especialmente, a presença do carlismo nessas relações. Como aporte para compreender quem são essas famílias, examinei a existência de familiar político e

⁸ Reis é mestre em Ciências Sociais pela UnB. Na sua dissertação, intitulada 'Política Mandonista no Estado da Bahia', analisa o fenômeno político do Carlismo com o objetivo de investigar as estratégias de adaptação da elite política baiana diante das diversas mudanças estruturais do período analisado. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/9159>>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

⁹ Por cooptação, Reis (2010, p. 81) expressa uma associação entre diferentes partidos, em diferentes localidades, sem necessário alinhamento ideológico.

¹⁰ Cf. ALVES, 2015; CANÊDO, 1995; GRILL, 2003; 2004; 2007; 2012; OLIVEIRA, 2001; 2004; 2007; 2012; 2015.

de ligação com os Magalhães no perfil dos governadores e deputados estaduais e federais, senadores, bem como dos prefeitos eleitos de 27 cidades – capitais dos Territórios de Identidade da Bahia¹¹ - do estado.

Nesse sentido, são duas as hipóteses levantadas: i. serão identificados, entre os atores investigados, integrantes de famílias políticas, ou, em outro termo, ramificações da rede, em instituições do Poder Judiciário e em entidades vinculadas aos poderes, como bancos públicos, subsidiárias de estatais e empresas públicas regionais; e ii. as famílias políticas baianas permanecem no poder uma vez que ocupam esse espaço. Para essa última, levo em consideração a afirmação de que “Famílias que se encontram no poder e ocupam espaços privilegiados tendem a manter suas posições” (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017, p. 182). Já a primeira hipótese está fundamentada na argumentação de Oliveira (2012) de que:

Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reproduções de algumas famílias e seus protegidos (OLIVEIRA, 2012, p. 13).

Ao propor a utilização da técnica de Análise de Redes Sociais (ARS) – definida melhor adiante –, essa pesquisa se insere no rol de investigações que priorizam as relações entre os atores em detrimento da descrição de características próprias deles. Assim, não se deseja estudar os integrantes das famílias políticas, mas sim o conjunto de relações formadas por elas com outras famílias políticas e instituições, portanto, as redes. A partir disso, outras investigações sobre a elite política baiana que sucederem esta pesquisa poderão realizar suas análises tendo como opção uma perspectiva relacional.

¹¹ “O conceito de território utilizado pela Secretaria de Cultura da Bahia entende que eles não são definidos pela objetividade dos fatores disponíveis, mas pela maneira como se organizam e devem ser entendidos como “base geográfica da existência social”. É no território que a população constrói a sua identidade e os seus sentimentos de pertencimento onde expressa seu patrimônio cultural e define o seu destino” (DUARTE, 2009). A aplicação desse recorte, baseado no conceito de Territórios de Identidade”, para seleção dos campos a serem investigados, faz sentido para este trabalho porque permite levar em consideração a forma de organização social e econômica das regiões e o processo de concentração de poder e de renda que permite o surgimento desse grupo dominante, e que é responsável “pela formação de desigualdades e carências de longa duração” (OLIVEIRA, 2012, p. 73).

1.2. A estratégia metodológica

A intersecção entre os estudos de família e política, ótica na qual esse trabalho está inserido, compreende fundamentalmente um esforço na construção de um *corpus* metodológico. As pesquisas desenvolvidas por Canêdo, Oliveira e Grill – pesquisadores que têm retomado a agenda temática da família e política nos estudos contemporâneos e nas sociedades complexas – sugerem algumas possibilidades de abordagem metodológica dentro do campo (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017).

Na tentativa de compreender como o compartilhamento de capital político-familiar afeta a dinâmica local, optou-se pelo mapeamento do carlismo e das famílias políticas na Bahia. Este trabalho está preocupado em responder às perguntas de pesquisa, combinando métodos qualitativos e quantitativos, e contribuirá para formação de novas hipóteses que poderão ser testadas no mesmo grupo selecionado ou em comparação para outras amostras (FLYVBJERG, 2006).

Para o trabalho que proponho, não pretendo analisar apenas uma família, mas sim a rede de famílias que compõem o ordenamento político do estado da Bahia e a sua ligação com o fenômeno carlista. Mais intrinsecamente, destaco que as investigações sobre famílias políticas integram o campo de investigações sobre elites políticas, uma vez que esses grupos familiares ressaltam a existência de uma viva distinção social e de poder nas sociedades. Embora muitos pesquisadores não conversem entre si sobre a definição conceitual do termo ‘elite’, essa definição básica é reconhecida por todos (BOBBIO, 1998).

Estudos contemporâneos sobre elites políticas no Brasil estão majoritariamente alocados sob as óticas de investigação do campo da Ciência Política. Natural que isso ocorra, uma vez que esse é o campo científico destinado aos estudos das relações de poder e o seu exercício. Não obstante, esse é também um campo fundamentalmente liberal e isso faz com que a Ciência Política muitas vezes ignore abordagens que estão além de uma estrutura jurídico-institucional. Diante disso, e especialmente para compreender este trabalho, a lógica liberal do campo se manifesta na supervalorização da tomada de decisão das elites como forma de apreender o exercício do poder. Ao adotar essa supervalorização, as pesquisas que se debruçam a investigar elites e suas variadas configurações encontram uma barreira teórico-metodológica para entender seus problemas. Um

olhar analítico sobre elites políticas que se debruça apenas na tomada de decisão, estratégias de atuação e grupos de interesse, deixa de inferir elementos subjetivos igualmente relevantes para compreensão da realidade. A discussão sobre elites políticas é bastante ampla e suas diferentes abordagens diversificam ainda mais a definição de um quadro conceitual único (CODATO, 2015).

A adoção do conceito de rede¹², para além de uma metáfora, está posta para contribuir com a resolução desse problema do campo. Isto é, a operacionalização dessa teoria permite uma descrição adicional de como a comunidade investigada está estruturada, da forma como uma série de trabalhos empíricos da antropologia social britânica que utilizaram *network* para dar uma outra escala de compreensão aos dados, permitindo entender o campo político “a partir das estruturas objetivas e das posições nas quais os agentes encontram-se situados” (MONTEIRO, 2017, p. 23).

1.3. Procedimentos de pesquisa

Os procedimentos de pesquisa foram pensados para combinar o objeto (famílias políticas), uma questão de pesquisa (capital político-familiar) e a sua operacionalização empírica (rede de famílias políticas).

Quadro 1 - Síntese do desenho de pesquisa.

Tema	Objeto	Conceito central	Pergunta	Dimensões explicativas
Presença de famílias na política.	Famílias políticas do estado da Bahia (2004-2022).	Capital político-familiar.	Como o capital político-familiar relaciona a política baiana?	Carreira política; Redes sociais.

Fonte: Elaboração própria.

Para definir quem faz parte da elite político-familiar baiana de 2004 a 2022, adotei o método posicional. As posições políticas - que seus membros ocupam - permitem tomar decisões importantes e que são estratégicas porque controlam a

¹² De acordo com Monteiro (2017, p. 22), diversos autores dividem-se quanto às origens e influências marcantes no uso do conceito, teoria e método de redes. Contudo, Barnes (1977) é apontado como o autor que “usou pela primeira vez a noção de “rede social” para descrever estrutura social de uma comunidade”.

máquina do Estado. Com isso, selecionei os cargos eletivos - posições formais de mando - de: i. prefeito; ii. deputado estadual; iii. deputado federal; iv. senador; e v. governador. Em seguida, discriminei os ocupantes dessas posições, no período do recorte. Para o executivo municipal, fiz um outro recorte: a cidade mais populosa de cada um dos 27 Territórios de Identidade da Bahia.

Esse critério de seleção das cidades analisadas se justifica por três razões. A primeira delas é o diálogo existente entre os conceitos de Territórios de Identidade e de rede, pois ambos “pressupõem articulações funcionais através de pontos de confluência de informações, capital, ideias, pessoas e mercadorias, oriundas de espaços próximos e longínquos” (FONSECA, 1999, p. 90). Sob essa mesma definição, no que tange ao recorte pelo número de habitantes dos Territórios, está o aspecto operacional da investigação, baseado na compreensão de que, sendo a rede constituída pela relação de pessoas, um maior número delas suscita maior possibilidade de conexões, inclusive, neste caso, levando a ligações com outras cidades com menor número de habitantes no mesmo Território de Identidade. Por último está a relação dessa distribuição administrativa com o recrudescimento – imposto pela dinâmica de formação das redes – dos fenômenos e decisões nas escalas regionais e locais. Os municípios representam o campo político onde as redes de capital familiar se constituem primariamente e onde se formam as relações políticas que se desdobram nas esferas federais (FONSECA, 1999). O Quadro 2, abaixo, lista os Territórios de Identidade da Bahia e seus respectivos municípios mais populosos, que são analisados nesta investigação.

Quadro 2 – Territórios de Identidade da Bahia e seus respectivos municípios mais populosos.

Território de Identidade (nº de municípios)	Município mais populoso (nº de habitantes)
Bacia do Jacuípe (15)	Ipirá (59.281)
Bacia do Paramirim (8)	Macaúbas (50.481)
Bacia do Rio Corrente (11)	Santa Maria da Vitória (39.707)
Bacia do Rio Grande (14)	Barreiras (158.432)
Baixo Sul (15)	Valença (97.873)
Chapada Diamantina (24)	Seabra (44.370)
Costa do Descobrimento (8)	Porto Seguro (152.529)
Extremo Sul (13)	Teixeira de Freitas (164.290)
Irecê (20)	Irecê (74.050)
Itaparica (6)	Paulo Afonso (119.213)
Litoral Norte e Agreste Baiano (20)	Alagoinhas (153.023)
Litoral Sul (26)	Itabuna (214.123)

Médio Rio de Contas (16)	Jequié (156.277)
Médio Sudoeste da Bahia (13)	Itapetinga (77.408)
Metropolitano de Salvador (13)	Salvador (2.900.319)
Piemonte da Diamantina (9)	Jacobina (80.749)
Piemonte do Paraguaçu (13)	Itaberaba (64.795)
Piemonte Norte do Itapicuru (9)	Campo Formoso (71.754)
Portal do Sertão (17)	Feira de Santana (624.107)
Recôncavo (19)	Santo Antônio de Jesus (103.204)
Semiárido Nordeste II (18)	Euclides da Cunha (61.112)
Sertão do São Francisco (10)	Juazeiro (219.544)
Sertão Produtivo (20)	Guanambi (85.353)
Sisal (20)	Serrinha (81.693)
Sudoeste Baiano (24)	Vitória da Conquista (343.643)
Vale do Jequiriçá (20)	Jaguaquara (54.913)
Velho Chico (16)	Bom Jesus da Lapa (70.151)

Fonte: Elaboração própria com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na população estimada em 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> e <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2648&Itemid=669>.

Por meio da construção de fichas¹³ prosopográficas individuais, assim como fez Goulart (2016), identifiquei a presença de família na política - o capital político-familiar. Essa pesquisa biográfica aconteceu de duas maneiras, a saber: i. busca de informações pessoais no Google¹⁴; ii. busca do nome do eleito no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)¹⁵; bases de dados do Observatório de Elites Sociais e Políticas do Brasil¹⁶ e do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina¹⁷; e busca de genealogias no FamilySearch¹⁸.

¹³ As fichas prosopográficas foram organizadas sob as seguintes variáveis: i. perfil social (local e data de nascimento, filiação, escolaridade, instituições escolares); ii. atividades profissionais; iii. situação socioeconômica; iv. carreira política ou burocrática; v. conexões interpessoais; vi. posições ideológicas.

¹⁴ Os padrões de busca que foram utilizados são: nome do eleito; nome do eleito + família; nome do eleito + pai; nome do eleito + mãe; nome do eleito + irmão ou irmã; nome do eleito + filho ou filha; nome do eleito + cônjuge ou ex-cônjuge; nome do eleito + tio ou tia; nome do eleito + neto ou neta; nome do eleito + avô ou avó; nome do eleito + genro ou nora; nome do eleito + primo ou prima; nome do eleito + sobrinho ou sobrinha; nome do eleito + afilhado ou afilhada; nome do eleito + padrinho ou madrinha; nome do eleito + sogro ou sogra; nome do eleito + amigo ou amiga; nome do eleito + parente ou parentes; e nome do eleito + nepotismo.

¹⁵ A Fundação Getúlio Vargas disponibiliza o acesso a três enciclopédias sobre a política brasileira. O Dicionário histórico-biográfico brasileiro (DHBB) reúne dados sobre o período pós-1930 até os dias atuais. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

¹⁶ O Observatório de Elites Sociais e Políticas do Brasil é organizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e possibilita o acesso às pesquisas realizadas pelos integrantes dos grupos e centros que integram o observatório, bem como aos projetos dos grupos de pesquisa e à produção intelectual resultante dessas investigações. O material de pesquisa é separado em categorias maiores de acordo com o tipo de elite: elite burocrática, elites parlamentares, elites

O objetivo desta construção de perfil é verificar a existência de ascendente, descendente ou relação de parentesco, sem necessária ligação sanguínea ou de sobrenome, como o casamento, dos eleitos mapeados, em posições de potencial controle e diligência da máquina do Estado. Aqui está a utilização do método decisional. Foram observadas, para essas relações, a ocupação de cargos: i. eletivos - de prefeito e vice-prefeito; vereador, deputado estadual, governador e vice-governador; ii. comissionados de secretarias municipais e estaduais; iii. de gerência de organizações municipais e estaduais; iv. de decisão no Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público; v. de lideranças religiosas, de sindicatos, de associações empresariais e de veículos de mídia; e vi. de grandes empresários. Para esses últimos dois pontos, embora reconheça a relevância dessas posições que não estão diretamente inseridas no Estado, e as tenha mapeado, conforme menciono no capítulo 4, optei por não dar centralidade a elas neste estudo, permitindo uma abordagem mais detalhada em um momento futuro.

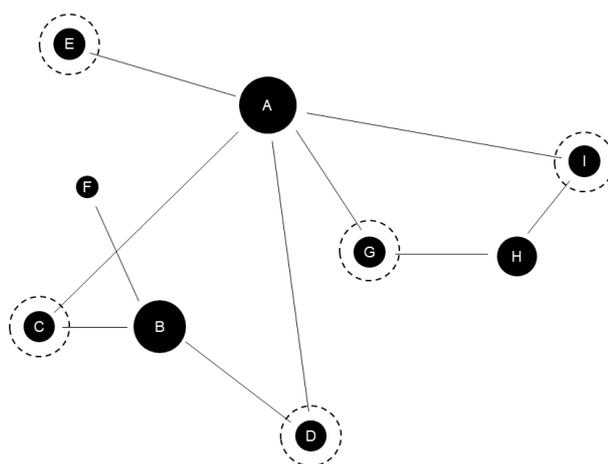
A identificação do capital familiar está organizada sob o seguinte critério: há compartilhamento de capital político-familiar se houver ascendente, descendente ou pessoa com relação de parentesco em posições de mando e decisão das instituições listadas acima. Já para assimilação do que estou chamando de “carlismo”, verifiquei se a família do nome eleito se liga à família Magalhães. No exemplo da Figura 4, abaixo, se o nó (A) é a família Magalhães - de ACM; temos que os vértices (C), (D), (E), (G) e (I) - outras famílias - são carlistas. É bem verdade, como tratamos aqui, que o fenômeno do carlismo sofre influência de uma série de variáveis, além do compartilhamento de capital familiar. Entretanto, essa relação estabelecida para operacionalização da pesquisa cumpre o objetivo de identificar a dimensão desse compartilhamento.

judiciais, elites intelectuais e elites sociais (empresários). Disponível em: < <http://observatory-elites.org/>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

¹⁷ O Observatório de Elites Parlamentares na América Latina é um projeto do Observatório de Instituições Representativas (OIR) da Universidad de Salamanca e constitui um centro de informação e dados sobre as opiniões, atitudes e percepções dos candidatos de todos os países da América Latina desde 1994. Disponível em: <<https://oir.org.es/pela/>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

¹⁸ O FamilySearch é uma organização de pesquisa que tem sido reconhecida por sua ampla coleção de registros genealógicos gratuitos. É mantida pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e presta serviço a centros de história da família em 134 países. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/about/>>.

Figura 1 – Exemplo de rede com famílias carlistas.



Fonte: Elaboração própria.

Vínculos de parentesco, de compadrio, de cumplicidade e amizade se aplicam. Isso porque, conforme apresento melhor adiante, compreendo a existência de uma espécie de “solidariedade do parentesco” moderna, isto é, não apenas relacionada ao “abastardamento” como descreve Antônio Candido (1951), mas ligadas ao ambiente de socialização política no âmbito da vida familiar (CANDIDO, 1951). Outro fundamento para sustentar essa posição é a noção de “confiabilidade” apresentada por Giddens (1991). O autor aponta que, na modernidade, as relações de confiança foram transformadas e já não se expressam somente por laços sanguíneos e redes de parentesco: “indivíduos que se conhecem bem e que, baseados num relacionamento de longo prazo, substanciaram as credenciais que tornam cada um fidedigno aos olhos do outro” (GIDDENS, 1991, p. 95). Essa solidariedade do parentesco, ou confiabilidade, poderá ser mapeada por meio da análise das conexões interpessoais e da carreira política do indivíduo em levantamento biográfico.

A partir da construção da base de dados com os indivíduos e suas relações, bem como a identificação de suas famílias, sigo para o método relacional a partir da aplicação do método ARS – detalhado melhor no Capítulo 2. As unidades amostrais – os nós da rede - que são utilizadas para construção das redes sociais representam: i. os indivíduos; ii. as famílias políticas; e iii. as instituições. Famílias são consideradas pelo seu conjunto de indivíduos, portanto, essas duas unidades amostrais não aparecem em uma mesma rede. O conteúdo relacional – arestas – é o capital político-familiar. E, para compreender o problema empírico, utilizo redes completas - ou *full networks*, em inglês - como nível de análise. A rede completa não foca em um nó ou aresta específico, ela mostra todos os elementos pesquisados.

As redes foram construídas por meio do programa NodeXL¹⁹, que permite a exploração, a análise - conforme métricas apresentadas no Capítulo 2 - e a visualização de gráficos de rede. O *software* exibe - conforme o recorte e critérios estabelecidos para construção da base de dados - o número de famílias políticas e de instituições ocupadas por elas; a quantidade de transmissões de capital político-familiar; quantas transmissões de capital político-familiar ocorreram dentro de uma mesma família; a densidade da interação entre as famílias; as famílias com mais relações com outras famílias e com instituições; qual a proximidade entre famílias e entre famílias e instituições; grupos familiares e o quanto eles estão agrupados; famílias que funcionam como intermediárias da conexão entre outras; e a proximidade entre as famílias.

Nesta introdução, apresentei a relevância temática, a problemática que conduziu essa investigação e a forma como os dados foram coletados e utilizados para alcançar os objetivos e testar as hipóteses que se desdobram neste trabalho que é uma contribuição aos campos da ciência política e da sociologia política, tendo como foco as elites e o poder político das famílias. A seguir, no capítulo 1, procurei destrinchar o problema em torno do uso da família como categoria analítica e como as investigações contemporâneas e clássicas abordam o assunto.

¹⁹ NodeXL é um *software* para coletar, analisar e visualizar redes sociais complexas. Ele foi desenvolvido e é mantido por uma rede de pesquisadores das seguintes instituições: Microsoft Research; Universidade do Porto; Universidade de Maryland; Universidade de Stanford; Universidade Cornell; Universidade de Oxford; Instituto de Tecnologia de Illinois; Morningside Analytics; Universidade da Georgia, Universidade Yeungnam e Universidade Hallym. O *software* pode ser baixado gratuitamente em: < <https://nodexl.com/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

Mais adiante, no capítulo 2, trouxe a relação entre os conceitos básicos que adoto: a sociologia relacional de Pierre Bourdieu – que “permite pensar os agentes como construtores de rede de relações sociais que se instauram a partir das posições que ocupam no espaço social (MONTEIRO, 2017, p. 23)” –, e a técnica de Análise de Redes Sociais, o recurso metodológico que permite operacionalizar a investigação.

No capítulo 3, detalhei o caso dos Magalhães na Bahia, contextualizando o cenário local e a forma como Antônio Carlos Magalhães assumiu o protagonismo na política do estado e difundiu seus capitais, entre eles o familiar. O último capítulo reúne as redes de capital político-familiar nas Bahia, a análise dos dados coletados e as problematizações em torno dos resultados. Como considerações finais, reflito como essa investigação contribui para o campo empírico e para a literatura sobre poder político-familiar.

Capítulo 1: FAMÍLIA E ESTRUTURA POLÍTICO-SOCIAL: o problema

A repetida presença de indivíduos pertencentes a tradicionais e abastadas famílias em cargos eletivos; em funções de nomeação nas esferas municipal, estadual e federal; e no controle das mais variadas instituições da República brasileira é, em grande medida, o fato que mobiliza grande parte da agenda de pesquisa que busca dar valor à variável *família* na explicação da realidade social. Não é diferente para este trabalho. Junto com isso, está a preocupação de como a presença dessas famílias organiza as relações políticas, isto é, a constituição de quadros políticos; o funcionamento dos partidos políticos; a ocupação de postos de decisão, eletivos ou não; e a formação de grupos de poder local.

Neste capítulo, busco apresentar as problemáticas levantadas pela agenda de pesquisa sobre a presença e a dominação de grupos familiares sobre o campo político, as quais, ao fim e ao cabo, são as razões que suscitam uma série de investigações empíricas recentes sobre o tema nas Ciências Sociais brasileiras no século XXI. Em seguida, destaco dois momentos centrais da política brasileira – a Revolução de 1930 e o processo de redemocratização de 1985 - para compreender como as elites políticas, por meio de suas redes de relações sociais e constituições familiares, permanecem no poder e determinam a estrutura político-social do país.

2.1. O problema político-familiar brasileiro: as famílias na política

A centralidade da esfera familiar para a análise da política não é um consenso na ciência política brasileira. É comum que as investigações sobre organização política estejam focadas na força dos partidos políticos e nos dados estatísticos resultados de eleições. Esse padrão é ainda mais comum nos estudos sobre a esfera subnacional brasileira - âmbito ainda pouco explorado e no qual esta pesquisa se concentra. Apesar desse direcionamento epistemológico no campo, configurações familiares e redes de parentesco permeiam a relação entre o público e o privado no Brasil há muito tempo, o que pretendo mostrar aqui por meio de autores e autoras que ao longo do tempo pautaram, em alguma medida, a problemática da relação entre família e política.

Para entender a dimensão do problema, é importante compreender que a relevância da família, ou do familiar, na sociedade brasileira se estende para o passado e para o futuro. Isto é, é mais antiga do que se imagina e, provavelmente,

seguirá por mais um bom tempo. A problemática vem sendo apontada por clássicos da literatura nacional há pelo menos um século, como por exemplo, por Gilberto Freyre, em *Casagrande & Senzala*, de 1933. Interessado em qual seria a aptidão do povo português para a vida tropical, no intento de começar a identificar padrões da colonização portuguesa, Freyre ressalta que a estabilidade patriarcal da família condicionava instintivamente a dominação dos espaços por homens brancos aristocratas dirimindo as adversidades entre grupos sociais distintos (FREYRE, 2006).

Também descrita por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, de 1936, a problemática entre família, poder e política, que é posta para construir, por exemplo, o conceito de “homem cordial”²⁰, descreve que não foi possível às elites agrárias brasileiras entenderem a necessidade de distinção entre o espaço público e o privado, ainda que em um processo signficante de urbanização. O Estado Moderno brasileiro, portanto, segundo Holanda, disfarça os interesses particulares de famílias em matérias de interesse coletivo (HOLANDA, 2014).

Ao fim e ao cabo, já não é mais necessário ir tão longe para verificar o quanto as organizações familiares estão imbricadas em relações de poder e, especialmente aplicada ao ambiente desta investigação, relações políticas. Entretanto, Freyre e Holanda fazem parte de um momento dessa agenda de pesquisa sobre família e política que está especialmente interessado em compreender a configuração do Estado por meio da variável família, mesmo que:

[...] vários autores da Sociologia, História e Ciência Política ressaltam criticamente suas limitações, as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna e Luís Aguiar Costa Pinto, formuladas nas décadas de [19]30 e [19]40, são referências significativas ao revelar a importância da família como componente fundamental para compreensão da estrutura social brasileira, apontando suas influências e centralidade na construção das relações sociais, especialmente na esfera política (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017, p. 169).

Assim como esses autores, Antônio Candido (1951) reforça o papel da família patriarcal na formação da estrutura social brasileira, mas um ponto em especial é relevante para essa investigação, principalmente no que tange ao aspecto metodológico que adoto, a saber: esse modelo de família - patriarcal - precisou se

²⁰ Categoria utilizada por Holanda (2014) para descrever o “homem brasileiro”. Dizia respeito a uma forma de comporta-se com irreverência diante de normas institucionais e desejo de estabelecer intimidades. Isso faria com que as relações fossem sempre de natureza familiar, dificultando a distinção entre o público e o privado (HOLANDA, 2014).

adaptar às mudanças sociais e econômicas no decorrer dos séculos XVI ao XIX – como a pluriétnicidade, o regime escravocrata e a baixa densidade da população – gerando uma nação dividida em dois ambientes, o “familiar”, relativo à família legal e o “não-familiar”, que diz respeito aos frutos do “abastardamento” e da “devassidão dos brancos”. É a partir dessa realidade que Candido afirma a existência de uma “solidariedade do parentesco”, que, influenciada também pelas transformações sociais da família patriarcal, incorpora à família sujeitos fora do núcleo da família legal (CANDIDO, 1951).

Ao passo que argumenta sobre a ausência de estudos sobre a organização das famílias das classes médias e inferiores, essa fragmentação da família patriarcal foi uma evidência, para o antropólogo Emílio Willems (1953), da existência de outros modelos de família no Brasil colonial fora da classe dominante. A conclusão de Willems, contudo, é de que independente da classe social de origem, a sociedade brasileira é organizada por interesses familiares e a grande distinção está no acesso ao poder tradicional pelas elites (WILLEMS, 1953, p. 339).

Entre 1950 e 1990, essa agenda de pesquisa apresenta o contorno que, em alguma medida, mas não exaustivamente, pretendo alcançar com essa investigação. De acordo com um mapeamento²¹ realizado pelo sociólogo Ricardo Oliveira (2017) e outros professores, os estudos nesse período passam a focar em:

relações de poder local, baseadas na dominação de mando, do coronel, do chefe político, que representa certo sobrenome poderoso e que submete o espaço político (municipal ou estadual) ao seu domínio porque aglutina prestígio, recursos e, até mesmo, posse e legitimidade do uso da força (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017, p. 173).

O que para esses pesquisadores é entendido como “espaço político” – o ambiente onde atuam essas elites, defino enquanto “campo”²²; e a referida aglutinação de “prestígio, recursos e, até mesmo, posse e legitimidade do uso da força” é a transferência de “capitais” que subsidia a construção das redes de famílias políticas.

Nesse sentido, o trabalho de Frances Hagopian²³ em *The Politics of Oligarchy: the persistence of traditional elites in contemporary Brazil* (1986)²⁴ [A

²¹ Cf. OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017.

²² Conforme Bourdieu (1992, p. 24), “um campo pode ser definido como uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre as posições”.

²³ Hagopian é especialista em política comparada da América Latina, com ênfase em democratização, representação política, economia política e religião e política. Seu trabalho atual se concentra no estabelecimento de um regime de bem-estar social no Brasil e na economia política da

política da oligarquia: a persistência das elites tradicional no Brasil contemporâneo] constitui aqui importante base teórica – ao compreender o papel das famílias na continuidade das elites tradicionais - e metodológica - ao selecionar para análise os nomes que reúnem prestígio político e comando na estrutura do Estado e perante à sociedade e aliados políticos (HAGOPIAN, 1986). Ao mesmo tempo em que esses estudos de natureza microssociológica e antropológica se desenvolvem a partir dos anos 1950, os estudos sobre política brasileira nesse período passam a desconsiderar a variável família e a dar mais destaque a uma vertente analítica estatisticamente orientada que tem as questões partidárias como centrais, como aponta Canêdo²⁵ (2005). Esse redirecionamento da agenda de pesquisa está amplamente relacionado à necessidade de alinhar a epistemologia ao que era entendido como problemáticas de um país mais democrático (CANÊDO, 2005).

Assim como Letícia Canêdo, Ricardo Costade Oliveira (2001; 2004; 2007; 2012; 2015) faz parte de uma série de autores contemporâneos que retomam a agenda temática da família e política. Oliveira é uma grande referência nos estudos sobre relações de parentesco nas instituições políticas e, fazendo uso do recurso da genealogia, analisa a presença de práticas de poder político familiar e nepotismo no Paraná – estado brasileiro que, como a Bahia, se constitui após a Revolução de 1930 com ideais modernos que afastariam situações de nepotismo, por exemplo. Sua produção teórica e empírica mostra o contrário.

De Oliveira (2012), é importante destacar ainda uma análise que baliza essa investigação e que, ao mesmo tempo, reafirma a sua inserção nos estudos sobre desigualdades. Segundo ele, os estudos dessa agenda de pesquisa precisam estar atentos ao contexto no qual as famílias estão inseridas e como elas se relacionam com a sociedade ao seu redor. Para além de uma identificação do fenômeno de famílias na política é necessário destacar o processo de concentração de poder e de renda que permite o surgimento desse grupo dominante, e que é responsável “pela formação de desigualdades e carências de longa duração” (OLIVEIRA, 2012, p. 73).

desigualdade na América Latina. Disponível em: < <https://drclas.harvard.edu/people/frances-hagopian-0>>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

²⁴ Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1721.1/35335>>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

²⁵ Professora Titular aposentada da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde foi docente entre os anos de 1983 e 2012 e pesquisou sobre transmissão do poder político, voto, instituição escolar, educação das elites e circulação do conhecimento. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7664296743388180>>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

É o que faço a seguir, neste capítulo e no Capítulo 3, ao escrever sobre o contexto baiano.

A agenda de pesquisa contemporânea que segue consolida a inclusão da variável *família* nos estudos sobre instituições públicas e órgãos político-administrativos, bem como complexifica e qualifica o debate. A abordagem de Igor Gastal Grill²⁶, por exemplo, destaca como as instituições políticas nem sempre são ineficazes e pecam no comprometimento com o público. Ao pesquisar o Rio Grande do Sul, Grill (2003) destaca o quanto a conexão entre famílias políticas naquela região impacta a organização dos partidos políticos. De acordo com ele, siglas partidárias conectaram distintas famílias políticas na história do estado e, com isso, diluíram as diferenças de ideologia, profissão e ocupação desses grupos políticos.

Monteiro (2017, p. 263) operacionaliza, como faço aqui, o conceito de capital político-familiar para constatar que aproximadamente 20 famílias controlam os destinos do estado da Paraíba nas últimas três décadas. O autor também destaca que quanto mais próximo/vinculado determinado ator estiver do núcleo de uma família política, mais fácil é a ocupação de cargos decisórios, e as chances de acessar recursos por suas empresas são maiores. Para ele, o capital político-familiar, atrelado ao capital econômico, são fundamentais para o sucesso eleitoral. Ao lançar luz sobre a genealogia das famílias políticas paraibanas, Monteiro sinaliza ao campo de estudos que, no contexto republicano atual, a política se transforma em “negócio de família” porque a ação política passa a ser orientada pela lógica do mercado e sob controle de poucas famílias.

Nesta investigação, sigo o mesmo grande objetivo de todos esses trabalhos contemporâneos ao apresentar as problemáticas da relação família e política: somar conhecimentos para compreensão da realidade da política brasileira, entendendo os grupos políticos familiares como variáveis significativas para análise do campo político. O desejo aqui não é apenas a identificação das famílias políticas baianas de 2004 a 2022, mas também saber de que forma os recursos provenientes do parentesco são transformados em controle de instituições políticas, ocupação de postos decisórios e formação de grupos de poder local.

²⁶ Grill é professor titular da Universidade Federal do Maranhão e desenvolve pesquisas sobre processos, condicionantes e lógicas de seleção de elites. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6648080593915062>>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

2.2. Modernização conservadora e repaginação política das famílias

Segundo Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017), a elite política brasileira adota práticas de nepotismo e inclusão de parentes na política como forma de permanecer no controle do sistema político brasileiro. Essa prática, para os autores, funcionou. Mesmo diante das transformações ocorridas na sociedade brasileira, elas não foram eficientes em separar a presença de relações familiares no campo político:

tais grupos manifestaram habilidade política de se sobrepor às mudanças e reconfigurar suas estratégias de poder e riqueza, mantendo e reproduzindo estratégias familiares e sobrenomes em meio ao aprofundamento do capitalismo, do processo de urbanização e de modernização da sociedade brasileira (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017, p. 172).

Na formação do Estado Nacional brasileiro, desde o processo colonizador, a forma de comando se dividia entre o poder nacional e poder local, com prevalência desse último. Esse contexto foi contundente para a construção do poder pessoal dos chefes oligarcas, haja vista a grande extensão territorial brasileira e - como Hagopian confirmou nos estudos sobre a Primeira República - o predomínio das grandes propriedades rurais como motor econômico. Para Faoro (1958, p. 17), a elite política nacional seria, justamente, a minoria dominante de chefes oligarcas que “governa e separa governo e povo, Estado e nação” (FAORO, 1958).

Holanda (2014) também identificou como esse modelo administrativo descentralizado, baseado em estruturas locais de governo, favorecia o chefe local em um fenômeno que nomeou de personalismo, isto é, segundo ele, uma gestão política voltada para interesses particulares. A dificuldade do poder central em alcançar todo o território brasileiro simbolizou, em alguma medida, o sucesso das elites e a construção de grupos dominantes locais:

Era nos engenhos de açúcar e nos grandes latifúndios, isolados e distantes do poder central português, que se reproduzia o fenômeno das parentelas e dos exércitos privados em torno do chefe local. Neste sentido, a centralização política não foi capaz de aglutinar todos os grupos privados das diversas regiões do território nacional. A cultura personalista favoreceu uma valorização da relação mais pessoal entre patrão e empregado, governante e governado, em detrimento do estabelecimento e do cumprimento de regras impessoais, o que enfraquece as instituições burocráticas (REIS, 2010, p. 22-23).

Também no início do século XVIII, durante as reformas pombalinas - mais uma reestruturação do Estado brasileiro a fim de fortalecer um governo central e diminuir o poder dos chefes locais - as elites saíram fortalecidas. Com a criação de

novas instituições públicas na colônia Brasil, em função da extinção definitiva do regime de capitâneas - hereditárias, os filhos de oligarcas que iam à Europa estudar ocupavam funções públicas na colônia ao retornar (REIS, 2010). Para Hagopian (2016), e assim entendo aqui, a concentração de certos sobrenomes no ambiente político simboliza como as relações familiares estão fundamentadas, em princípio, no exercício do poder tradicional – o senhor manda e o súdito obedece em virtude da tradição de uma dignidade pessoal, sem vinculação a normas legais (WEBER, 1981). A ocupação desses postos por filhos da elite oligárquica diz sobre a dimensão desse poder tradicional, uma vez que se dava de forma incontestada e como respeito à tradição do mérito dessa elite.

A Primeira República, também denominada de República Velha, é uma outra vitória para as famílias políticas - já neste momento, entenda, elites políticas/oligárquicas. José Murilo de Carvalho (2014) destaca como essa nova transformação da estrutura político-social brasileira foi, na verdade, um acordo entre a elite imperial – tentando manter o poder – e as oligarquias provincianas – descontentes com o centralismo político e com controle sobre rebeliões regenciais. A estrutura federativa de Estado implementada pela Constituição de 1891, portanto, não significava uma federação com maior autonomia financeira e política de seus estados integrantes, mas sim a prevalência de um sistema de governo estadualista e oligárquico (REIS, 2010). O clássico *'Coronelismo, enxada e voto'*, de Victor Nunes Leal (2014), destaca como as práticas baseadas na patronagem e no clientelismo se tornaram ainda mais importantes, haja vista a necessidade de agregar mais eleitores ao processo político na República. De acordo com Leal (2014), o coronelismo não pode ser entendido como mais um exemplo de sobrevivência do poder privado, mas enquanto uma manifestação desse poder:

concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado (...). É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (LEAL, 2014, p. 43-44).

Essa adaptação da forma de dominação local pelas famílias políticas na Primeira República - o coronelismo – diz respeito ao novo funcionamento da estrutura político-social do país: o governador republicano era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais; não há mais indicação, como fazia o Ministério para o

presidente da Província no Império (LEAL, 2014). A instituição da figura do governador de estado, junto com um período de decadência econômica de oligarcas ligados ao ciclo do ouro e do açúcar, reconfigura a distribuição de forças nacional e é a partir daí que “as máquinas políticas estaduais serão peças fundamentais no tabuleiro político do país. Nesse tabuleiro, a obtenção do cargo de governador podia realmente consistir num verdadeiro xeque-mate nos adversários” (ABRÚCIO, 1998, p. 35). Esse jogo político foi chamado de “política dos governadores”.

A ascensão dos “coronéis” no Brasil está diretamente ligada à refração do poder público. Esse modelo direciona um poder extraoficial à resolução das funções do Estado em relação aos seus pendentos. O partido não poderia dispensar o intermédio do fazendeiro na conquista do eleitorado, visto que grande parte deste não tem contato com a organização política. Tudo isso decorre da estruturação do sistema agrário do Brasil (LEAL, 2014; HAGOPIAN, 2016).

A República Velha sofreu profundo desgaste devido às manifestações de oligarquias dissidentes - insatisfeitas com a predominância das forças políticas paulista e mineira – e em função rebeliões tenentistas e pelo avanço do movimento operário. Não que seja possível entender a elite política brasileira enquanto uma unidade invariável, mas esse é um momento de tensão para elas na história brasileira, porque há uma fragilização interna decorrente da crise econômica de 1929 - que derrubou a política de valorização do café - e um fortalecimento do poder central na condução das mudanças na estrutura político-social do país. É nesse momento que a elite, então oligárquica, passa por uma repaginação. Foi na Revolução de 1930 que as elites oligárquicas - empurradas dos postos de mando em nome de uma modernização do Estado – reproduzem sua estratégia familiar, patrocinando parentes e apadrinhados²⁷ a posições de comando sob a égide de um corpo técnico qualificado no Estado - conforme exigia a narrativa modernizante:

A centralização sem precedentes do Estado brasileiro, acompanhada da expansão de suas atividades (educação, saúde coletiva, legislação de trabalho, obras de infraestrutura no setor de transportes e geração de energia, etc.), foi obra de descendentes das elites agrárias de estados de peso secundário na Federação para transcender os limites impostos pelo estado hegemônico – São Paulo – desde a fundação da República em 1889. A análise das biografias e das atividades políticas dos líderes da

²⁷ Aqui, considero os apadrinhados como aqueles indivíduos que foram beneficiados politicamente pela ligação com uma determinada família. Portanto, caso a inserção de um indivíduo na política tenha ocorrido de forma apadrinhada, mas sem relação com o capital familiar de quem o apadrinhou, ele não integra a rede de compartilhamento de capital político-familiar.

revolução de 1930, todos descendentes de elites agrárias, mas com interesses diversificados em função dos produtos cultivados e do perfil de suas regiões de origem, deverá permitir estudar a contribuição dessa recomposição dos círculos dirigentes para a reorganização do espaço público e compreender a diversificação das elites políticas com a afirmação do Estado nacional (GARCIA JÚNIOR, 2007, p. 74).

Como mencionei anteriormente, o debate sobre capital político-familiar na Bahia desperta o meu interesse por duas razões. A primeira delas é relativa às mudanças estruturais ocorridas nos distintos períodos da política local. Isso porque essa unidade da federação sofreu uma mudança estrutural significativa em decorrência da Revolução de 1930. Oliveira, ao estudar o estado do Paraná, destaca o intento modernizante da federação em romper com os valores oligárquicos e adotar “práticas de um capitalismo regido pelos princípios da impessoalidade e da eficiência” (OLIVEIRA, 2007, p. 153). Da mesma forma, utilizo aqui a Revolução de 1930 apenas como um marco de um movimento parecido na Bahia, que se proporia a levar essa federação a romper com “o ciclo oligárquico dominado pelo recôncavo baiano” (REIS, 2010, p. 28) e proporcionou a entrada de Antônio Carlos Magalhães - sobre quem escrevo mais adiante - na política local. A centralidade de ACM na condução da política baiana só ocorreu por meio da ascensão desse processo personalista de modernização conservadora, com a ruptura com a antiga elite política oligárquica baiana por um comando centralizado na pessoa do governador.

Mesmo que em 1925 a elite oligárquica do recôncavo e da capital Salvador tenha sentido o cheiro de uma ruptura com a eleição de Góes Calmon e suas “escassas, porém reais, tentativas de avanços modernizantes com pitadas liberais e democratizantes” (REIS, 2010, p. 28), foi apenas a partir de 1931, com a indicação do tenente cearense Juracy Magalhães, por Getúlio Vargas, ao executivo estadual baiano, que a elite política foi afastada da burocracia regional – consequência do fortalecimento da União promovido pela ditadura Vargas no contexto nacional. Na Bahia, foi justamente esse momento histórico que levou a construção do poder pessoal de Antônio Carlos Magalhães (ACM), quem viria a patrocinar uma mudança no quadro político da Bahia e se tornaria o patriarca de um movimento que, ao passo que dava espaço para atores até então fora do jogo político, fortalecia o seu controle sobre as trajetórias políticas deles: o carlismo (REIS, 2010) - minha segunda motivação, da qual trato melhor adiante ao apresentar o caso.

ACM é um exemplo da repaginação das elites, que agora precisavam, em um apelo de modernização nacional, “romper” com a dominação oligárquica. E mesmo

que a sua ascensão no estado tenha sido interpretada como um movimento de ruptura com a oligarquia - que se iniciou com Juracy Magalhães, em 1931 – as elites seguiram no controle da estrutura político-social (DANTAS, 2003). Juracy, apesar do sobrenome, não tem ligação sanguínea com ACM. O que desejo destacar a partir dessa primeira motivação é que, da mesma forma que o Paraná - como exemplo, não farei uma extensa comparação nessa investigação - continuou operando por redes políticas familiares (OLIVEIRA, 2007), a Bahia não rompeu com as elites oligárquicas da República Velha. Embora esse novo período da história brasileira tenha sido enunciado com esse propósito, o Estado permanecia dependente dos recursos provenientes da agricultura escravista regional, colocando a elite local “entre os atores políticos civis daquele momento, elas ainda eram quem melhor poderia organizar uma resistência contra o Governo Federal” (ABRÚCIO, 1998, p. 47).

Esse lugar de poder das elites familiares regionais, conforme destacou Abrúcio (1998), ficou ainda mais evidente com as eleições para a Constituinte de 1933-34. Convocadas pelo governo provisório, sob presidência de Getúlio Vargas, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933 tiveram ampla participação dessas elites regionais, o que resultou na diminuição da interferência do Governo Central na administração dos estados e elevação, mesmo que ainda limitada, da autonomia estadual, segundo Camargo (1992). Foi limitada em grande parte em função da radicalização de uma política nacional e centralização pelo governo Constitucional de Vargas – eleito indiretamente em 1934 (CAMARGO, 1992). Essa modernização, porém, conservou para as elites a estrutura agrária e trabalhista do país:

A nova Constituição refletia os esforços modernizadores e democratizantes dos deputados – a racionalização da autoridade, a manutenção do federalismo, o reforço para o desenvolvimento das instituições políticas, a inclusão de novos setores sociais por meio de um processo eleitoral mais alargado. Mas ela também expunha os limites dessa mesma República, que continuavam em vigência após 1930: conservou inalterada a estrutura agrária do país e manteve o trabalhador rural fora da legislação protetora do trabalho (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 367).

De acordo com Reis (2010), o golpe que deu origem ao Estado Novo (1937-1945) possibilitou a Vargas o fortalecimento do Estado central por meio de intervenções econômicas e sociais. Essas mesmas intervenções, segundo Bresser-Pereira (2008), tiveram o duplo papel de desenvolver o Estado – dentro do projeto Nacional-desenvolvimentista, com foco na regulamentação do mercado de trabalho

e na relação entre o setor público e o privado – e de fortalecer grupos econômicos privados, isto é, as mesmas famílias detentoras dos recursos necessários à época. Mesmo com as mudanças estruturais ocorridas no país até então, a elite dirigente da estrutura político-social seguiu a mesma desde o Império, principalmente na Bahia (MATTOSO, 1992).

A posição de neutralidade brasileira na Segunda Guerra Mundial é tida pela literatura “divisor de águas nos rumos do Estado Novo” (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 383). Mas, ao mesmo tempo, reconhece que “o texto produzido pela elite política mineira em 1943, intitulado o “Manifesto dos Mineiros”, foi o símbolo do início da oposição aberta ao Estado Novo” (REIS, 2010, p. 33). Esse documento foi assinado por “92 personalidades do estado de Minas Gerais” e, para reivindicar a instalação de um regime democrático no país, estava fundamentado no alinhamento ideológico do Estado Novo com o fascismo e na estratégia de política externa diante da Guerra (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 385). No mesmo ano em que essa elite assinou o manifesto, também passou a integrar a União Democrática Nacional (UDN), partido que:

constituiu uma verdadeira frente onde se encontravam os que não aceitaram a Revolução de 30; os que a fizeram e se sentiram traídos, os que a fizeram e se desentenderam com o presidente; os que assinaram o “Manifesto dos Mineiros”; todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 37” (LIPPI, 1972, p. 22).

Para Reis (2010), a elite política mineira - ao organizar o manifesto e compor uma estrutura partidária - expõe o papel dos grupos oligarcas regionais para a deposição de Getúlio Vargas e transição para um período democrático. Contudo, foi no Partido Social Democrático (PSD) - cuja criação foi fomentada por Vargas – que estavam organizadas as elites regionais que se sustentavam por chefes locais com controle sobre mandatos parlamentares (SCHWARCZ & STARLING, 2018). Juscelino Kubitschek era do PSD e, como apresento melhor adiante, foi o responsável pela proporção nacional que a carreira de ACM tomou, por meio de uma relação familiar. O poder das elites locais, portanto, estava posto em dois partidos, a UDN e o PSD. O primeiro concentrava aquela elite que se opunha a Vargas e tinha sido antiga aliada em 1930 e no Estado Novo – a parte urbana. Já o PSD reunia a máquina oligárquica mais interiorana (SCHWARCZ & STARLING, 2018).

É verdade que, em seguida, Vargas, representado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constrói uma aliança com o PSD que fez três presidentes da

República em dezenove anos (SCHWARCZ & STARLING, 2018). A centralidade dos partidos políticos, enquanto instituições, para compreensão da política, existe e não pode ser descartada. Como apresentei, os estudos contemporâneos sobre a variável *família na política* acabam por se distanciar das interpretações que orbitam sua análise em torno da configuração partidária (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017) para dar mais foco à relação familiar. Entretanto, as relações familiares também estão colocadas na estrutura partidária.

Diante disso, é possível ver de outra maneira a Lei Agamenon²⁸ – sancionada por Getúlio Vargas e que obrigava a afiliação nacional dos partidos políticos. Isto é, uma nacionalização compulsória, os partidos precisariam de capilaridade nacional para se estruturarem enquanto instituições aptas a lançar candidatos nas eleições diretas que viriam adiante. O sucesso que Vargas obteve nas eleições para o Congresso de 1945 ocorreu – dado o recorte de partidos sem representação nacional – em razão da ação do desenvolvimento regional do PSD sob a chefia dos interventores, ou por atores políticos ligados à interventoria (LIPPI, 1972). A articulação das elites locais em torno de um partido foi o que viabilizou a maioria getulista na Assembleia Constituinte de 1946.

De acordo com Monteiro (2017), “as famílias políticas não somente ocupam os cargos eletivos, mas diversos outros cargos estratégicos e de condução das ações políticas no Estado” (p. 97). Com isso em mente, é possível depreender que há herança familiar nos partidos políticos e que eles, por vezes, são comandados por herdeiros. A capilarização do PSD para as eleições de 1945 seguiu essa lógica, ainda que de forma embrionária e sem a institucionalização que é possível observar hoje. O poder exercido por um herdeiro dentro de um partido político materializa como as redes familiares ocupam as mais variadas estruturas de poder da República. Foi assim com a manobra eleitoral de 1945 – que incluiu o partido político como um campo de forças no jogo político - e é assim que segue na atualidade, como mostro no capítulo 4 – onde o processo de renovação “tem seguido o mesmo

²⁸ A Lei Agamenon “é como ficou conhecido o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, que sem estabelecer expressamente a Justiça Eleitoral, criou, como órgãos dos serviços eleitorais (...). Quanto à candidatura, esse código inovou, determinando o monopólio dos partidos políticos na indicação dos candidatos mas permitiu a candidatura múltipla, podendo o candidato concorrer simultaneamente para presidente, senador ou deputado federal num mesmo ou mais estados”. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos/lei-agamenon>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.

padrão das eleições anteriores, ou seja, “oligarcas e seus filhos, netos, cônjuges, irmãos e sobrinhos seguirão dando as cartas” (...)” (MONTEIRO, 2017, p. 97).

Com um Brasil que recolocava a democracia como condição incontornável da vida pública, a Constituição de 1946 – que vigorou no país por vinte anos – consolidou o funcionamento dos partidos políticos, organizações fundadas sob a ótica do familiar:

(...) a partir de 1945, os grupos oligárquicos regionais ganham maior peso como atores políticos em âmbito nacional, pois passam a ter representação privilegiada no Congresso. Assim, embora as massas populares urbanas tenham papel importante no então jogo político, sua participação estava sempre tutelada por representantes de alguns dos grupos locais dominantes (REIS, 2010, p. 37).

Os grupos oligarcas do interior, as famílias políticas e os seus, estavam novamente repaginados, passavam a ser a garantia da ordem democrática. Quando Vargas retorna à presidência da República, em 1951, a Constituição Federal de 1946 dava direção ao país com inovações e consolidações que mantinham e fortaleciam os grupos locais, a saber: retomada das eleições legislativas e executivas e aumento da autonomia política e financeira dos municípios; consolidação do federalismo enquanto estrutura de Estado - esforço empreendido pelo presidente Eurico Gaspar Dutra – e incorporação de mais estratos da população no universo eleitoral (REIS, 2010).

Essa capilaridade das elites locais e, portanto, de famílias políticas - afinal, como afirmo aqui, as estruturas subnacionais eram fundadas na lógica familiar e, a partir disso, se repaginam – foi percebida por Juscelino Kubitschek (JK), quem ao tentar realizar uma reforma administrativa, do serviço público, enfrenta dificuldades por encontrar um Congresso Nacional “onde predominavam atores políticos fortemente ligados à tradição regional” (REIS, 2010, p. 42). Abrúcio (2010), por exemplo, sinaliza que JK precisava manter espaços de clientelismo para seguir com base de apoio político. O mesmo princípio da modernização conservadora da Revolução de 1930 estava mantido: o Estado se modernizava administrativamente, ao passo que permanecia dando continuidade aos interesses agrários de atores políticos familiares (REIS, 2010).

A necessidade de controlar as ações clientelistas e patronais faz com que JK adote, em seu Plano de Metas, uma política de descentralização com a criação de instituições paralelas destinadas a tratar de questões setoriais específicas. Para Lafer (2002), isso acaba diluindo o poder do governo central ao criar pontos de

excelência governamental e outros com muitas instituições trabalhando em prol de sua própria clientela (LAFER, 2002; REIS 2010). Para Schwarcz e Starling (2018), a política de Jânio Quadros, que sucedeu JK, era provincial e não levou em consideração a inexorável necessidade de construir uma base parlamentar, obter maioria no Congresso e, tampouco, negociar com os campos oposicionistas. Ainda, para elas, o impasse criado por Jânio entre os poderes da República tensionou mais a relação com o Parlamento e o isolou politicamente (SCHWARCZ & STARLING, 2018). A consolidação das Forças Armadas enquanto importante instituição política desde a década de 1930 – com a ascensão da política varguista – e os problemas com as administrações paralelas criadas por Juscelino contribuem para esse cenário a longo prazo, como destaca Abrúcio (2009, p. 42):

o modelo de administração paralela de JK mostrou ser eficaz para a implantação de projetos desenvolvimentistas, porém acaba por gerar fragmentação das estruturas governamentais em instituições setoriais especializadas que conflitavam com os respectivos ministérios.

Mais tarde, após a renúncia de Jânio, João Goulart busca implementar reformas que visavam modificar os padrões de propriedade e renda no Brasil – ponto que, conforme apresentei, é central para Hagopian (2016), Leal (2014) e Abrúcio (2010) para explicar a predominância de elites regionais no jogo político. Essas reformas falham e criam um impasse que fica refletido na paralização do Congresso Nacional – onde a maioria de parlamentares era vinculada a esses grupos de poder local.

O latifúndio era mesmo o maior símbolo do subdesenvolvimento, mas a posse de terra era fonte do poder, significava representação no Congresso, sustentava as bases regionais do PSD; os grandes proprietários rurais nunca foram ameaçados nem mesmo por Vargas, e Juscelino era cauteloso o bastante para não se intrometer no sistema vigente de propriedade (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 423-424).

Com o Golpe de 1964, uma mudança é instaurada no quadro político nacional e, por conseguinte, regional. O grande ponto de inflexão com as elites regionais, que predominavam até o fim da segunda República, está na instalação de um modelo autoritário e centralista imposto pelo Governo Militar. Reis (2010, p. 47) afirma que, até então, “ainda havia uma grande diversidade de núcleos regionais influentes”. O plano militar reconfigurou o Estado e enfraqueceu os estados e seus governadores, ao mesmo tempo em que fortaleceu a União e a Presidência da República. Nesse momento, as famílias já estavam, mais uma vez, repaginadas:

(...) as velhas elites políticas que controlavam o país desde a época colonial instrumentaram e mobilizaram setores superiores das Forças Armadas. Entre estes apoiadores civis encontravam-se os governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo) e Magalhães Pinto (Minas Gerais). Os três deram suporte militar através de suas milícias estaduais. O resultado desta conjuntura foi, em abril de 1964, um golpe contra as reformas sociais de Jango, como também contra a rudimentar democracia política emergida em 1945 (REIS, 2010, p. 49).

Como é possível compreender, a consolidação de grupos locais enquanto elites decorre, fundamentalmente, da distribuição de forças no federalismo brasileiro. Isto é, quando a ditadura militar reorganiza a federação, prevalecendo o autoritarismo e o centralismo administrativo, há um enfraquecimento do poder das elites regionais. Isso foi instrumentalizado por meio do controle das polícias militares dos estados pelo Exército, logo em 1965; da instauração do Ato Institucional (AI) nº3 (AI-3) – que torna indireta a eleição para governador – em 1966; e da extinção dos partidos - instituição que, como apresentei, é capaz de institucionalizar e reforçar o poder das famílias - via AI-2 (REIS, 2010; SCHWARCZ & STARLING, 2018).

Se as famílias políticas já haviam se repaginado para ocupar os postos de tomada de decisão nesse novo cenário brasileiro, a consequência é que o jogo político tenha se reorganizado da mesma maneira. Com o fim compulsório dos partidos políticos, que agrupavam grupos locais – PTB, UDN e PSB -, as elites precisaram se alinhar ao ARENA ou ao MDB – legendas instituídas pela ditadura civil-militar. Mas, além disso, o ambiente de industrialização acelerada e urbanização faz com que as elites operem não só na política, mas também na economia, como empresários, capazes de dar ainda mais pujança ao desenvolvimento do Estado, ou como atores políticos sustentados pelas relações com o empresariado civil (REIS, 2010).

Monteiro (2017, p. 132), por exemplo, destaca que “famílias políticas construíram, a partir do Estado e com apoio deste, mecanismos de dominação que possibilitaram serem inseridas na máquina estatal por meio de privilégios historicamente construídos por possuírem quantidades expressivas de capital”, isto é, recursos de poder que facilitaram essa inserção. O Ministério do Planejamento e da Fazenda, de 1964 a 1985, “era reduto de civis”, (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 451) comandados por economistas afeitos a uma ideologia neoliberal que estava disposta a dialogar com as forças produtivas representadas pelas famílias políticas empresariadas ou empresários vinculados a elas nos estados: “No fundo, existia um canal absolutamente aberto entre o governo e o setor empresarial,

reafirmou (...) Delfim Netto” (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 451), quem compôs o corpo ministerial militar por quase toda a ditadura, como ministro da Fazenda, de 1967 a 1974, e do Planejamento, de 1979 a 1985.

Esse reordenamento econômico que o Brasil vive – com a mudança da estrutura agrária para industrial e urbanização dos espaços - coloca luz sobre a centralidade do fluxo de recursos financeiros, enquanto distinção, capital simbólico, para o sucesso político de determinado ator (MONTEIRO, 2017). Isso se estende até a redemocratização, em 1985, e é importante para compreender o comportamento das elites locais e, especialmente nesta investigação, o nascimento de um clã político na Bahia que incorpora o capital econômico ao capital político-familiar. A construção de uma relação econômica, mais do que antes, está imbricada com a estruturação do ambiente político: “As regras do jogo político brasileiro reforçam a tendência de mercantilização do universo político” (MONTEIRO, 2017, p. 140).

2.3. Redemocratização e continuidade das famílias políticas

A noção de democracia adotada aqui compreende a sua concepção histórica no país. Isto é, remonta ao projeto democrático liberal que triunfou, “de braços dados com as antigas elites políticas legitimando o processo de transição e o “projeto” de país” (MONTEIRO, 2017, p. 37), por meio da construção da Constituição de 1988. Por isso, é importante ter em mente que o cenário no qual essa investigação se desenvolve é de uma democracia que:

embora pactue por meio dos movimentos sociais e da sociedade civil um projeto de democracia participativa a partir da década de 1990 e com a constituição cidadã concebendo o alargamento da sociedade civil, o que se viu e se vê é que o controle político da representação política ficou com os herdeiros das oligarquias (MONTEIRO, 2017, p. 37).

Essa condição - de domínio do aparelho estatal por históricas famílias políticas pertencentes à elite política brasileira, ao priorizar um modelo de democracia centralizado quase que exclusivamente na liberdade de votar e ser votado, coloca em segundo plano a oferta de oportunidades para todos e contribui para que a desigualdade siga sendo marca da sociedade brasileira. A democracia liberal brasileira, nesse período de transição do regime autoritário recente para democrático, foi interpretada pela elite como apenas um método de seleção das elites por meio de eleições periódicas - algo como a definição minimalista da democracia por Schumpeter (1984).

Diante disso, a representação política no país se coloca intrinsecamente ligada a onde estão, e de onde vem, aqueles que ocupam o espaço político e, por conseguinte, quais e quanto recursos de poder eles detêm para essa ocupação (MONTEIRO, 2017). O argumento aqui, de que a variável “família” é significativa na análise da política, está fundamentado no que foi apresentado por meio da literatura relevante sobre esse conceito e, ao mesmo tempo, nas investigações empíricas contemporâneas²⁹ que dão destaque para a relação entre parentesco e poder político. Essa realidade incita questionamentos de porque haveria tantos indivíduos com os mesmos sobrenomes no espaço político, ou mesmo do que leva esses atores a esse ambiente de poder.

A descentralização política e a abertura democrática brasileira ocasionaram mudanças no plano político subnacional. O primeiro marco desses processos foi a revogação dos atos institucionais, em 1978. Em seguida, a adoção de um sistema pluripartidário e a anistia de políticos e ativistas exilados – medidas aprovadas pelo Congresso Nacional – consolidaram o caminho para o modelo democrático que viria. Reis (2010, p. 70) destaca que, embora a abertura política estivesse no plano do governo militar, medidas como a reforma partidária; o adiamento das eleições ao executivo municipal e estadual, “visando uma sobrerepresentação da região norte/nordeste, território onde a oposição aos militares era fraca”, foram tomadas com o objetivo de evitar o crescimento da oposição que estava concentrada no partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O pluripartidarismo estabelecido em 1979 pelo presidente Figueiredo permitiu a fundação de seis partidos, mas não extinguiu a dominação do Estado por redes familiares, ao contrário, “com o processo de redemocratização muitos herdeiros das tradicionais oligarquias se tornarão agentes que se utilizarão do discurso democrático como forma de atrair os (...) que enfrentaram a ditadura militar” (MONTEIRO, 2017, p. 52). Os partidos criados agrupavam grupos e interesses específicos, como o oficial do regime militar (antigo ARENA), o Partido Democrático Social (PDS); o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (antigo – e atual – MDB); aquele formado por grupo empresariais do Centro-Sul, o Partido Popular (PP); o que estava, à época, ligado ao assalariado urbano, o Partido

²⁹ Em SARDINHA (2017) e MIGUEL, MARQUES e MACHADO (2015), como apresentado na seção Introdução deste trabalho.

Trabalhista Brasileiro (PTB); o dissidente do PTB, criado por Leonel Brizola, o Partido Democrático Trabalhista (PDT); e o Partido dos Trabalhadores (PT), representante do movimento sindical, de intelectuais esquerdista e da corrente da igreja católica ligada à Teologia da Libertação (FLEISCHER, 1986). Mesmo com isso, os cargos e as instituições estratégicas do Estado continuaram a ser controladas e dominadas pelos herdeiros das oligarquias que operavam a máquina do Estado desde 1930, conclusão de Monteiro (2017) em pesquisa sobre a elite política paraibana.

O movimento que descrevo até aqui reflete como, mais uma vez, as mesmas famílias políticas se adaptaram para permanecer no poder. ACM, por exemplo, esteve no decorrer do período militar na ARENA, mas, quando no período de redemocratização, tornou-se símbolo de democracia liberal (REIS, 2010):

(...) imbuído do discurso democrático liberal, camuflam-se o processo de permanência e reprodução de linhagens tradicionais e de detentores históricos de poder político, herdeiros dos mais tradicionais oligarcas do Estado. Muitos são os herdeiros que, pertencentes às classes privilegiadas, encontram-se na ideologia que se poderia chamar de carismática (pois valoriza a “graça” e o “dom”) uma legitimação de seus privilégios, os quais são transformados em herança social e política em graça individual ou mérito pessoal (MONTEIRO, 2017, p. 53).

Esse processo que, até então, venho nomeando como uma repaginação de uma mesma elite oligárquica familiar acontece de maneira simbólica, isto é, “os agentes ao impor suas visões de mundo, permitem, assim, a di-visão do próprio mundo entre dominadores e dominados” (MONTEIRO, 2017, p. 54). A disputa entre as diferentes visões de mundo e concepções da realidade no espaço social garantiram, ao longo dos anos, a predominância das oligarquias econômicas e políticas no controle do Estado. Reis (2010, p. 84), por exemplo, identifica essa di-visão ao afirmar que “Na Bahia, a elite política prova sua maleabilidade na construção e desconstrução de blocos hegemônicos em torno de um jogo governista e oposição, sem que isso representasse ruptura”.

No processo democrático, Monteiro (2017) ressalta a existência de uma sociedade midiaticizada e pautada pela cultura do espetáculo que permite ainda mais a construção e desconstrução de agentes políticos, como foi o caso da posição da “grande mídia” sobre a abertura democrática, desejando e propiciando que ela acontecesse de forma gradual com a condução militar e de elites econômicas e políticas, constituindo, portanto, um Estado oligárquico de direito. Nele, o direito de

votar é assegurado, mas as alianças entre as oligarquias, donos do dinheiro, donos das indústrias, donos da mídia e militares garantem que os herdeiros políticos permanecem tendo acesso aos principais cargos e postos de mando do Estado (MONTEIRO, 2017).

O cenário da investigação desse trabalho, portanto, é de uma democracia em sentido estritamente liberal, que camuflou que as pessoas sem recursos econômicos e ligações políticas e sociais com prestígio simbólico teriam sucesso para ocupar os espaços de poder e de representação política. Como mostrei aqui, e sinalizado por Monteiro (2017), possuir ligação familiar com um agente político garante que o indivíduo terá acesso e compreensão facilitadas do ambiente político, em detrimento daqueles que não possuem esse recurso. O que o modelo de democracia adotado pelo Brasil a partir de 1988 representou, ao fim e ao cabo, foi:

(...) a ilusão de que as disputas são iguais entre qualquer cidadão e que o voto possui o mesmo peso e valor. Desta forma, reitera-se a afirmação da universalização do sufrágio pelas quais todos podem votar e ser votado. Oculta que a representação política é simbólica e material (MONTEIRO, 2017, p. 55).

Junto com isso, de acordo com Almeida (2001), a Constituição Federal de 1988 promoveu uma reforma da Federação brasileira dando maior relevância às instituições políticas por compreender que elas desempenhariam um papel determinante para os resultados políticos e sociais. O novo pacto federativo, estabeleceu três níveis de governo – federal, estadual e municipal – com campos de atuação próprios e sem subordinação. Aliado a isso está um conjunto de regras constitucionais que determinam as obrigações financeiras, as leis, a arrecadação de recursos e os campos de atuação (ALMEIDA, 2001). Praticamente, como pontua Falleti, o protagonismo subnacional aumentou com a descentralização pós-desenvolvimentista em função do crescimento de recursos financeiros destinados aos estados e municípios, bem como cresceu também a responsabilidade desses entes federados na formulação e execução de políticas públicas (FALLETI, 2006, p. 21).

Isso representa, portanto, que “a redemocratização, e conseguinte ampliação do pacto federativo com aumento da participação dos estados e municípios, modifica a distribuição de poder e bens nos distintos grupos políticos regionais e nacionais” (REIS, 2010, p. 84). Para Scott Mainwaring (1999, p. 98), por exemplo, esse processo foi a “transição de um “modelo unionista autoritário”, sob regime militar,

para o “federalismo estadualista”. Essa concepção é importante porque a forma de organização do Estado Brasileiro afeta o processo de compartilhamento de recursos simbólicos e materiais entre as elites. Ao modificar a alocação de recursos públicos, o processo de descentralização desvenda a incapacidade dos entes municipais – onde as elites oligárquicas e os “coronéis” tinham amplo poder de mando – em gerir suas contas e políticas públicas e dá centralidade à figura do governador, que:

passa a controlar as elites políticas regionais, e, por conseguinte, ter importante papel no cenário nacional por sua figura de influência na delegação do Congresso Nacional. Assim, atua como um veto player do Presidente, pois interfere no suporte de aprovação de políticas na esfera legislativa. Ou seja, os governadores tinham a faculdade garantir a estabilidade legislativa, dando ao executivo capacidade de governar. Isso é de especial relevância num país em que a fragilidade e fragmentação partidária era, e é, uma realidade, agravada pelo sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta (REIS, 2010, p. 84).

Como é possível perceber, a reprodução de capital político-familiar é histórica e acontece, fundamentalmente, em contexto subnacional. Até aqui, tenho tratado sobre as mudanças e adaptações das famílias políticas para permanecerem com no comando da máquina estatal sob uma perspectiva das próprias famílias, isto é, o movimento desse grupo político dentro do próprio campo. Entretanto, interessa também que essas mesmas famílias instrumentalizam as decisões políticas de forma a construir uma organização do Estado, um modelo institucional, que continua permitindo a sua reprodução no poder. Para Bourdieu (2011b), as famílias possuem uma tendência a eternizar seu ser social por meio de estratégias de fecundidade, matrimoniais, de herança, econômicas, políticas e educacionais.

Dado isso, é possível entender que o protagonismo do governador e a nova dinâmica municipal são, em fato, expressões de como as práticas cotidianas de uma elite familiar – fundamentadas em uma estrutura de dominação – alteram a estrutura social e permitem compreender que as famílias políticas são um fenômeno microscópico, que se desenvolve, especialmente no âmbito subnacional (KUSCHNIR, 2000). A figura do prefeito, por exemplo, passa a ter outra dimensão com o pacto federativo, especialmente relacionada à materialização das demandas dos cidadãos pelos agentes políticos via transferência de recursos. Isso é evidenciado pela antropóloga Karina Kuschnir (2000, p. 44), ao analisar uma família política do subúrbio carioca, resume:

O poder de negociação dos dois protagonistas é bem diferenciado. A força do prefeito diante de Fernando fica evidente se observarmos alguns detalhes da narrativa. Em primeiro lugar, é Fernando quem vai até o prefeito fazer um pedido porque, apesar de deputado, não conseguiu que algumas

ruas fossem iluminadas. (...). O poder de direcionar os investimentos, dos quais Fernando precisa para cumprir sua promessa aos eleitores, está nas mãos do prefeito.

Para esse trabalho, abordar o aspecto local interessa por esse conceito, conforme expressa Fischer (1992, p. 104), estar vinculado à ideia abstrata de espaço das relações sociais, ao mesmo tempo em que representa um âmbito espacial delimitado, como base, território e microrregião. Para a autora, analisar o local é observar o poder enquanto relação de forças - como na situação posta por Kuschnir no trecho acima, onde balizamos a capacidade de realização do agente político.

Capítulo 2: CONSTRUÇÃO DO PODER POLÍTICO-FAMILIAR: conceitos básicos

Como foi possível apreender da discussão trazida no capítulo anterior, a estrutura política brasileira é familiar. Isso acontece porque o conjunto de indivíduos - agrupados apenas por laços sanguíneos e matrimoniais, em um primeiro momento, na história brasileira – foi capaz de reunir e desenvolver características necessárias para ocupar os espaços de poder, acessar informações privilegiadas, recursos financeiros, e construir uma rede de apoio e influência que pode ser usada para promover os interesses pessoais. As famílias, portanto, desenvolveram um *habitus*, isto é, um conjunto de disposições e práticas sociais internalizadas pelos indivíduos do grupo que influenciam sua forma de ver e agir no mundo (BOURDIEU, 2011b). Ainda que tenha havido mudanças ao longo dos anos, estes traços de uma política baseada em grupos familiares permanecem centrais, adaptando-se aos novos tempos e compondo uma dimensão essencial da política brasileira.

Neste capítulo, apresento os conceitos teóricos e metodológicos que fundamentam essa investigação e permitem explicar e interpretar o problema de pesquisa. Parto da sociologia relacional de Pierre Bourdieu para cimentar a importância das relações sociais e das práticas cotidianas na formação da estrutura social e das desigualdades sociais, em seguida, desenvolvo como os conceitos de poder simbólico, *habitus*, campo e capital. Ressalto, mais adiante, a relevância do poder local para entender o caso estudado nesta pesquisa e validar, de forma metodológica, os estudos sobre família política que partem a investigação desde o

município. Por fim, apresento como as categorias analíticas propostas dialogam com a teoria e ajudam a identificar e entender o problema.

2.1. A sociologia relacional de Pierre Bourdieu

Por que me parece necessário e legítimo introduzir no léxico da sociologia as noções de espaço social e de campo de poder? Em primeiro lugar, para romper com a tendência de pensar o mundo social de maneira substancialista. A noção de espaço contém, em si, o próprio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 2011b, pág. 48-49).

É a partir dessa noção relacional do mundo social que esse trabalho foi construído. Isso porque acredito que a teoria relacional de Pierre Bourdieu é capaz de responder à questão inicial: por que haveria tantos indivíduos com os mesmos sobrenomes no espaço político? Ou mesmo, o que leva esses atores a esse ambiente de poder? Essas perguntas pressupõem o que Bourdieu (2011) denomina de exterioridades múltiplas, isto é, compreendem, nesse contexto, a existência de uma realidade onde grupos familiares não ocupam postos de mando, ou seja, uma distinção preexistente. Para o autor, a posição social de um indivíduo é determinada por sua posição relativa em relação a outros indivíduos, grupos e instituições na sociedade.

Essa posição relativa, por sua vez, de acordo com Bourdieu (2017), é dada pela separação de classe entre os considerados superiores e inferiores – sem relação com o “princípio jurídico formal da igualdade” -, os indivíduos se aproximam e afastam-se em razão do compartilhamento de posições (BOURDIEU, 2011b). Esse é um dos princípios de classificação, de nós e dos outros, que, para o autor, determinam a desigualdade entre os indivíduos. Esses princípios constituem uma hierarquia social, que não se confunde com a econômica, amparada em símbolos, valores e normas culturais que são compartilhadas pelos membros de uma sociedade (BOURDIEU, 2017). Essa ideia de distinção entre indivíduos e grupos fundamenta a noção de espaço social como “um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por

sua exterioridade mútua e por relações de proximidade (...) e, também, por relações de ordem, como abaixo e entre” (BOURDIEU, 2011b, p. 18).

O espaço social, segundo a sociologia relacional de Pierre Bourdieu, congrega “campos de poder”. Isto é, um microcosmo no interior de um grande mundo social que apresenta suas próprias regras e formas de existir. Isso garante uma autonomia para o ambiente, gerando um funcionamento específico, o qual não se aplicaria, por exemplo, a um campo vizinho. Internamente, o campo impõe aos seus integrantes – “profissionais” – obediência aos princípios e critérios que operam nele para que exista e perpetue. Bourdieu (1992) assim se refere ao conceito de campo:

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre as posições. Estas posições são definidas objetivamente na sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação atual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja possessão comanda o acesso aos benefícios específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, pelas suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído pelo conjunto desses microcosmos relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis àquelas que regem os outros campos (BOURDIEU, 1992, p. 24).

Esses princípios e critérios, necessários para um indivíduo ou agente operar em determinado campo, são o *habitus* do campo, isto é, diz respeito ao funcionamento do campo internalizado pelos agentes e, por conseguinte, constrói a visão de mundo desses. O *habitus* garante uma “distinção”. Os indivíduos que desobedecem ao *habitus* de determinado campo – visto que a cada campo corresponde um *habitus* específico – seriam “profanos” e, por isso, externos ao campo (BOURDIEU, 2011, p. 195). Contudo, é importante destacar que o agente é um sujeito autônomo dentro do campo, por isso, mesmo que o *habitus* influencie fortemente suas ações, ele não as dita e permite ao indivíduo construir sua “visão de mundo” com base também nos eventos do mundo social (MIGUEL, 2014).

Nesta investigação, entendo que o campo político é um ambiente de disputa, de lutas políticas onde se constrói o jogo político e em que se dão as relações entre indivíduos ou agentes. Utilizo a noção de campo político porque “ela permite construir (...) essa realidade que é a política ou o jogo político (...) e, em seguida, comparar essa realidade construída com outras realidades” (BOURDIEU, 2011, p. 194). É o que farei ao entender a lógica da ocupação de cargos de eleitos em

prefeituras, governo e na Assembleia Legislativa no estado da Bahia – campos da profissionalização política, e em seguida relacioná-la com a presença de indivíduos com relações de parentesco nesses cargos – o campo familiar (BOURDIEU, 2011).

Em um contexto democrático, o campo político – que assim como todo campo opera para autonomizar-se – deixa, periodicamente, de fechar-se em si para que aqueles indivíduos que não o integram – os profanos – possam conferir-lhe legitimidade, isto é, no processo eleitoral, o voto por maioria garante que os profissionais possam seguir operando o seu código de conduta e participando do campo (BOURDIEU, 2011). Ainda sobre este aspecto, é importante destacar que um contexto democrático exige mais do que eleições diretas, mas esse é um pré-requisito mais próximo do consenso na Ciência Política (MIGUEL, 2014).

Quando trato sobre essa distinção entre profissionais e profanos posta por Bourdieu (2011, p. 196), assumo, assim como o ele, que a ocupação no campo político se dá por indivíduos que reúnem “condições sociais de acesso à política”. Essa categorização coloca a investigação que proponho aqui no rol de estudos sobre elites e, por conseguinte, desigualdades. Isso porque essa visão bourdieusiana está posta para contrapor a discussão clássica sobre elites, que foi situada em abordagens que possuem uma visão cíclica e fatalista da história e profundamente antidemocrática, anti-igualitária e antissocialista (BOBBIO, 1998). A teoria clássica das elites não acredita que é possível construir um sistema político democrático por partirem de uma concepção desigual da sociedade, mas com uma desigualdade nata, inevitável, imutável e que perdurará. Concepção essa que garante, por exemplo, a manutenção de um campo fechado em si.

Ao passo que as abordagens clássicas³⁰, profundamente anti-igualitaristas e antissocialistas, atribuem a ocupação do campo político à presença de habilidades e capacidades natas que se materializam em força, influência e poder político no processo de tomada de decisão, a interpretação de Bourdieu (2011) sobre esse campo é de que sua ocupação é moldada de forma contínua. Os agentes do campo político criam uma lógica própria de funcionamento, mas ela não é fixa, pode ser alterada em função de conflitos internos do campo, isso porque:

³⁰ É interessante observar que, para estes três teóricos, o pensamento sobre "elite" é dual e sem menção a classes sociais, mas sim a grupos: enquanto Mosca (1992) e Pareto (1984) identificam suas elites a partir da presença de habilidades e capacidades, Michels (1982) entende a necessidade de uma ordem técnica e administrativa para arregimentar o maior número de eleitos.

dizer que há um campo político é lembrar que as pessoas que aí se encontram podem dizer ou fazer coisas que são determinadas não pela relação direta com os eleitores, mas pela relação com os outros membros do campo. Ele diz o que diz - por exemplo, uma tomada de posição a propósito da segurança ou da delinquência... - não para responder às expectativas da população em geral, ou mesmo da categoria que lhe deu voz, que o designou como mandatário, mas por referência ao que outros no campo dizem ou não dizem, fazem ou não fazem, para diferenciar-se ou, ao contrário, apropriar-se de posições que possam ameaçar a aparência de representação que ele possa ter (BOURDIEU, 2011, p. 198).

Embora não tratem sob a dinâmica do campo político em termos bourdieusianos, para Bachrach e Baratz (2011), por exemplo, sabe-se que o pressuposto adotado pelos clássicos para o exercício de poder é o processo de tomada de decisão. Mas para além da decisão - e da “não-decisão”, também argumentada por esses autores –, eles chamam atenção para como é importante, ao analisar o comportamento das elites políticas, adotar um enquadramento analítico que consiga diferenciar a força, a influência e o poder político na relação - o que se aplicaria nesta investigação como a interação dentro do campo - entre os atores. Portanto, a noção de que a observação de elites deve levar em consideração como a preferência dos agentes sofre influência da desigualdade, está no que afirma Bourdieu (2011) quando, por exemplo, destaca que os indivíduos que não dispõem de “tempo livre” – possibilitado por um excedente econômico que permite o não exercício de uma atividade produtiva – e capital cultural têm mais dificuldade de acesso ao campo político.

Tempo livre e educação são exemplos de recursos necessários para atingir formas de reconhecimento político, ou seja, capital político. Assim, “o capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (BOURDIEU, 2011, p. 204). Neste trabalho, adoto a noção de capital como um recuso necessário – seja material ou simbólico – para acesso, permanência e ascensão no campo.

Esse acesso ao campo político acontece de maneira desigual (BOURDIEU, 2011, p. 196) e isso resulta em um espaço hierarquizado, uma vez que “é necessário capital para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação do capital” (MIGUEL, 2003, p. 115). Junto com isso, os estudos sobre carreira política assumem que o ingresso no campo político também está condicionado, além do capital político, à “vontade de participar da política institucional” (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 721).

Há uma circularidade significativa entre esses dois fatores, uma vez que, dada a tendência de que os indivíduos adequem seus desejos às suas possibilidades, a impossibilidade de acesso aos recursos tende a reduzir a vontade de participar. E, inversamente, a perspectiva de uma trajetória de sucesso, dada a existência dos meios necessários, contribui para a emergência desta vontade (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 721).

Além da esfera institucional, a teoria de Bourdieu (2011) propõe que a análise da política seja feita também a partir da observação desse capital, isto é, do valor dado pelos integrantes do campo político a determinado recurso necessário para ingresso nele. É também por essa razão que julgo adequada a adoção da teoria dos campos para o estudo da problemática família e política. A existência de parentes próximos, ou de relações de parentesco por solidariedade, ocupando posições de liderança na política é chamada de “capital familiar” ou capital político familiar (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 721).

A presença de pessoas do círculo íntimo exercendo aquela profissão gera a familiaridade e o interesse que estimulam uma opção similar. Por outro lado, trata-se de um “capital” exatamente porque fornece a seu detentor um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo, uma marca dotada de certo valor (seu sobrenome), uma visibilidade derivada do parente mais importante e, em especial, uma rede de contatos com outros operadores políticos, de cabos eleitorais e dirigentes partidários a financiadores de campanha e jornalistas, que podem favorecer sua própria carreira (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 721).

É o compartilhamento desse tipo de capital – que permite acesso às regras do campo e a uma socialização política - que denomino neste trabalho de redes de capital político familiar. Para mais, também interessa saber qual é o *habitus* do campo político em uma realidade regional específica, bem como se ele interfere no valor que o campo atribui ao capital familiar. Ao fim e ao cabo, esses conceitos de Bourdieu demandaram a essa pesquisa a construção de uma historicidade dos grupos familiares investigados. O objetivo foi identificar e analisar o seu capital político-familiar e o entendimento de que o recrutamento político também pode acontecer, ou talvez seja regra, por meio do método genealógico, isto é, pela mobilização e reprodução histórica de capital político-familiar pelos agentes políticos (MIGUEL, 2014).

2.2. A Análise de Redes Sociais (ARS)

Nesta investigação, com o entusiasmo de uma empreitada pouco utilizada no campo, faço a identificação das elites por meio dos tradicionais métodos de

ocupação de postos chaves – o posicional; e de tomada de decisão - o decisional; mas também adoto o método relacional - da relação entre os indivíduos (CODATO, 2015). A visão relacional é conduzida pelo uso da técnica de pesquisa de Análise de Redes Sociais (ARS) e marca a prioridade dada às relações entre os atores em detrimento da descrição de características próprias deles (CERVI, 2015). Isto é, contribui fundamentalmente para o objetivo de demonstrar as relações entre as famílias e entre elas e as instituições políticas. A operacionalização da ideia de capital por meio das noções de redes sociais, como proponho aqui, também foi trabalhada, em certa medida, por Nan Lin (1999). Para ele, os vínculos entre indivíduos proporcionam acesso a uma série de recursos sociais – os capitais - que serão investidos visando retorno em posições sociais dentro da estrutura. Junto com isso, Lin destaca que, para alcançar essas posições, não basta aos indivíduos o acesso ao capital, é preciso também mobilizar a rede, isto é, criar outros vínculos dentro da estrutura e fortalecer as relações existentes (LIN, 1999).

Para adotar essa técnica de Análise de Redes Sociais, o pressuposto básico dessa investigação é de que as relações sociais, neste caso, o compartilhamento de capital político-familiar, afetam a ação humana. Mesmo que o objetivo central não seja compreender a ação dos atores envolvidos na rede, a pergunta de pesquisa se faz relevante quando compreendemos que “a estrutura das relações sociais determina o conteúdo dessas relações” (MIZRUCHI, 2006, p. 73). Para essa investigação, seria equivalente dizer: como o capital político-familiar relaciona a política baiana – o que busco compreender centralmente com essa investigação - demonstra de qual posição na estrutura de oportunidades políticas parte a ação de determinado ator. Também por isso, espero que essa pesquisa possa dar suporte a investigações posteriores que venham, por exemplo, a se debruçar sobre os atores das redes produzidas.

Para Costa (2011), a Análise de Redes Sociais (ARS) - ou *Social Network Analysis* (SNA), em inglês - é um referencial teórico-metodológico que surgiu como reação à dicotomia ação *versus* estrutura “ao pensar como os indivíduos, em suas habilidades, constroem as relações sociais, e estas, por conseguinte, condicionam a estrutura social” (p. 124). A tentativa de equilibrar essa dicotomia epistemológica também pode ser encontrada em Bourdieu (2003), ao colocar a necessidade de se “pensar relacionalmente” (p. 29) para que fosse possível identificar tanto o peso da estrutura, quanto das decisões individuais. Por isso, ao passo que o ingresso no

campo político também está condicionado, além do capital político - proporcionado pelo acesso estrutural às regras do campo - à própria percepção de competitividade do indivíduo de participar da política institucional (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015), o uso dessa técnica busca atender a esses dois mundos. De outra maneira, mais pragmática:

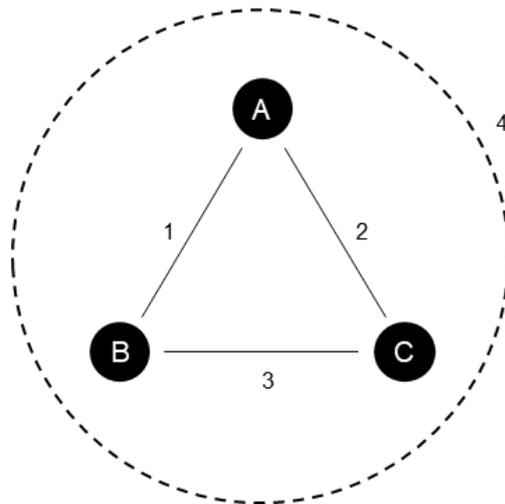
A análise das redes sociais dá prioridade às relações entre os atores envolvidos nos processos políticos, diferenciando-se das técnicas que visam descrever as características próprias dos atores (abordagem microssociológica) ou das estruturas organizacionais e sociais que limitam e constroem as ações individuais (abordagem macrossociológica). O ponto forte da análise de redes é justamente permitir uma superação da dicotomia micro versus macro. Nela, o objetivo é estudar como os atores políticos (sejam eles indivíduos ou instituições) se organizam relacionamente em um ambiente maior (CERVI, 2015, p. 99).

Na técnica de ARS a unidade de análise é a relação, neste caso, o compartilhamento de capital político-familiar. O compartilhamento de capital pode ser, ao mesmo tempo, a causa e a consequência da formação de redes sociais. É causa quando, por exemplo, a própria existência de capital político-familiar garante a conexão entre indivíduos, e consequência quando, a partir de uma conexão por outros atributos, os indivíduos passam a compartilhar capital. Essa interpretação compreende as noções sobre redes sociais de Bourdieu (2003) - relações formadas por sua própria existência ou por ação dos integrantes – e de Burt (1984) - relações sociais específicas conectam atores.

Segundo Hanneman e Riddle (2005), a Análise de Redes Sociais comunica de uma forma específica a estrutura e o conteúdo das relações coletadas, afastando a preocupação em comparar como os atores são desiguais – mais fortes, mais fracos, maior poder, menor poder – para centrar atenção em como os atores estão imersos, ou localizados, na “rede global”³¹. Os atores, portanto, são descritos por meio de suas relações sociais e não por atributos individuais. Isso porque, conforme os autores, as análises sociais convencionais dão demasiado valor aos atributos do “Ego” sem levar em consideração a estrutura de conexões que envolvem determinado ator. Na Figura 2 abaixo, as letras (A, B, C) representam os atores e os números (1), (2) e (3) são as relações. O número (4) é a identificação do que seria a estrutura completa, ou rede global.

³¹ “This is the first major emphasis of network analysis: seeing how actors are located or ‘embedded’ in the overall network” (HANNEMAN; RIDDLE, 2005).

Figura 2 - Representação de atores e relações na Análise de Redes Sociais.



Fonte: Elaboração própria.

Antes de apresentar os conceitos centrais da ARS, destaco a origem multidisciplinar dessa ferramenta metodológica. De acordo com Souza & Quandt (2008, p. 31), psicologia, sociologia, antropologia, matemática e estatística são alguns campos do conhecimento que contribuem para a teoria dessa técnica. Para eles, são três fundamentos teóricos em ARS, a saber: i. a teoria dos grafos; ii. a teoria estatística; e iii. os modelos algébricos. O primeiro privilegia uma análise qualitativa dos dados, ao passo que os outros dois fornecem à análise de redes a capacidade de “analisar estatisticamente sistemas multirelacionais”.

Para entender melhor, os conceitos primários da Análise de Redes Sociais são: nós ou vértices, laços, relação unidirecional ou bidirecional, centralidade, proximidade, densidade, intermediação, distância geodésica e modularidade (COSTA, 2011). A partir da figura abaixo, descrevo e identifico esses termos.

Figura 3 – Exemplo de componentes de uma análise de redes.

A distância entre cada ator da rede é indicada pela proximidade entre os nós, conforme representa o número (1) na Figura 3. Quanto mais próximos, maior a força da relação. Em uma rede global, o grau de proximidade ou distanciamento – a distância - entre os vértices é apontado pela distância geodésica. Se os nós de uma rede estiverem próximos entre si, ou seja, a rede apresentou baixo grau de distanciamento e maior densidade, é possível concluir que há maior integração entre os atores. Quanto mais distantes entre si estiverem os componentes da rede menos densa ela será. A intermediação acontece quando há uma relação indireta entre nós, como acontece no caso do (F) e (C) que se conectam por meio do (A). Para Burt (2004), a intermediação coloca o ator que faz a conexão em uma posição privilegiada para acesso a duas visões de mundo dentro no mesmo campo (BURT, 2004; CERVI, 2015; COSTA, 2011).

Por último, o conceito de modularidade diz respeito a quão homogênea é a distribuição dos nós em uma rede. Na Figura 3, o número (4) mostra que há uma distribuição maior na parte inferior da rede e uma concentração maior de vértices na parte superior. O que distorce a modularidade, nesse caso, é a presença do nó (B), que, por estar distante do centro (A), pode ser considerado um nó fraco porque tem menos proximidade com a homogeneidade da rede. No exemplo, os nós fortes seriam (F) e (E) por apresentarem maior homogeneidade de distância entre eles e os outros vértices (CERVI, 2015; GRANOVETTER, 1983). Aplicando a esta investigação, uma família política localizada no ponto do nó (B) poderia estar menos conectada, por exemplo, ao funcionamento do campo político. Ao mesmo tempo, esse nó fraco poderia ter acesso a mais informações advindas de partes distantes da estrutura (GRANOVETTER, 1983).

Quadro 3 - Métricas estatísticas da ARS e suas respectivas respostas.

Métrica	Resposta
Tipo de rede	Unidirecional ou bidirecional.
Vértices	Nº de vértices na rede.
Total de arestas	Nº de arestas na rede.
<i>Self-Loops</i>	Nº de arestas que conectam um vértice a si mesmo.
Distância Geodésica Máxima (Diâmetro)	A distância geodésica máxima entre todos os pares de vértices, onde a distância geodésica é a distância entre dois vértices ao longo do caminho mais curto entre eles.

Distância Geodésica Média	A distância geodésica média entre todos os pares de vértices, onde a distância geodésica é a distância entre dois vértices ao longo do caminho mais curto entre eles.
Densidade da rede	Esta é uma razão que compara o número de arestas na rede com o número máximo de arestas que a rede teria se todos os vértices estivessem conectados entre si. Arestas e <i>loops</i> duplicados são ignorados.
Máximo de vértices em um componente conectado	O número de vértices no componente conectado que possui mais vértices.
Máximo de arestas em um componente conectado	O número de arestas no componente conectado que possui mais arestas.
Modularidade	Quando a rede tem grupos, esta é uma medida da "qualidade" do agrupamento. Redes com alta modularidade possuem conexões densas entre os vértices de um mesmo grupo, mas conexões esparsas entre vértices de grupos diferentes. Quando a rede não possui grupos, isso é indefinido.
Grau (popularidade)	Nº de conexões em comuns entre um nó e os demais.
Intermediação	Proporção geodésica de pares conectados de vértices que estão fora do grupo central e que passam por ele.
Proximidade	Medida da distância média mais curta de um vértice para outro.

Fonte: Elaboração própria, com informações do *software* NodeXL³³.

Ao fim e ao cabo, essas métricas estatísticas buscam dar conta da dicotomia epistemológica inicial, entre estrutura e ação; sociedade e indivíduo; coerção e habilitação (BOURDIEU, 1994; GIDDENS, 1979). Neste trabalho, ao adotar a técnica ARS busco dialogar com o método escolhido e a tendência teórica. Um dos exemplos de análise com viés matemático está presente na vertente do campo que estuda a centralidade – conceito que tratei matematicamente acima - do agente, como é o caso de Freeman (1979), quem desenvolveu um cálculo básico para medir o potencial de intermediação de um ator que está entre outros dois que desejem se comunicar:

Freeman distinguiu três tipos de centralidade, baseados em grau [*degree*], proximidade [*closeness*] e intermediação [*betweenness*]. O grau se refere ao número de laços diretos entre um e outros agentes de uma rede. A proximidade se refere à medida em que um agente pode alcançar um grande número de outros, com pequeno número de passos. E a intermediação se refere à medida em que um agente cria um caminho singular até outros agentes, de modo que estes precisem passar por ele se quiserem se comunicar (MIZRUCHI, 2006, p. 83).

O trabalho de Freeman (1979) levou à extensão do conceito de centralidade por Everett e Borgatti (2005). Esses autores categorizaram os três tipos distinguidos:

³³ O *software* NodeXL é utilizado nesta investigação em sua versão gratuita, isto é, sem necessidade de licença para uso. Detalhei a sua operacionalização na Introdução.

a) centralidade de grau de grupos (definida como o número de atores fora do grupo central que estão conectados com aqueles que possuem maior centralidade); b) centralidade de proximidade de grupos (compreendendo a soma inversa normalizada das distâncias entre o grupo central e todos os outros atores fora do grupo central); e c) centralidade de intermediação de grupos (mensurada pela proporção geodésica de pares conectados de membros que estão fora do grupo central e que passam através deste) (ZANCAN et al., 2012, p. 67).

Por meio desse novo enquadramento, segundo os autores, seria possível obter uma medida de compartilhamento de capital dos grupos sociais. Lin (2008), mais adiante, coloca o enfoque no padrão das relações sociais e conclui que elas sofrem interferência da intensidade e reciprocidade dos laços - arestas ou arcos – e se dividem em três dimensões:

interna (relações próximas e de confiança, laços de compartilhamento de sentimentos e apoio mútuos), intermediária (laços em que geralmente ocorre o compartilhamento de recursos e de informação) e externa (relações de identidade compartilhadas, ainda que os membros possam não interagir entre si) (ZANCAN et al., 2012, p. 67).

Esses fundamentos balizaram os estudos sobre a técnica de Análise de Redes Sociais em vários campos das Ciências Sociais no Brasil. Na Ciência Política, apareceram inicialmente investigações sobre relações entre estado e sociedade civil (MARQUES, 1999; JUNQUEIRA, 2004). No fim da primeira década dos anos 2000 os estudos começam a analisar as relações individuais e o acesso ao poder – Olivieri (2007), por exemplo, usa a ARS para investigar as nomeações para o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. Mais recentemente, os trabalhos sobre elites políticas e disputas eleitorais são os mais destacados, como o de Cervi (2015), que analisa as relações entre partidos políticos e as coligações eleitorais majoritárias para prefeitura de capitais brasileiras. Ou a pesquisa sobre as redes de financiadores de campanha de candidatos a prefeito em municípios do litoral do Paraná (HOROCHOVSKI et al., 2012). Por último, os trabalhos que, com uso de ARS, desenham redes dos debates públicos em ambientes digitais, como redes sociais – a partir de uma enorme base de dados (DI FELICE, 2012; MOURA & SILVA, 2008; SILVA, 2009). A operacionalização da técnica, diante de um conjunto de dados com um alto número de unidade de análise, expõe suas limitações:

ao permitir uma identificação relacional, o uso dessa técnica é limitado quanto a explicações sobre a natureza dos atores individuais ou sobre a composição mais geral das organizações que se relacionam entre si (através dos atores) A técnica não foi pensada para isso (CERVI, 2015).

Com o propósito de cobrir essa limitação da ARS – o método relacional, congrego os métodos de identificação de elites, como apresentado na seção ‘Metodologia e procedimentos de pesquisa’, posicional e decisional, por meio da técnica da prosopografia³⁴ – cuja aplicação detalho melhor na ‘Introdução’. Isso vai permitir explicar as relações encontradas, além de desenhá-las. Segundo Costa (2011), a necessidade de reunir os atributos dos indivíduos envolvidos na rede é um dos aspectos importantes para a serem considerados em Análise de Redes Sociais. Outros aspectos são: i. diálogo entre os conceitos teóricos do problema de pesquisa e os dados empíricos; ii. rigor metodológico, empírico e matemático; iii. a metáfora de rede não tem relação com a análise de redes sociais; e iv. o que é causal, minoritário - os *outliers* – tem importância na rede (COSTA, 2011).

Capítulo 3: MODERNIZAÇÃO BAIANA E NASCIMENTO DE UM CLÃ: o contexto

Além dos argumentos já apresentados na definição do problema de pesquisa, a adoção do caso da família Magalhães na Bahia vem com o objetivo de permitir uma visualização e compreensão do impacto na estrutura política local do compartilhamento de capital político-familiar. É verdade, conforme expliquei anteriormente, que a ARS não está interessada em descrever os indivíduos. Por isso, entender o contexto no qual opero a construção das redes de relações familiares, sob a ótica de um clã determinado, busca complementar a adoção dessa metodologia e, junto com isso, relatar o *habitus* familiar em um caso específico.

Neste capítulo, que antecede a apresentação e análise dos dados investigados, apresento como as elites políticas operaram no estado da Bahia e como isso resultou, da forma como detalho a seguir, no protagonismo de uma figura

³⁴ “A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes - a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação” (STONE, 2011, p. 115).

política, Antônio Carlos Magalhães, e, por conseguinte, no nascimento de clã. Além disso, evidencio o que a literatura compreende enquanto carlismo – fenômeno do qual trato aqui – e como opero esse conceito para os fins pretendidos nesta investigação.

3.1. A cena política na Bahia

Antes de 1930, a Bahia estava entre os seis estados mais fortes na distribuição do poder político e econômico. Junto com São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco, compunha o grupo de unidades da federação que reuniam bancadas numerosas no Congresso e/ou economias relativamente autossuficientes. Em 1929, a Bahia era destaque na organização nacional da Aliança Liberal, o que pode ser demonstrado, por exemplo, pela presença do baiano Otávio Mangabeira no corpo ministerial do governo de Washington Luís e pela barganha ao posto da vice-presidência na sucessão do Executivo. Com isso, em 1930, na Convenção dos Municípios as oligarquias estaduais firmaram um pacto político para colocar o estado ao lado do Catete. Entretanto, conforme afirma Batista (2020), esse acordo não foi capaz de neutralizar as rivalidades dos campos opostos locais (BATISTA, 2020).

Apesar das aparências, cartas, telegramas e jornais do período revelam intensa movimentação à margem da legalidade e testemunham a participação dos coronéis³⁵ do interior na conspiração. Com relevante papel, pela quantidade de eleitores de que dispunham e que definiam os resultados dos processos eleitorais, eram esses coronéis que davam sustentação política às agremiações partidárias na Bahia. Além do quadro de eleitores, controlavam a economia, ocupando importante lugar na balança comercial do estado, que dependia ainda da produção agrícola dos municípios. Impactados pela Crise de 1929 e pela soma de impostos cobrados pelo governo, não havia motivos para recusar, por completo, uma plataforma liberal que prometia solução para as suas inquietações (BATISTA, 2020, p. 627).

³⁵ O conjunto de disposições relacionadas aos coroneis baianos que listo permitem entender como o conceito de elite política é mobilizado neste trabalho. Distante de ser uma característica inexorável ao indivíduo, como argumentam os clássicos Mosca e Pareto, a elite política pode ser assim entendida porque reúne uma série de poderes socialmente construídos, relacionados às posições objetivas ocupadas no espaço social e não a propriedades individuais (MONTEIRO, 2017, p. 27).

Essa postura dos coronéis, descrita acima, é importante para compreender que o movimento revolucionário de 1930 causou na organização política local, com atenção especial ao poder dos municípios, como já apresentei aqui por meio do conceito de territorialidade e do local. O desgaste de alguns redutos eleitorais coronelistas, ocasionado pela vitória revolucionária, desencadeou uma mudança na relação entre as forças políticas locais, até então marcadas por conflitos entre o governo estadual e os poderes locais. A partir de 1930, segundo Batista, as esferas de poder foram institucionalizadas e chefes políticos locais passaram a vincular-se a agremiações partidárias. Esse movimento dos chefes locais interessa aqui, em particular, porque ele reflete que, de alguma maneira, o novo ordenamento partidário – fruto do desejo de modernização institucional -, também foi cooptado pelos acordos entre elites (BATISTA, 2020).

Praticamente, como já trouxe aqui, Fernanda Reis (2010) relata que o novo cenário político nacional e local rompe com a hegemonia do ciclo oligárquico do recôncavo baiano, onde as famílias detentoras de grandes terras produtivas estavam majoritariamente concentradas, junto com Salvador, a capital do estado. De acordo com Mattoso (1992), naquele momento, a elite dirigente do estado ainda possuía fortes ligações com quadros do período imperial. Entretanto, a grande ruptura dessa elite aconteceu com a indicação do interventor federal, por Vargas, Juracy Magalhães, em 1931. Isso é importante porque é Juracy que fará o primeiro movimento de aproximação com os coronéis, líderes do interior e detentores de poder sob uma enorme quantidade de eleitores. Nota-se, portanto, uma reorganização de poder que também é geográfica. Logo nos primeiros meses como interventor, Juracy visitou 14 cidades no estado e fez alianças com muitos chefes locais, os quais acabaram ingressando no movimento nacional de modernização conservadora (BATISTA, 2020; REIS, 2010).

O diálogo construído por Juracy com as lideranças do interior mostra como a implementação do Estado varguista não ocorreu monoliticamente. Já a manutenção do poder pelas fortes elites oligárquicas da Primeira República, famílias donas de grandes porções de terra produtiva – e, muitas vezes, improdutiva -, foi consolidada com as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Neste pleito, convocado pelo governo provisório, as elites oligárquicas fizeram maioria e diminuíram, por conseguinte, a influência dos tenentes – como Juracy – indicados por Getúlio Vargas. Diante disso, Juracy organiza e funda, na Bahia, o Partido Social

Democrático, único dos PSD's estaduais a apoiar Vargas unanimemente, legenda que representa um momento de integração regional no estado, dada a forte rede política construída com coronéis fora do eixo capital-recôncavo. O cenário estadual, portanto, refletiu apoio para Vargas com a eleição de nomes do PSD para a Assembleia Constituinte da Bahia e, depois, para a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) (REIS, 2010).

Em 1937, opondo-se ao golpe do Estado Novo, Juracy Magalhães torna-se opositor a Vargas e renuncia o seu mandato de governador, conquistado pelos votos de parlamentares integralistas, de um partido fundado para ser base do poder central. No plano nacional, as poderosas famílias políticas oligárquicas alinhavam-se com Getúlio Vargas, mas a coalizão criada por seu tenente na Bahia, como exposto acima, era formada por elites locais que estavam fora do ciclo oligárquico, mais interiorizadas. Tanto foi assim, que, após o episódio do Estado Novo, a oposição a Juracy, conhecida como Frente Autonomista, foi endossada com o apoio de Juracystas e até do Partido Comunista. Ao mesmo tempo, J.J. Seabra e Antonio Balbino, representantes políticos da elite oligárquica baiana, tornam-se figuras importantes no governo do interventor federal Landulfo Alves, engenheiro agrônomo e funcionário do Ministério da Agricultura, natural da cidade baiana de Santo Antônio de Jesus. Eles foram responsáveis pela priorização dada pelo estado aos setores bovinos, aviários e agrícolas, em especial ao algodão, com o objetivo de suprir as indústrias do recôncavo (REIS, 2010).

O poder das elites agrárias locais foi sinalizado, mais uma vez, em 1942, quando, insatisfeitos com a nomeação de tecnocratas para funções políticas por Alves, militares e personalidades baianas organizam uma ação que depõe Landulfo Alves e colocam o coronel Plínio Aleixo, comandante da 6ª Região Militar, no lugar. Para Reis (2010, p. 32) isso aconteceu “como forma de não incentivar a criação de novas forças políticas locais”, assumindo o papel de Aleixo como um seguidor da “cartilha federal do Estado Novo, sem, no entanto, isolar atores políticos baianos”.

Com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição Federal de 1946, a força política baiana que estava concentrada em fazer oposição a Getúlio Vargas se individualiza, isto é, nomes como Otávio Mangabeira e Nestor Duarte, que se aliaram a Juracy pela oposição ao autoritarismo varguista, votam a cena, mas permanecem reunidos sob a União Democrática Nacional (UDN). A UDN baiana incorporou os ideais de modernização, industrialização e urbanização do Estado

Novo, mas mantinha a rejeição a dinâmica federalista imposta por Getúlio – conforme trato melhor no capítulo 1. Mangabeira foi quem assumiu o governo local em 1947, tendo enfrentado o candidato varguista e Antônio Balbino de Carvalho Filho, pela UDN e PSD, respectivamente (REIS, 2010).

O primeiro governador após os anos de Vargas no poder central encontrou a Bahia como um estado altamente dependente da exportação agrícola de cacau, principalmente. Essa condição foi escrita por Manoel Pinto de Aguiar como “enigma baiano”, isto é, a dificuldade em compreender a situação socioeconômica baiana no final do século XIX e início do século XX. Para Aguiar (1958), a não industrialização do estado era a principal razão para o declínio, apesar de citar outras interpretações:

Pinto de Aguiar informava, por exemplo, que “Thales de Azevedo sugeriu influência materna na constituição das famílias irregulares” como um fator, já “Rômulo Almeida lembrou o escasso espírito empresário-industrial de homens que visavam apenas elevados lucros nas atividades mercantis” com um problema crônico da economia estadual, enquanto Mário Barbosa indicava que o fracasso das nossas indústrias era devido a “alta rentabilidade e [a] adequação das nossas lavouras de exportação como um elemento contrapolarizador”, ao passo que “Braz de Amaral salientou a sangria de braços [baianos] da Guerra do Paraguai” e Clemente Mariani mencionou sobre os nossos problemas econômicos, estes se acumulando ao longo da segunda metade do dezenove até culminarem em problemas sociais, como também políticos no início do século passado (FILHO, 2018, p. 2-3).

Mangabeira, apesar de opositor varguista, foi ao encontro à ideia de estado-desenvolvimentista emergida por Getúlio Vargas. Implementou no estado a primeira política de modernização administrativa a partir de um plano traçado desde o estudo sobre o “enigma baiano”. O governador, cuja ascendência não é de família política, mas de elite econômica, foi o responsável, segundo Tavares (2001), por realizar pioneiramente uma política de incentivo à cultura na Bahia. Além disso, ficou caracterizado pelos seus fortes empenhos modernizantes – ao utilizar recursos da extração de cacau para industrializar o estado e potencializar a descoberta de petróleo no litoral do Recôncavo - e por sua moderação política (REIS, 2010). Nesse momento, cabe destacar a observação apresentada por Queiroz (1997): o crescimento de uma impessoalidade do Estado, iniciada com o Estado Novo, fruto dos processos de urbanização, crescimento demográfico e industrialização. Essa nova condição é importante porque permite explicar o comportamento dos indivíduos nas cidades e, por conseguinte, sua relação com os atores políticos locais (QUEIROZ, 1997).

Aqueles coronéis do interior, inicialmente cooptados por Juracy para compor a base varguista no estado, agora eram atores fundamentais no jogo político local. Isso ficou ainda mais evidente com a disputa para suceder o governador Regis Pacheco, que foi eleito com apoio de Vargas e tornou o estado ainda mais dependente do poder nacional. Contudo, Pacheco encontrou resistências internas na Bahia, justamente pela força dos chefes udenistas e Juracystas. A sua sucessão aliançou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – liderado por Vargas -, a UDN e o PSD em torno do nome de Antônio Balbino. Balbino, em contrapartida, fortaleceu a expansão do interior e a autonomia política e administrativa da capital, rompendo, portanto, com a enorme dependência em relação ao Estado e na tentativa de construir um quadro de profissionais administrativos na máquina pública baiana (REIS, 2010). Para Dantas Neto (2003), é nesse momento, por meio do secretário de Fazenda de Balbino, Rômulo Almeida, que se marca a consolidação da Revolução de 1930 na Bahia:

Ali desenhou-se o mapa da mina que guiou a elite estadual à conciliação com a modernização nacional. Mesmo que aqui e ali, inclusive através do próprio Rômulo, protestos continuassem quanto ao “tratamento” dispensado à Bahia pelas políticas macroeconômicas e cambiais do governo federal, entre 1955 e meados da década seguinte formou-se um consenso entre os vários ramos da elite baiana: a modernização local não seria feita nem apesar, muito menos contra, prioridades e interesses do estado nacional. Logo, o processo de convencimento e sedução das elites baianas pela via pragmática da associação ao que vinha politicamente “de cima” e economicamente do “centro-sul” começa antes de ACM (DANTAS NETO, 2003, p. 217-218).

3.2. O protagonismo de ACM

Foi justamente esse combinado histórico na Bahia, com reordenamento dos atores políticos no campo de forças do espaço social baiano, que levou à construção do poder pessoal de Antônio Carlos Magalhães, quem viria a patrocinar uma mudança no quadro político da Bahia e se tornaria o patriarca de um movimento que, ao passo que dava espaço para atores até então fora do jogo político, fortalecia o seu controle sobre as trajetórias políticas deles: o carlismo (REIS, 2010). Mas antes de detalhar melhor esse movimento - segunda razão pela qual analiso esse caso - cabe situar quem era ACM e como a sua emblemática trajetória se relaciona com as mudanças estruturais na Bahia e demonstra a importância da variável família para os estudos sobre política.

Francisco Peixoto de Magalhães Neto, filho de imigrantes do norte de Portugal, ingressou na faculdade de Medicina da Bahia em 1914 e lá foi tesoureiro, presidente e orador da Sociedade Beneficência Acadêmica - uma associação beneficente mutual, tipologia conhecida na literatura para o ambiente no qual, entre o final do século XIX e início do século XX, os trabalhadores se organizavam para transmissão de conhecimentos relativos aos ofícios, e sem o qual “dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido” (JESUS, 2007, p. 150). Esse foi o início da carreira do pai de Antônio Carlos Magalhães, relatado aqui para destacar a jovem e contundente centralidade dele em um movimento de sociedades mutualistas - responsáveis pela construção do papel dos trabalhadores na luta por direitos sociais, na participação política e na conformação de identidades de classe (AMARAL, 2017).

Apenas por essa trajetória familiar já seria possível dizer que ACM cresceria em um ambiente familiar no qual um de seus integrantes era um hábil conhecedor das regras do campo de disputas políticas por direitos sociais e trabalhistas e, assim, as poderia transmitir aos seus descendentes, os quais, por sua vez, poderiam compreender o funcionamento do campo com mais facilidade quando comparados àqueles sem ascendentes no campo. Mas Francisco Magalhães Neto ainda começou a lecionar psiquiatria na faculdade na qual se formou em 1919 – oito anos antes do nascimento de ACM. Enquanto médico, ocupou os cargos de diretor de expediente e contabilidade da Secretaria de Saúde e Assistência Pública do estado, passando em 1926 a assistente do secretário desse órgão, inspetor-geral dos serviços sanitários em 1931, e, no ano seguinte, tornou-se assistente do diretor do Departamento de Saúde Pública da Bahia, passando a diretor desse órgão no mesmo ano. Quando ACM nasceu, em 1927, ele era deputado estadual. Mais adiante, elegeu-se deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD) em 1933 e, no ano seguinte, elegeu-se deputado federal, tendo exercido o mandato até novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país (CPDOC FGV).

Foi com acesso às intimidades dos campos desses cargos e momentos históricos para a política brasileira que cresceu ACM: “Eu tinha então 18 anos, e assistia a todas as sessões da Constituinte no período de junho a 15 de julho, aproveitando as férias escolares na Bahia” (MAGALHÃES, 1995, p. 41). Ele seguiu rigorosamente os passos de seu pai: i. estudou no mesmo Ginásio da Bahia; ii.

também se envolveu com uma publicação jornalística - o Estado da Bahia, órgão dos Diários Associados - até 1960; iii. foi igualmente presidente de um colegiado estudantil – para ele foi o diretório acadêmico; iv. formou-se médico e tornou-se professor da Faculdade Nacional no Rio de Janeiro logo após a diplomação; v. também atuou como médico no serviço público do estado da Bahia; e vi. ingressou na profissão política como assistente do amigo de seu pai, Juracy Magalhães, na época senador da União Democrática Nacional (UDN) e presidente do diretório regional do partido na Bahia, o que o levou a, mais tarde, tornar-se deputado estadual, deputado federal, constituinte da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, governador da Bahia e senador da República (CPDOC FGV).

Quadro 4 - Comparação da trajetória de Antônio Carlos Magalhães com a de seu pai, Francisco Peixoto de Magalhães Neto.

Critério	Trajетória de Francisco Peixoto de Magalhães Neto (Pai)	Trajетória de Antônio Carlos Magalhães (Filho)
Escolaridade	Ginásio da Bahia, onde fundou e dirigiu a publicação A Luz.	Ginásio da Bahia, onde colaborou para a publicação Estado da Bahia, do Diários Associados.
Formação	Formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, onde foi presidente da Beneficência Acadêmica.	Ingressou em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, mas formou-se pela Faculdade Nacional no Rio de Janeiro, onde cursou apenas o último semestre e foi presidente do diretório acadêmico.
Primeira profissão	Professor na faculdade que se formou, logo após a diplomação.	Professor na faculdade que se formou, logo após a diplomação.
Ocupações	Médico do serviço público da Bahia, deputado estadual, deputado federal e constituinte na Assembleia Constituinte de 1933.	Médico do serviço público da Bahia, assistente parlamentar, deputado estadual, deputado federal, constituinte na Assembleia Constituinte de 1987, ministro de Estado, governador da Bahia e senador da República.

Fonte: Elaboração própria com dados dos verbetes de Francisco Peixoto de Magalhães Neto e Antônio Carlos Peixoto Magalhães do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/francisco-peixoto-de-magalhaes-neto> > e <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes>>. Acessos em: 8 out. 2022.

Por essa comparação, destaco, por exemplo, que a Família Magalhães esteve presente e atuante na elaboração de duas Constituições brasileiras, notórios momentos de decisão política no país. A trajetória de Antônio Carlos Magalhães foi iniciada e fundamentada pela influência de seu pai. Magalhães Neto era apoiador do interventor varguista, Juracy Magalhães - com quem, apesar do sobrenome, não possuía relação de parentesco - e, no Congresso Nacional, se aproxima de atores políticos nacionais como Juscelino Kubitschek, quem mais tarde “fez uma festa” ao conhecer ACM: “Rui contou que eu era filho de Magalhães Neto. Juscelino fez uma festa. Chegou a recitar um epigrama de meu pai, me deixando muito alegre” (MAGALHÃES, 1995, p. 41). Tem-se aqui um exemplo de rede formada pelo compartilhamento de capital político-familiar.

ACM tornou-se assistente de Juracy Magalhães, quem o nomeou redator de debates da Assembleia Legislativa da Bahia, e continuou ampliando suas redes, todas originadas a partir de um compartilhamento de capital político-familiar:

Mesmo sem ser deputado, eu comandava a bancada da UDN. Tinha mais prestígio do que muitos deputados. Saía com eles para almoçar, para jantar, combinava tudo com eles antes das sessões, dizia, “façam isso, façam aquilo” (MAGALHÃES, 1995, p. 55).

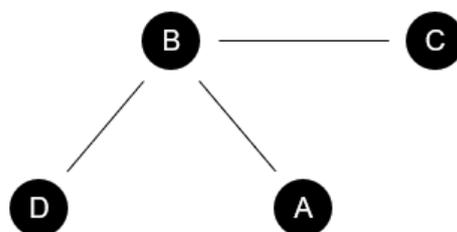
Aos 27 anos de idade e apadrinhado por Juracy – chefe político da UDN - elege-se deputado estadual. A literatura apresenta poucos registros sobre a trajetória de ACM na Assembleia Legislativa da Bahia, mas essa passagem “é vital (...) para a construção de uma rede de relações pessoais verticais e horizontais, a qual acionará ao longo de sua trajetória política” (REIS, 2010, p. 41). Mais tarde, ACM é beneficiado pela relação de seu pai com o então presidente da República, JK:

Em 1957, o Juscelino foi inaugurar a iluminação do Estádio Fonte Nova, em Salvador, e, ao subir a escada, viu o meu pai sentado na arquibancada. Ele, presidente da república, foi até meu pai e deu-lhe um grande abraço. Isso teve grande repercussão na Bahia. Eu era deputado estadual. Depois fui eleito deputado federal (MAGALHÃES, 1995, p. 43).

Já enquanto deputado federal, ACM foi indicado pelo governador Juracy para ser o intermediário da negociação de recursos pelo estado com o presidente JK (CPDOC FGV). Reeleito em 1962, Magalhães passa a ressoar o discurso golpista que viria a

sustentar o Golpe de 1964 e ascende nacionalmente no seu partido - a UDN, diminuindo a sua dependência da figura de Juracy (DANTAS, 2006).

Figura 4 – Exemplo de rede de compartilhamento de capital político-familiar a partir das trajetórias de Antônio Carlos Magalhães e seu pai, Francisco Magalhães.



Fonte: Elaboração própria.

O pressuposto que adoto é de que essa familiaridade com o campo político, descrita pelo caminhar tranquilo e habilidoso entre deputados, foi construída pelo acesso – proporcionado pela profissão política de seu pai - a “um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo” e a uma “rede de contatos com outros operadores políticos, de cabos eleitorais e dirigentes partidários a financiadores de campanha e jornalistas” - como os exemplos que trouxe acima, Juracy Magalhães, Juscelino Kubistchek e Rui Santos (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015, p. 721). A Figura 4 apresenta um exemplo da rede que seria formada a partir da análise da trajetória de ACM e seu pai. O ponto identificado como (A) seria Antônio Carlos Magalhães, relacionando-se com os outros pontos, (B), (C) e (D), que seriam, respectivamente, seu pai, Francisco Magalhães, Juscelino Kubistchek e Juracy Magalhães, amigos de seu pai.

Antes do golpe militar de 1964, a Bahia ainda foi governada por Juracy Magalhães (1959 – 1963) e Antônio Lomanto Júnior (1963 – 1967), quem se manteve no cargo após negociações com os militares e com apoio da Igreja Católica (TAVARES, 2001). No período, a Bahia ansiava por uma solução para o seu enigma socioeconômico e, de acordo com Dantas Neto (2003, p. 218), “sabia-se e aceitava-se a ideia de que a industrialização (...) dependeria menos da recuperação do setor primário, mas, sobretudo, do desdobramento direto das atividades da Petrobrás (...)”.

Junto com isso, o presidente à época, João Goulart, se inseria no rol de líderes do executivo nacional que não incluíam a Bahia na lista de projetos nacionais relevantes. Isso aconteceu somente após o golpe militar, quando a elite política baiana – já integrada no jogo político autoritários – começa colher vitórias nas disputas por recursos federais (DANTAS NETO, 2003).

3.3. Carlismo e rede de relações familiares

Uma vez contextualizado esse nascimento político de ACM, cabe apresentar, portanto, o movimento criado por ele: o carlismo - a segunda razão que me motiva a investigar esse caso. Esse histórico é importante porque ele constitui a base da política carlista: i. modernização conservadora e ii. populismo. Como mostrei até aqui, a política baiana adota a modernização conservadora como principal bandeira após 1930. Desse intento começa a florescer, nos anos seguintes, um movimento populista centrado na figura do governado que “rompe” com a rivalidade entre recôncavo e interior, porém mantém a elite política e econômica baiana no controle do Estado (REIS, 2010). O carlismo interessa nesta investigação não só porque é uma “estratégia da elite baiana para se adaptar a diferentes períodos institucionais e conjunturais da política nacional e regional” (REIS, 2010, p. 14), mas, sobretudo, porque se trata de uma rede de atores políticos ligados, principalmente, pelo compartilhamento de capital político-familiar. Por que familiar?

Para Dantas Neto (2006), o nascimento do carlismo teria sido a indicação de ACM, pelo regime militar, em 1967, para a prefeitura de Salvador e o imediato reconhecimento, por parte da elite baiana, dele enquanto um representante que poderia levar adiante o processo de modernização industrial e administrativa – de cunho liberal - do estado sem excluí-la dos benefícios da política econômica. Ao assumir o cargo, ACM introduziu jovens técnicos na administração, sem a presença da tradicional herança familiar. Conforme Hagopian (1986) expõe, a ascensão do autoritarismo nacional pela Ditadura Militar de 1964 proporcionou o nascimento das “elites-técnicas”, grupos estranhos à oligarquia local, mas que eram indicados pelos chefes e tinham as suas trajetórias controladas por eles para atender os seus interesses e os da elite que representava, em troca de prestígio social, ocupação de cargos na profissão política e inserção de seu núcleo familiar no campo.

Considero o carlismo como uma rede de capital político-familiar não apenas por relações parentesco ou porque origina-se de um ator que teve sua trajetória política iniciada – o acesso ao campo - por meio desse capital delegado, mas, principalmente, porque a relação construída acontece para que haja durabilidade dos interesses do grupo. Além disso, os atores relacionados ao grupo são beneficiados pelo prestígio de estarem ligados à “marca” Magalhães³⁶; ii. os demais atores – sem presença anterior na política - passam a ter conhecimento - por meio da relação com ACM ou ator carlista - sobre o funcionamento do campo; e iii. ACM e sua rede carlista compartilham suas redes de contatos com outros operadores políticos para favorecer os interesses do grupo (e este compartilhamento de redes é central, como afirmam MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015). O carlismo, portanto, apresenta as feições de um clã estendido – que inclui parentes consanguíneos ou não - e pode ser compreendido como o clã da família Magalhães. Francis Hagopian (1986) descreveu como ocorreu esse movimento de transformação do controle do aparato estatal pela elite oligárquica:

No Brasil, as elites tradicionais dominaram o estado durante a República Velha, enquanto elites agrárias. Com a mudança de regime em 1964, porém, eles haviam se tornado, em muitas partes do Brasil, elites estatais. Essa transformação ocorreu muito mais cedo em Minas Gerais do que em outros lugares. A sua característica definidora era política; os recursos mais materiais tornavam-se cada vez mais heterogêneos, mas a sua manipulação dos recursos públicos. Através do controle do aparelho estatal, as elites tradicionais desenvolveram a sua base de poder mais importante, adquirindo a lealdade dos chefes políticos locais – os coronéis – em troca da distribuição dos recursos públicos sob o seu comando. Quanto mais segura for a sua base de poder estatal, mais proeminentemente eles figuram no poder político (HAGOPIAN, 1986, p. 33).³⁷

Segundo Dantas (2006), de 1967 a 1978 o carlismo se consolidou enquanto um fenômeno político forte no estado e ganhou, inclusive, alcance nacional com a ocupação de cargos e construção de apoio no Governo Federal por ACM, o

³⁶ Neste ponto, é importante reforçar que a busca por indivíduos carlistas, isto é, ligados à família Magalhães, se orientou pela perspectiva de acúmulo de capital familiar. Ou seja, relações com a família Magalhães firmadas pela troca de bens e serviços para apoio político (clientelismo), sem que houvesse interesse no acúmulo ou difusão do capital dessa família, não compõem a rede de compartilhamento apresentada neste trabalho.

³⁷ Cf. In Brazil, Traditional elites dominated the state during the Old Republic, qua agrarian elites. By the change of regime in 1964, however, they had, in many parts of Brazil, become state elites. This transformation occurred much sooner in Minas Gerais than elsewhere. Their defining characteristic was political; the most material resources were becoming ever more heterogeneous, but their manipulation of public resources. Through their control of the state apparatus traditional elites developed their most important power base, acquiring the allegiance of local political bosses - the coronéis - in exchange for dispensation of the public resources at their command. The more secure their state power base, the more prominently they figure in political power (HAGOPIAN, 1986, p. 33).

chamado *carlismo baiano-nacional* pela socióloga baiana Maria de Azevedo Brandão (2001). Para essa investigação, o carlismo é a representação da rede famílias ligadas à família Magalhães e da sua importância enquanto movimento político que se afirmou, por quase 40 anos, enquanto a principal força mobilizadora das ideias – e partidos - modernizantes e liberais na Bahia, ao passo que revelou quadros dirigentes inéditos da administração estadual e fomentou uma série de atividades econômicas.

Junto com tudo isso, o estudo de Fernanda Teixeira Reis³⁸ (2010), ao analisar a trajetória política de ACM até as eleições de 2006, identifica o surgimento de novas lideranças políticas a partir de 2007, um desgaste do carlismo como grupo político ligado à figura desse ator a partir de 2000 e conclui que, apesar dessas mudanças, a forma de fazer política pelo cooptação de bancadas e bases locais – prefeitos, vereadores e cabos eleitorais - segue sendo predominante. Para mais, em 2007, a morte de ACM impõe mais uma dificuldade de manutenção da prática carlista e instiga a pensar como a política do estado – instituições formais – passou a se organizar sem a presença de seu ator político mais importante por décadas e como o carlismo – essa instituição informal – ainda opera sem o ator central.

ACM foi um líder forte e grande articulador do seu partido, o ARENA, no processo de redemocratização brasileiro. Em 1979, o ARENA torna-se o Partido Democrático Social (PDS) e essa legenda, na Bahia, passa a materializar partidariamente o carlismo. Assim como no nível nacional, a oposição estava representada pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Com isso, quando proponho, como um dos objetivos específicos desta pesquisa, verificar a dimensão da presença do carlismo na rede de famílias políticas do estado da Bahia após a morte de ACM, em 2007, levarei em consideração - além do disposto na próxima seção - a ligação com integrantes do PDS fora do período de análise - 2008 a 2022.

Para a literatura (DANTAS, 2006; HAAG, 2007; REIS, 2010), o carlismo perde completamente a sua natureza personificada em ACM com a sua morte. Isso porque, já em 1998, a morte do seu filho e mais provável sucessor, Luís Eduardo Magalhães, fragiliza o movimento enquanto expressão de seu poder pessoal e abre

³⁸ Cf. Reis, 2010, p. 87.

espaço para que atores carlistas passem a disputar pelo controle do grupo. Ao mesmo tempo, em 2003, a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, Lula, ao executivo nacional fortalece a oposição regionalmente – naquele primeiro momento, representada pelo PMDB (DANTAS, 2006).

Mesmo que o carlismo possa ter se descaracterizado enquanto um fenômeno político a partir dos anos 2000, a relevância de buscar identificá-lo nas famílias políticas de 2004 a 2022 está em compreender a dimensão do capital político-familiar, iniciado por Francisco Peixoto Magalhães, pai de ACM – uma vez o carlismo entendido como um campo político cujo acesso é determinado, também, mas não exclusivamente por relações familiares. ACM Neto, por exemplo, permanece uma figura central na política baiana e, embora não tenha alcançado os prestigiosos cargos de governador e senador, como seu avô, é liderança inquestionável de uma oposição ao PT na Bahia e figura como um herdeiro com bastante poder, ainda que menos do que o poder quase absoluto de ACM.

Capítulo 4: A POLÍTICA BAIANA RELACIONADA PELO CAPITAL FAMILIAR (2004 – 2022): análise dos dados

Neste capítulo, detalho o objeto empírico de análise e discuto os principais resultados para as redes formadas pelos indivíduos com familiar na política, destacando, especialmente, a posição da família Magalhães dentro do contexto investigado. Como já apresentado, utilizo a ARS para identificar as redes formadas pelos prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e governadores eleitos de 2004 a 2022 pelo estado da Bahia e seus respectivos familiares de ocupam cargos na máquina do Estado. Ressalto que, para um melhor entendimento dos gráficos em rede dispostos a seguir, cabe recorrer à seção 2.2. deste trabalho.

4.1. Dimensão da rede de capital político-familiar na Bahia de 2004 a 2022

As redes são formadas como uma estrutura genealógica, a conexão entre dois nós – os indivíduos – se dá por um laço que representa o parentesco entre os indivíduos – o capital familiar. Aqui, esse capital é político-familiar porque considero apenas os familiares com ocupação de cargo público, vinculado ao Estado. Outra diferença de uma árvore genealógica é que não há hierarquia geracional. Poderemos verificar essa força do compartilhamento, isto é, quem, em uma mesma família, opera mais capital político-familiar do que outros parentes por meio da quantidade de laços ligados a ele, não por sua geração.

Para tanto, primeiro foi necessário identificar, entre todos os eleitos de 2004 a 2022, aqueles que tinham familiares ocupando cargos vinculados ao Estado – da forma como descrito na seção de procedimentos metodológicos. Desse exercício, identifiquei que 392 pessoas ocuparam um total de 797 vagas³⁹. Dessas 392 pessoas eleitas, 63% apresentam capital político-familiar. Do total de vagas disponíveis, aproximadamente 69% estão vinculadas a uma pessoa detentora de capital político-familiar, essas 245 pessoas que são os nós da rede. Essas descrições gerais do conjunto de indivíduos investigados corroboram a tese de

³⁹ Esse total de vagas leva em consideração os 5 pleitos municipais e os 5 pleitos federais e estaduais realizados no período de 2004 a 2022; o número de 27 municípios investigados; a alternância de representação para o cargo de senador da República; as 39 cadeiras na Câmara dos Deputados para o estado da Bahia e as 5 vagas para o executivo estadual. Selecionei também os vices das chapas vencedoras nos pleitos de governador e prefeito, portanto, dobro o número de vagas em análise desses cargos.

Monteiro (2017) de que a ausência de capital político-familiar - não exclusivamente, mas em associação aos capitais econômicos e culturais – dificulta a entrada no campo de representação política.

Na tabela abaixo, apresento esses dados com a secção por cargos. É possível perceber uma redução da porcentagem de pessoas com capital político-familiar ocupando uma das vagas pesquisadas à medida que se reduz o nível federativo. Todos os senadores, governadores e vice-governadores da Bahia, eleitos de 2004 a 2022, apresentam capital político-familiar em seu *background* social. Já para os prefeitos e seus respectivos vices, o número de vagas ocupadas por integrante de família política é 151, 56% do total. Junto com isso, das 159 pessoas que ocupam essas vagas, 45% possuem ligação com ente familiar na política.

Tabela 1 – Relação dos cargos analisados, de 2004 a 2022, e sua ocupação total por indivíduos e por família-política.

Cargo	nº de vagas	nº de pessoas que ocupam as vagas	% vagas ocupadas por pessoa com capital político-familiar
Deputado Estadual	315	175	71
Prefeito e vice	270	159	56
Deputado Federal	195	99	83
Governador e vice	10	7	100
Senador	7	6	100

Fonte: Elaboração própria.

Mais adiante será possível ampliar a interpretação desses dados com a segmentação por município. O meu argumento é de que o acesso à informação de indivíduos que concentraram sua trajetória política apenas nos municípios, e, portanto, não desenvolveram carreiras em outros níveis, é significativamente menor. Para muitos municípios sequer é possível acessar o ambiente virtual da prefeitura, tampouco consultar o gabinete do prefeito e quadro de secretariado, o que pode acarretar uma sub-representação da presença de famílias políticas nessa esfera.

Ao mesmo tempo, a forma como o capital político-familiar opera nos municípios – especialmente os menores – é diversa. Em outros termos, o benefício por pertencer a uma família política pode figurar fora do campo político, de instituições e postos decisórios na máquina pública. Por exemplo, familiares de atores políticos encontram sucesso em pequenos comércios e iniciativas locais,

como eventos. Esses familiares não adentram o campo político, mas abastecem o capital familiar dos parentes que o integram.

Em um segundo momento, a partir das 245 pessoas com presença de ao menos um familiar na política, busquei identificar todos os laços existentes com familiares em função pública. Com isso, obtive um total de 802 compartilhamentos de capital político-familiar, as arestas das redes. Essas arestas, ou laços, são categorizadas pelo grau de parentesco do indivíduo que está relacionado àquele eleito. Em uma sumarização, é possível visualizar os resultados da tabela abaixo. A maior quantidade de compartilhamento acontece entre irmãos, sendo 14% dos laços identificados, seguido por cônjuges.

Tabela 2 – Relação dos tipos de parentesco identificados nos laços por sua porcentagem em relação ao total laços.

Parentesco*	% laços
Irmão	14
Cônjuge	13
Filho	11
Pai	10
Irmã	5
Sobrinho	5
Primo	5
Parente	4
Tio	4
Filha	4
Avô	3
Mãe	2
Cunhado	2
Cunhada	2
Sobrinha	2
Genro	2

*Com menos de 2%, também aparecem os seguintes níveis de parentesco (em ordem numérica de vezes em que aparece): prima; sogro; neto; nora; tia; bisavô; tio-avô; avó; sogra; trisavô; afilhado; enteada; enteado; neta; tetravô; apadrinhado; bisavó; padrinho; e pentavô.

Fonte: Elaboração própria.

O mais interessante de destacar para essa análise dos níveis de parentesco é a centralidade masculina. Embora não seja um objetivo central desta investigação, foi possível identificar que há um número significativo de compartilhamento de capital político-familiar com mulheres, mas ele é bem menor do que se espelha para homens. Nota-se superioridade de mulheres apenas na categoria cônjuges, 77%, o

que ocorre em função de um ambiente patriarcal resultar em 87% de homens eleitos – no universo daqueles que possuem capital familiar.

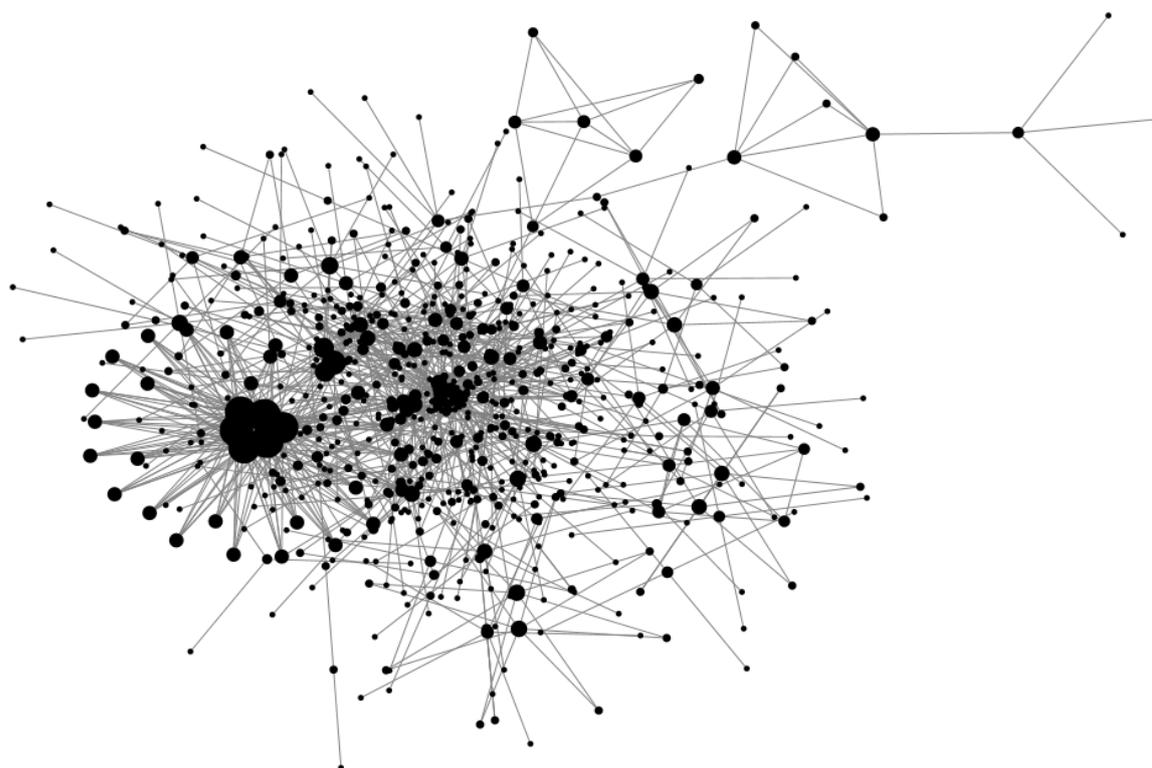
Com esses resultados, é possível identificar que a maioria dos laços está concentrada entre os parentescos de irmão, cônjuge, filho, pai e irmã. Junto com isso, levando em consideração a estrutura patriarcal do grupo selecionado e a estrutura familiar padrão para esses indivíduos, isto é, a composição de um núcleo familiar composto por pai, mãe e filhos, temos que a maior parte do compartilhamento de capital político-familiar ocorre dentro desse núcleo. Da forma como apresentei em seções anteriores, o capital familiar opera também como um ensinamento, e a proximidade desses vínculos intensifica a presença de capital político-familiar entre eles no universo pesquisado. Quando se observa os parentescos menos presentes, e aplicamos à luz da teoria, percebe-se que os tipos de laços que aparecem com menos frequência são aqueles que estão mais distantes desse núcleo familiar padrão de uma sociedade patriarcal.

Esses nós (indivíduos), quando conectados por seus vínculos de parentesco (laços) formam uma rede, que nomeio aqui de rede de compartilhamento de capital político-familiar. É capital familiar porque os indivíduos estão conectados por seus vínculos de parentesco; também é capital político porque essas pessoas ocupam ou ocuparam cargos na administração pública ou, ainda, estiveram ou exercem cargos eletivos. Ao mesmo tempo, a rede é de compartilhamento de capital porque considero que o indivíduo não perde capital ao ensiná-lo a um familiar. Ao contrário, a conexão entre as duas pessoas amplia o capital político-familiar.

Justamente por isso, partindo para as análises das principais estatísticas geradas pela ARS depois dessas descrições iniciais, reforço que os gráficos de redes de compartilhamento de capital político-familiar são unidirecionais, sob a perspectiva de que não há esvaziamento de capital para os atores envolvidos na conexão. A distância geodésica média é a distância média entre todos os pares de nós a partir da menor distância entre dois nós. Já a razão que compara o número de limites com o máximo número de limites se todos os nós do gráfico estivessem conectados é a densidade do gráfico. Ela será utilizada para comparar as densidades das redes de todas as famílias encontradas. Quanto mais próximo de 1,000, maior a densidade e mais conectados estão os nós entres os laços de uma rede.

Neste caso, em número maior, com sub-redes⁴⁰ mais densas, estão as famílias Magalhães, do ex-prefeito de Salvador ACM Neto; Coelho, do ex-governador da Bahia Nilo Coelho; Resedá, do desembargador Salomão Resedá; Espínola, da prefeita de Juazeiro Suzana Ramos; e Brito, do deputado federal Sérgio Brito. Em número menor, com sub-redes menos densas, estão as famílias formadas por dois integrantes. Como é possível observar no gráfico 1, as sub-redes de dois indivíduos são maioria e direcionam a centralidade da rede maior. Orbitando essas famílias menores, estão os grupos familiares mais densos, como é o caso dos Magalhães, nós que aparecem em maior destaque na representação gráfica.

Gráfico 1 – Rede de compartilhamento de capital político-familiar entre todos os indivíduos pesquisados.⁴¹



Created with NodeXL (<http://nodexl.codeplex.com>)

Fonte: Elaboração própria por meio do *software* NodeXL.

⁴⁰ A rede de compartilhamento de capital político-familiar que apresento no gráfico 1 é formada por um conjunto de sub-redes. Portanto, as sub-redes, ou clusters, são redes menores dentro da rede maior com todos os indivíduos pesquisados. Como explico a seguir, o coeficiente de modularidade vai indicar a presença de subgrupos os não.

⁴¹ A visualização dos gráficos 1, 2 e 3 estão sob o algoritmo de processamento Fruchterman-Reingold, que produz redes sem distribuição uniforme, mas orientadas pela aproximação ou distância entre os vértices. Com isso, é possível visualizar, com mais facilidade, o padrão do agrupamento investigado. Nesse caso, quantos indivíduos se aproximam ou distanciam-se pelo número de arestas que conectam nós.

Outra medida importante é o número máximo de nós em um grupo de vértices conectado, que é o número de nós do grupo conectado que tem mais nós. Ela mostra o grau de centralidade da família principal da rede. Já o número máximo de laços – o número de arestas no grupo conectado que possui mais arestas – diz sobre até quanto poderiam chegar as relações caso houvesse densidade máxima. A comparação entre essas duas estatísticas indica quão distante a rede está de atingir o seu máximo de densidade. A tabela 3 abaixo expõe essas principais estatísticas.

Tabela 3 – Métricas da rede global com todos os indivíduos pesquisados.

Métricas	Número
Distância Geodésica Média	2,08
Máximo de nós em um grupo de vértices conectado	46
Máximo de laços em um grupo de vértices conectado	186
Densidade	0,003
Modularidade	0,94

Fonte: Elaboração própria.

Na rede de compartilhamento de capital político-familiar expressa no gráfico 1, a densidade é muito baixa, de 0,003. Isso significa que a rede é heterogênea e as famílias estão mais conectadas entre si do que umas com as outras, isto é, a característica de operação desses indivíduos com capital político-familiar é agrupar-se em torno de um mesmo capital. A modularidade, por sua vez, indica como a rede distribui-se: se homogênea, não há sub-redes ou subgrupos, se heterogênea pode formar clusters ou sub-redes. Quanto mais alto for o coeficiente de modularidade, maior será a densidade entre os nós de um mesmo grupo em uma rede. Outra observação importante é que quanto mais distantes os nós forem entre si, maior é a chance de clusters se formarem.

Ao comparar com a densidade da sub-rede da família Magalhães, por exemplo e oportunamente, visto que é o caso em foco neste trabalho⁴², que é de

⁴² Embora reconheça que seria interessante comparar as diversas outras sub-redes encontradas, este trabalho está centrado na família Magalhães e no carlismo, especialmente. Como demonstrei na seção 'A estratégia metodológica', a ARS, técnica adotada aqui, limita-se a descrever como indivíduos estão relacionados, e não quem são eles. A exceção está para os Magalhães, conforme apresentei no 'Capítulo 3'.

0,2, é notável uma elevação significativa da densidade. Essa conexão dos Magalhães com outras famílias políticas é o que chamo aqui de carlismo.

Tabela 4 – Métricas da sub-rede carlista.

Métricas	Número
Distância Geodésica Média	3,35
Máximo de nós em um grupo de vértices conectado	46
Máximo de laços em um grupo de vértices conectado	186
Densidade	0,2
Modularidade*	n/a

*Não há modularidade porque esse já é um recorte de um subgrupo.

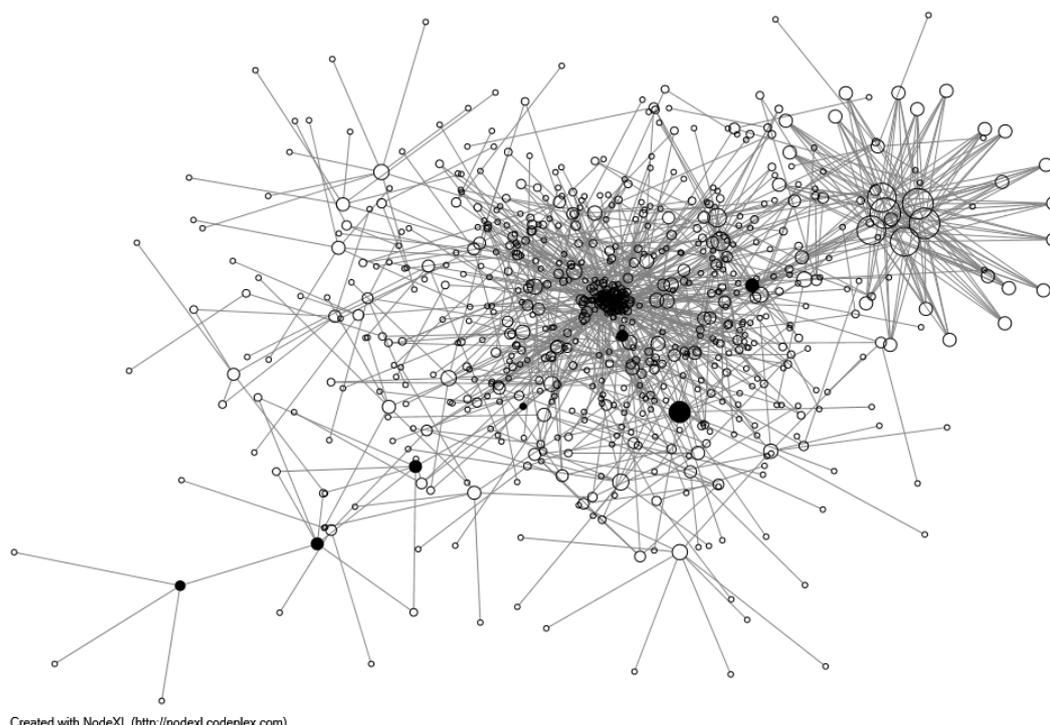
Fonte: Elaboração própria.

Nesse mesmo sentido, cumpre destacar que as famílias ligadas ao grupo dos Magalhães aparecem mais distantes das demais sub-redes. No gráfico 1, elas podem ser vistas no canto superior direito com enraizamento até o centro, onde estão os Magalhães. A distância geodésica média dos carlistas é maior do que quando comparada com a rede global. Esse isolamento é curioso e corrobora com a interpretação de que o grupo carlista opera de maneira isolada e ainda mantém centralidade sobre os Magalhães, atualmente sob a liderança de ACM Neto. De acordo com Reis (2010), o carlismo entraria em decadência a partir de 2007, com a eleição de Jaques Wagner para o governo do estado da Bahia e com a morte de ACM. O que é possível inferir desde os dados levantados nesta investigação é que a rede carlista não é tão expressiva, mesmo reunindo eleitos desde 2004, quando ACM ainda era vivo e o estado era governado por seu aliado, Paulo Souto – cuja família também integra a rede de compartilhamento de capital político-familiar. Além disso, é possível entender que o grupo carlista perdeu espaço para um outro grupo político local, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que favoreceu o surgimento e a ampliação de famílias políticas independentes, isto é, que não estão conectadas a uma família maior e controladora das decisões do grupo.

Outras redes de compartilhamento de capital político-familiar merecem destaque para compreender a dimensão desse conjunto de famílias na Bahia.

Primeiro, a rede do gráfico 2, abaixo, destaca, com nó na forma de um círculo preenchido, os 7⁴³ indivíduos com maior coeficiente de *betweenness centrality*, que indica os nós que formam pontes entre grupos. Isto é, a sua existência permite a ligação entre grupos distintos. São pessoas, por exemplo, que facilitam a difusão de um determinado capital familiar por permitirem que ele acesse outros grupos. Na rede global de capital político-familiar que apresento aqui, esses 7 indivíduos de maior coeficiente de centralidade estão vinculados, em sua maioria, à família Magalhães e são eles que garantem a formação de uma sub-rede carlista. A saber, em ordem decrescente de *betweenness centrality*, o deputado federal Arthur Maia; o ex-diretor da TV Bahia André Maron; o ex-prefeito de Salvador Edvaldo Brito e o seu filho, o deputado federal Antônio Brito; o deputado estadual Hassan lossef; e o prefeito de Jequié Zé Cocá.

Gráfico 2 – Rede global de compartilhamento de capital político-familiar na Bahia com os 7 maiores coeficientes de *betweenness centrality* destacados.



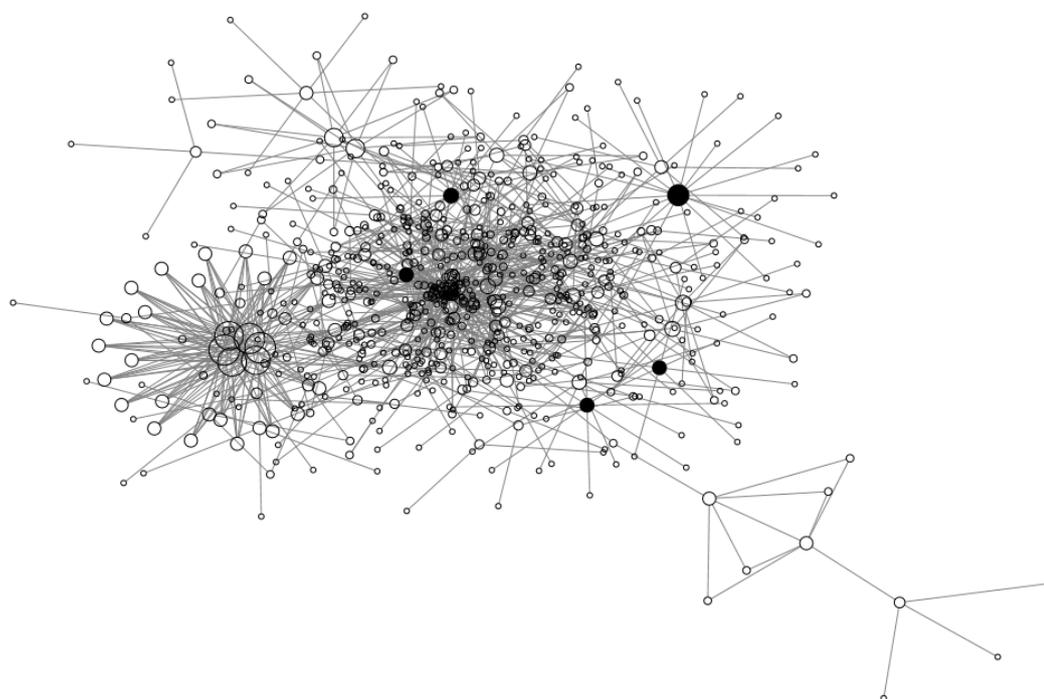
Created with NodeXL (<http://nodexl.codeplex.com>)

Fonte: Elaboração própria.

⁴³ A seleção por 7 indivíduos se dá porque eles apresentam os maiores coeficientes de *betweenness centrality*. Depois deles, muitos indivíduos aparecem com o mesmo valor de coeficiente. Integrá-los na rede do gráfico 2 dificultaria a visualização.

Já na rede do gráfico 3, abaixo, os indivíduos destacados são aqueles melhor conectados. A medida de *PageRank*⁴⁴ indica que algumas ligações são mais importantes do que outras. Quanto maior o coeficiente de *PageRank*, mais conectado está o nó. Para tanto, a estatística leva em consideração as conexões de segundo grau, isto é, a quais nós o nó conectado a um determinado vértice está ligado. No exemplo que apresento a rede global trabalhada nesta investigação, o ex-governador da Bahia Nilo Coelho; o ex-prefeito de Vitória da Conquista Herzem; o deputado federal Paulo Azi, o ex-prefeito de Teixeira de Freitas Temoteo Brito; o deputado federal Uldurico Jr.; e o deputado estadual Tom Araújo são aqueles mais bem posicionados na rede, porque suas conexões não só permitem acesso a outros grupos, mas também acesso a nós importantes na rede.

Gráfico 3 – Rede global de compartilhamento de capital político-familiar na Bahia com as 6 maiores medidas de *PageRank* destacadas.



Created with NodeXL (<http://nodexl.codeplex.com>)

Fonte: Elaboração própria.

⁴⁴ *PageRank* é o nome para o algoritmo utilizado pelo Google para posicionar os sites relevantes entre os resultados de uma busca. O algoritmo contabiliza, para tanto, a quantidade de outras páginas online que levam a esse determinado site. No NodeXL, software que utilizei para criar os gráficos de rede, a métrica *PageRank* vai funcionar de forma muito similar, reconhecendo o nó mais bem conectado a partir das conexões do nó que aponta para si.

Permitir a identificação de nós centrais em uma rede sob diferentes perspectivas é uma vantagem da Análise de Redes Sociais (ARS). Na tabela 5, reúno quatro tipos de medidas de centralidade apresentadas aqui para a rede de compartilhamento de capital político-familiar na Bahia e seus respectivos nós centrais. Neste caso, como trabalhei até aqui, os nós são indivíduos.

Tabela 5 – Nós destacados da rede de compartilhamento de capital-familiar por tipo de análise de centralidade da ARS.

Tipos de centralidade da ARS			
	Maior número de nós conectados	Page Rank	Betweenness centrality
Nós destacados	ACM Júnior	Nilo Coelho	Arthur Oliveira Maia
	ACM Neto	Herzem	André Maron
	Antonio Imbassahy	Paulo Azi	Edvaldo Brito
	ACM	Temoteo Brito	Antonio Brito
	Paulo Câmara	Uldurico Júnior	Hassan Iossef
	Gaban	Tom Araújo	Nilo Coelho

Fonte: Elaboração própria.

4.2. Resultados dos testes das hipóteses

Recupero aqui as duas hipóteses que balizaram esta investigação. A primeira é de que seriam identificados, entre os atores investigados, integrantes de famílias políticas, ou, em outro termo, ramificações da rede, em instituições do Poder Judiciário e em entidades vinculadas aos poderes, como bancos públicos, subsidiárias de estatais e empresas públicas regionais. Para operacionalizar a confirmação, ou não, desse prognóstico, destaquei das fichas prosopográficas dos indivíduos com capital político-familiar as instituições as quais eles estiveram, ou estão, vinculados em função do compartilhamento de capital político-familiar.

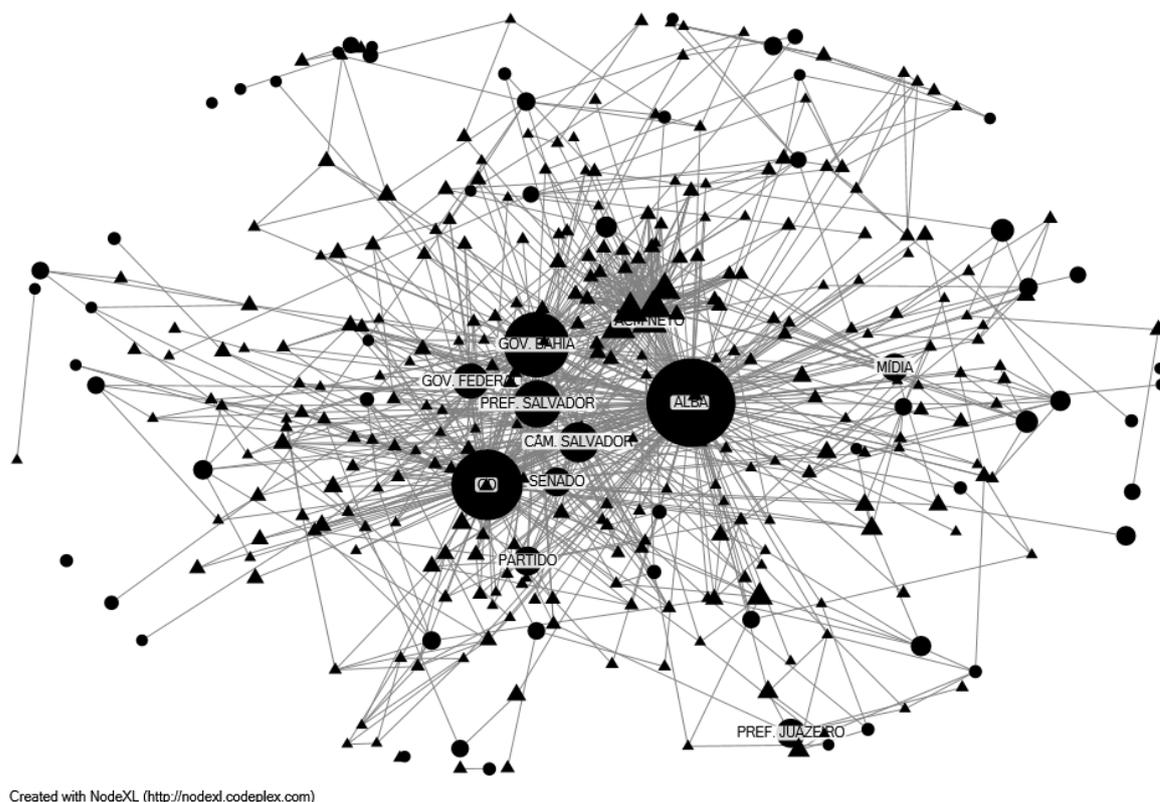
Para facilitar a visualização em rede, agrupei algumas instituições em categorias. Portanto, bancos públicos, subsidiárias de estatais e empresas públicas podem estar inseridos na categoria ‘governo federal’ ou ‘governo da Bahia’. Isso foi necessário, além de permitir uma melhor visualização – o que é importante para um trabalho que faz uso da Análise de Redes Sociais (ARS) –, em função da variedade de instituições dessas naturezas que apareceram no levantamento. Pelo interesse em compreender quais instituições do Judiciário reúnem mais capital político-familiar, não fiz o mesmo para esse Poder. A ideia é, com base nos resultados,

contribuir para os estudos de Oliveira (2012), e semelhantes, que dão destaque a esse poder do Estado moderno.

O gráfico 4, a seguir, apresenta a rede de compartilhamento de capital político-familiar vinculado às instituições políticas. Nesse caso, os laços entre indivíduos – na forma gráfica de triângulo – seguem sendo o parentesco; já os laços entre indivíduos e instituições são operados de forma binária, se há ou não ligação. Um indivíduo pode estar relacionado a mais de uma instituição, então essa representação gráfica que sobrepõe o capital político-familiar e a instituição política na qual ele opera permite compreender a capilaridade desse fenômeno e a dimensão de sua influência nas instituições políticas.

Os resultados encontrados mostram que as famílias políticas estudadas estão vinculadas às três esferas de poder. O destaque é para a Assembleia Legislativa da Bahia, a Casa é a instituição com maior presença de capital político-familiar e, de acordo com a medida de *PageRank*, a mais bem posicionada, ou seja, pela ALBA é possível ter acesso a capitais importantes da rede global. A Assembleia é seguida pela Câmara dos Deputados – CD no gráfico. Foi muito comum encontrar, no grupo investigado, o começo de carreiras políticas com presença de capital familiar na Câmara dos Deputados e em partidos políticos, ao passo que figuras com algum capital político já estabelecido se vinculam mais a ALBA.

Gráfico 4 – Rede global de compartilhamento de capital político-familiar relacionado às instituições políticas nas quais ele opera.⁴⁵



Fonte: Elaboração própria.

Ainda sob a métrica de *PageRank*, depois da ALBA e da Câmara dos Deputados aparecem, em ordem decrescente, o governo da Bahia; a prefeitura de Salvador; a Câmara de vereadores de Salvador; os partidos políticos; o governo federal; e a prefeitura de Juazeiro – nó ao qual está vinculada Suzana Ramos, da família Espínola, que apresentei anteriormente como uma das mais expressivas da investigação. A tabela 6, abaixo, traz a proporção de laços com indivíduos por instituição política. É possível ver, por exemplo, entre as 10 instituições mais densas, isto é, com mais nós conectados a elas, os agrupamentos ‘partido político’ e ‘mídia’.

⁴⁵ A visualização desse gráfico 4 e do gráfico 5 que segue estão sob o algoritmo de processamento de dados Harel-Koren, que produz redes com distribuição uniforme dos nós e dos vértices entre eles. Com isso, é possível verificar que instituições e indivíduos estão mais interconectados entre si. Além disso, o gráfico 4 não mostra todas as famílias, sub-redes, da rede global. Mais uma vez, o objetivo é qualificar a visualização.

Tabela 6 – Relação das instituições identificadas e sua porcentagem de laços com indivíduos em relação ao total laços.

Instituição política	% laços com indivíduos
ALBA	17
Câmara dos Deputados	11
Governo da Bahia	9,4
Prefeitura de Salvador	5
Câmara de Vereadores de Salvador	3,5
Partido Político	3,2
Governo Federal	2,8
Prefeitura de Juazeiro	1,8
Senado Federal	1,8
Mídia	1,7
Tribunal de Contas do Estado da Bahia	0,8
Tribunal de Justiça da Bahia	0,7
Tribunal de Contas dos Municípios	0,5
Ministério Público	0,4
Tribunal Regional do Trabalho	0,2
Tribunal Regional Eleitoral	0,2

Fonte: Elaboração própria.

Esses dois agrupamentos foram feitos para vincular indivíduos que compartilham capital político-familiar via legendas partidárias e emissoras de rádio e televisão e jornais. O partido político, por exemplo, assim como os cargos de confiança em gabinetes na Câmara dos Deputados, parece ser usado como primeira instituição de entrada no campo político de um indivíduo fazendo uso de seu capital familiar, antes de disputar um cargo eletivo ou ser alocado em uma instituição pública. Assim como argumenta Monteiro (2017), a legenda partidária⁴⁶ pôde ser identificada neste estudo como uma forma de reconhecimento no campo que abre portas, que dá vantagens, que faz a pessoa estar no campo com “naturalidade”.

Também destaquei os laços entre indivíduos e meios de comunicação⁴⁷. Esse destaque foi operacionalizado em função da notável propriedade de um conglomerado midiático na Bahia pela família Magalhães. Como

⁴⁶ Reconheço aqui um ponto que cabe aprofundamentos em investigações posteriores. Embora não tenha sido o foco desta dissertação, a interação entre famílias e partidos políticos parece central para formação de outros laços entre famílias políticas. Com isso, é possível que a conexão entre esses grupos seja ampliada e o diálogo e as colaborações entre eles sejam conhecidos e fundamentados.

⁴⁷ Assim como a dinâmica partidária, explorar a formação de laços com meios de comunicação e entre as próprias mídias pode trazer mais conexões. ACM foi ministro das Comunicações, a sua influência nesse setor e no campo político baiano, especialmente com a formação do carlismo, pode qualificar a rede.

resultado, percebe-se que a posse de rádios, jornais e emissoras de televisão pode permitir delegar a gestão ou a visibilidade desses espaços para acúmulo de capitais econômicos e sociais, por exemplo, e esses capitais, quando associados ao familiar – o inicial, que concedeu acesso ao ambiente midiático – facilitam a entrada no campo político.

Os estudos de Grill (2004; 2007; 2012) apontam para a necessidade de olhar com atenção a dinâmica partidária e a junção de grupos políticos familiares que são proprietários de meios de comunicação. Embora este estudo tenha sido exploratório, há o reconhecimento de que a inclusão de partidos e mídia alteraria o desenho de pesquisa e poderia suscitar mais análises e interpretações abrangentes da realidade encontrada. Além disso, pensando em contribuições epistemológicas, as legendas partidárias, atreladas à proeminência da variável família, permitem dar mais enfoque a como esse debate possui espaço no campo de investigação de estruturas formais (instituições) e informais (famílias) da Ciência Política. Ao mesmo tempo, a intersecção com os estudos sobre mídia – aos quais me associo, fundamentalmente pela produção monográfica anterior (BORGES, 2018), podem reforçar a contemporaneidade do estudo, levando em consideração a que “a complexidade midiática acaba por reforçar o implemento de construção familiar da vocação política” (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017, p. 187).

Assim é também para empresas. Embora não tenha sido o foco deste estudo, entendo a centralidade do capital econômico quando atrelado ao capital familiar para o sucesso político. É o que aponta Monteiro (2017, p. 255), ao sinalizar que a herança de patrimônio garante acesso facilitado aos postos de representação política. Na Bahia, por exemplo, temos famílias que se empregariam regionalmente de acordo com as economias locais, é o caso de João Gualberto, dono de um grupo do setor supermercadista e sobrinho dos donos fundadores das famosas redes Paes Mendonça e Bompreço.

No total, são 1295 laços entre indivíduos e instituições e 184 vértices de instituições aparecem na rede global de compartilhamento de capital político-familiar. Desses nós, 59% são prefeituras, um número expressivo quando se leva em consideração que o recorte desta pesquisa partiu de 27 municípios. Como esperado, alcançamos, por meio dos laços entre indivíduos, mais localidades. O uso dos Territórios de Identidade da Bahia foi alocado com esse objetivo, partir de pontos estratégicos para identificar a capilaridade geográfica do fenômeno no estado da

Bahia. Por outro lado, como a tabela 7 mostra, essa capilaridade resultou em uma distância geodésica média alta, de 3,73.

Tabela 7 – Métricas da rede de compartilhamento de capital político-familiar com famílias políticas e instituições.

Métricas	Número
Distância Geodésica Média	3,73
Máximo de nós em um grupo de vértices conectado	917
Máximo de laços em um grupo de vértices conectado	2096
Densidade	0,005
Modularidade	0,04

Fonte: Elaboração própria.

Quando se compara com o mesmo coeficiente na rede global com todos os indivíduos, temos que a presença das instituições na rede ampliou significativamente as possibilidades de conexões, o que a torna mais densa – em relação à rede sem instituições – mas não mais próxima. O que pode ser visto desde as métricas de máximo de nós e laços em um grupo de vértices conectado e confirmado pela modularidade, também menor, saindo de um total de 151 sub-grupos, na rede sem instituições, para apenas 6. O maior cluster, por conseguinte, conecta grande parte dos indivíduos, 917 no total, tornando mais complexo tratar sobre ele, e a sua existência está fundamentada na centralidade das instituições ALBA, Câmara dos Deputados e governo da Bahia, que juntas correspondem a mais de 37% dos laços com indivíduos. Nesse caso, voltar o olhar para os *outsiders*⁴⁸ suscita boas interpretações.

⁴⁸ Na sociologia, a definição de Becker (2008), classifica como *outsiders* aqueles indivíduos que operam sua trajetória de uma maneira não convencional na comunidade em que estão inseridos. Para entender os *outsiders* em rede não é necessário ir além dessa definição. Aqueles nós que não aparecem conectados com as mesmas vértices da grande parte dos nós – a comunidade –, figuram, portanto, um comportamento diferente do usual na rede e, por isso, aparecem visualmente mais afastados do centro.

biográfico das famílias e dos atores encontrados, dentro do recorte. Para tanto, recorri aos *clusters* formados na rede com todos os indivíduos e selecionei 10% deles - 17 grupos -, aleatoriamente, para evitar um viés relacionado à quantidade de nós ou laços de um grupo. O grupo G1, mostrado na tabela 8, a seguir, é a família Magalhães e único a não ser selecionado aleatoriamente.

A tabela 7 traz os grupos selecionados aleatoriamente pelo período de sua atividade política e uma média de anos de atuação do conjunto. Os anos dos registros de atividade política mais antigo e mais recente foram levantados a partir das informações biográficas de todos os integrantes da respectiva família política. Aqui, não levo a geração dos indivíduos em consideração, mas sim a data de uma primeira, ou última, ocupação de cargo eletivo ou em função pública delegada. Embora os eleitos tenham sido coletados até 2022, em uma verificação foi possível concluir que todos os 18 selecionados permaneciam em cargos dessas naturezas ainda em 2023.

A partir da observação de todos o conjunto de famílias políticas baianas investigadas, é possível identificar relações com familiares senadores do Império, intendentes municipais, senhores de engenho, e uma série de designações militares para comandantes e tropas. Esses são retratos de várias estruturas sociais do Brasil, mas que confirmam a permanência da estrutura familiar brasileira e confirma a constante reinvenção das elites. Não é como se elas precisassem se ajustar para permanecer no poder, ao contrário, elas adequam as estruturas sociais para que elas compreendam as reconfigurações e dimensões do seu poder e exercício dele.

Tabela 8 – Grupos familiares por seus respectivos períodos de atividade política, total e média de anos em atividade.

Atividade política			
Grupo	Ano do registro mais antigo	Ano do registro mais recente	Total de anos
G1	1933	2023	90
G2	1905	2023	118
G3	1959	2023	64
G4	1989	2023	34
G5	1918	2023	105
G6	1908	2023	115
G7	1985	2023	38
G8	1995	2023	28
G9	1973	2023	50
G10	1975	2023	48
G11	1961	2023	62
G12	1956	2023	67
G13	1960	2023	63
G14	1870	2023	153
G15	1999	2023	24
G16	1993	2023	30
G17	1962	2023	61
G18	2000	2023	23
Média de anos em atividade política			65,2

Fonte: Elaboração própria.

A média de anos em atuação política das famílias baianas selecionadas foi de pouco mais de 65 anos. Esse é um resultado que se assemelha às projeções que vem sendo levantadas pelos estudos contemporâneos de Goulart (2015); Grill (2003); Monteiro (2017) e Oliveira (2012), por exemplo. Ao fim e ao cabo, a permanência no poder por famílias políticas, uma vez que ocupam esse espaço, é um consenso entre as pesquisadoras e os pesquisadores que dão centralidade à variável família. A partir de variadas estruturas metodológicas, os estudos se aproximam dessa afirmação e, não menos importante, ao mesmo tempo, apresentam diferentes formas pelas quais os grupos familiares de reinventam e mantêm controle sobre a sociedade, seja na política ou em outros campos.

A adoção de práticas de nepotismo pela elite política brasileira é uma forma de permanecer no controle do sistema político e, para a análise política, permite

compreender como o exercício de poder tradicional opera e pode impactar as instituições, sejam elas do Judiciário, Executivo ou Legislativo. Ao longo dos anos, as inúmeras transformações ocorridas na sociedade brasileira foram insuficientes para romper os laços familiares no campo político. A formação de clãs é uma realidade. Quando a ciência política contemporânea negligencia a variável 'família' para análise da política, ela deixa de apreender esse fenômeno que, conforme apresentei teoricamente e agora reúno os dados empíricos para a Bahia, é recorrente na política nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, busquei dar centralidade à variável *família* na interpretação da política brasileira. Inserida em um contexto subnacional, a investigação que desenvolvi tratou de demonstrar a importância do capital político-familiar para uma compreensão das estruturas de poder político e econômico que se constituíram historicamente e que seguem se firmando com a reprodução de práticas de favorecimento familiar na esfera pública. Ao fim e ao cabo, esse estudo se une a uma série de outras pesquisas que desejam se contrapor a uma hegemonia de abordagens que negligencia categorias como “parentesco”, “famílias políticas” e “herança familiar”. Esse foi o primeiro exercício ao construir o desenho de pesquisa empreendido aqui.

Depois disso, atrelado à necessidade de não só mostrar a importância da variável família, mas também dialogar com essa parte do campo científico que, por vezes, opera sob lógicas matemáticas e mais afinadas com uma epistemologia quantitativista, optei por adotar uma abordagem metodológica inovadora para os trabalhos sobre parentesco e genealogias. A técnica de Análise de Redes Sociais (ARS) foi incorporada com a finalidade de ilustrar visualmente e matematicamente – sem qualquer valorização de superioridade – a presença do capital político-familiar no fazer político. Junto com isso, houve um rigor estabelecido para fazer com que o marco teórico, centrado na sociologia relacional de Pierre Bourdieu, estivesse atrelado ao exercício prático da investigação.

Diante dessas orientações gerais, o trabalho detalhou a agenda de pesquisa brasileira que versa sobre a relação entre família e política, destacando as diferentes perspectivas que guiaram as investigações. Por meio desse retrospecto, foi possível problematizar e avaliar as formas de abordagem e construção do conhecimento científico sobre o tema. A ideia é que esse estudo seja útil para a comunidade entender os caminhos construídos ao longo dos anos em torno da escolha de se investigar famílias políticas. Além disso, que seja capaz de jogar luz sob como o capital familiar pode relacionar a política local, isto é, criar elos entre quadros políticos; dizer sobre o funcionamento dos partidos políticos, a ocupação de postos de decisão, eletivos ou não; e a formação de grupos de poder local.

Essas contribuições se somam à apresentação de um desenho de pesquisa ambicioso e refinado. Embora a reunião de 27 localidades no estado da Bahia e 18

anos de recorte temporal tenha sido um desafio operacional, ela enriqueceu a perspectiva relacional desejada. Com a ARS, da forma como apresentei, o foco da investigação deixa de ser o indivíduo e passa para a relação entre eles, trazendo para esse trabalho o pensamento sobre família a partir da lógica de construção de redes, na expectativa de que possa contribuir para a difusão de investigações que trabalhem sob a mesma ótica e aprofundem e qualifiquem, ainda mais, a capacidade dessa técnica em explicar e exibir em grafos as relações familiares. Sem dúvida, a construção de redes é capaz de mostrar uma série de relações cotidianas que podem passar despercebidas com outras abordagens.

Aqui, ainda trouxe um caso local para personificar a análise relacional. O trabalho destacou o protagonismo de um clã fundamental para se entender a política na Bahia, o da família Magalhães. Esse movimento foi positivo e traz contribuições importantes para o estudo da política local, reunindo informações sobre o patriarca ACM, mas também sobre todo o contexto histórico baiano e nacional que permitiu a reconfiguração das elites políticas, o surgimento desse clã e a hegemonia de um grupo afinado. O carlismo pode ser operado aqui de uma maneira diversa daquela que é comumente trazida na literatura sobre política baiana e problematizado diante das últimas considerações sobre a sua predominância.

De volta à técnica de ARS, como ela não se aplica às análises posicionais de atores, deve ser usada para conexões entre diferentes atores e grupos, como foi o caso da relação com as instituições. Uma das hipóteses testadas figura nesse eixo: *as famílias políticas se conectam a diferentes instituições nos três poderes da República*. Nesse sentido, constatou-se a presença de ramificações do capital político-familiar em tribunais de justiça, assembleias legislativas, câmaras municipais e prefeituras. Também foi possível identificar forte presença de ligações com partidos políticos e empresas de mídia. Os principais laços são com a própria carreira eleitoral, mas outros espaços da política, que não são eleitorais também são importantes, nada desprezíveis. Uma segunda hipótese testada, de que *integrantes de famílias políticas permanecem no poder, ocupando cargos na esfera pública, uma vez que ocupam esse espaço*, mostrou uma média de 65 anos de permanência com vinculações ao Estado por esses grupos. Este é um dado que dialoga com uma série de outras investigações que dão centralidade à variável *família* e mostram o poder da prática político-familiar na alternância de poder e representação política.

Para além dos objetivos estritos e listados no início desse trabalho, compreendo que foi possível levantar uma série de contribuições analíticas capazes de fomentar o debate em torno do conceito de capital político-familiar, bem como destacar a sua conexão com outras variáveis, especialmente partidos políticos e mídia – mesmo que de forma limitada aqui e totalmente aberta a aprofundamentos posteriores. As métricas de rede mostram a formação de clãs familiares diversos e presentes em todos os municípios investigados e se estendendo a outros. A maioria dos clãs é composto pelo laço entre dois indivíduos, o que demonstra uma capilaridade do fenômeno no estado, e há, de fato, uma consolidação dos Magalhães. A relação dos vínculos parentais encontrados, bem como a posição dos indivíduos nos gráficos de rede contribuem para ampliar o entendimento sobre a constituição das estruturas de poder no estado da Bahia. Os dados servem aos/às investigadores/as acadêmicos/as mais interessados/as, mas também para operadores de política que desejam mapear seus aliados e adversários. Esses são alguns caminhos que se abrem para a agenda de pesquisa a partir daqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. Editora Hucitec, São Paulo, 1998.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo, Democracia e Governo no Brasil: **Idéias, Hipóteses e Evidências**. São Paulo: BIB, p. 13-28, 2001.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais**. 1. ed. Curitiba: Máquina de Escrever, 2015.

AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Progresso: Salvador, 1958.

AMARAL, Deivison. O mutualismo e a organização dos trabalhadores no Brasil. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 16 mar. 2017. Disponível em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/resenhas/2017/03/16/o-mutualismo-e-organizacao-dos-trabalhadores-no-brasil>>. Acesso em 8 de outubro de 2022.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. Duas faces do poder. **Revista de Sociologia Política**, vol. 19, nº 40, 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300011>>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

BARNES, John Arundel. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I**. 1ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BORGES, Aryell Calmon Gonzaga. **Da redação ao gabinete: o caminho e a utilização da informação midiática pelos líderes partidários na Câmara dos Deputados**. 2018. 86 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, pp. 46-81. 1983.

_____. **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa – 11ª ed. - Campinas, SP: Papirus, 2011b.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. ver. 4. reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**, Brasília, Dossiê "Dominação e Contrapoder", n. 5, p. 193-216, Jul, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Falar de ACM**. Salvador: [s.n.], 2001.

BURT, Ronald Stuart. Network Items and the General Social Survey. **Social Networks**, v. 6, n. 4, p. 293-339, 1984.

_____. **Structural holes**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

CAMARGO, Aspásia. A Federação Acorrentada: Nacionalismo Desenvolvimentista e Instabilidade Democrática. In: **XVI Encontro Anual da ANPOCS**, 20-23 de outubro, Caxambu/MG, 1992.

CANDIDO, Antonio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. L.; MARCHANT, A. (orgs). Brazil: portrait of half a continent. **The Dryden Press**, New York, p. 291-312, 1951.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Metáforas do Parentesco e a duração em Política. **Revista Textos de História**, v. 3, n. 1, p. 82-103, 1995.

_____. As metáforas da família na transmissão de poder político: questões de método". **Cadernos CEDES**, v. 18, n. 42, pp. 29-52, 1997.

_____. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: CANÊDO, L. B. (org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade. pp. 19-42, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes>>. Acesso em: 8 out. 2022.

_____. Francisco Peixoto de Magalhães Neto. In: _____. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-peixoto-de-magalhaes-neto>>. Acesso em: 8 out. 2022.

CERVI, Emerson Urizzi. Análise de elites em perspectiva relacional: a operacionalização da Análise de Redes Sociais (ARS). In: PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano. (orgs.) **Como estudar elites.** Editora UFPR: Curitiba, 2015.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano. (orgs.) **Como estudar elites.** Editora UFPR: Curitiba, 2015.

COSTA, João Henrique. Entre a estrutura e a ação, melhor a relação: para pensar a análise de redes sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10. n. 117, p. 123-131, 2011.

DAHL, Robert Alan. A Critique of the Ruling Elite Model. **The American Political Science Review**, 52(2), 463–469, 1958. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/1952327>>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974).** 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

_____. “Surf” nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 213-255, jul./dez. 2003.

DI FELICE, Massimo. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. **Revista FAMECOS**, v. 19, n. 1, p. 27-45, 25 maio, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2012.1.11339>>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

DUARTE, José Carlos Silveira. Territórios de Identidade e Multiterritorialidade, paradigmas para a formulação de uma nova regionalização da Bahia. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, V., 2009, Salvador. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19536.pdf>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958.

FALLETI, Tulia. Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada. **Sociologias [online]**. 2006, n. 16 [Acessado 30 janeiro 2023], pp. 46-85. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200004>>.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FILHO, José Eliomar. Notas sobre o enigma baiano: uma análise historiográfica do livro de Pinto Aguiar sob a ótica econômica. **Encontro Estadual de História: História e Movimentos Sociais**, Santo Antônio de Jesus, 2018.

FLYVBJERG, Bent. Five misunderstandings about case study research, **Qualitative Inquiry** 12 (2), p. 219-245, 2006.

FONSECA, Ângelo Martins da. Em torno do conceito de região. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana: BA; n.21, p. (89-100), jul./dez.,1999. Disponível em: <http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/21/em_torno_do_conceito_de_regiao.pdf> Acesso em: 30 de janeiro de 2022.

FREEMAN, Linton. Clarke. Centrality in social networks: I. Conceptual clarification. **Social Networks**, v. 1, n. 2, p. 215-239, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. ver. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. Os Vice-Reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais**, v. 38 n. 2, pp. 73-87, set. 2007.

GERRING, J. What is a case study and what is it good for? **American Political Science Review** 98(2): 242-354, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Central Problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis**. Berkeley, University of California Press, 1979.

_____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Entre Famílias e Secretarias: análise do arranjo político administrativo da Paraná (1889-1930). In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). **Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra. pp. 247-300, 2015.

_____. As Mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. Porto Alegre, RM Editora. pp. 233-332, 2016.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, vol 1, p. 201-233, 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2776392>>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

GRILL, Igor Gastal. **Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

_____. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, v. 10, n. 2, pp. 159-197, 2004.

_____. 'Família', Direito e Política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier". **TOMO**, v. 10, pp. 85-111, 2007.

_____. Famílias, ascensão social e alinhamentos partidários no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 2, pp. 137-157, 2012.

HAAG, Carlos. O “H” da baianidade. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo. Ed. 131, jan. 2007. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/o-h-da-baianidade/>>. Acesso em 22 de julho de 2021.

HANNEMAN, Robert. & RIDDLE, Mark. 2005. **Introduction to social network methods**. Riverside, CA: University of California, Riverside, 2005. Disponível em: <<http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>>.

HAGOPIAN, Frances. **The Politics of Oligarchy: the persistence of traditional elites in contemporary Brazil**. Thesis (Ph.D.). Dept. of Political Science. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology-MIT, p. 427, 1986. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1721.1/35335>>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi et al. Redes de financiamento eleitoral nas eleições de 2008 no litoral do Paraná. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, Curitiba, v. 3, n. 1, pág. 103-131, conjunto. 2014.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20658>>. Acesso em: 8 out. 2022.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade [online]**, v. 13, n. 1, pp. 25-36, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004>>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LAFER, Betty Midlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIN, Nan. Building a network theory of social capital. In: **Connections**, Vol. 22(1). 1999a.

_____. Social networks and status attainment. In: **Annual Review of Sociology**, n.25. 1999b.

LIPPI, Maria Lúcia (coord.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Uma bibliografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1972.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. **Política é paixão**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1995.

MARQUES, Ana Cláudia. Política e questão de família. **Revista de Antropologia**, v. 45, n. 2, pp. 417-442, 2002.

_____. Notas sobre o valor e performance nas relações de parentesco no sertão de Pernambuco. **Revista USP**, v. 65, pp. 177-184, 2005.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**, v. 14, n. 41, pp. 45-67, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300004>>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província do Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MICHELS, Robert. **A Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, Set, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/00115258201557>>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

_____. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MILLS, Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

MIZRUCHI, Mark S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas [online]**. 2006, v. 46, n. 3, p. 72-86, ago., 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75902006000300013>>. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar**. São Paulo: LiberArs, 2017.

MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MOURA, Joana Tereza Vaz de & SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política [online]**, v. 16, n. suppl, pp. 43-54, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000300004>>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PARETO, Vilfredo. Tratado de sociologia geral. In: **J. A. Rodrigues (org.), Vilfredo Pareto: sociologia**, São Paulo, Ática, vol. 43 (col. Grandes Cientistas Sociais), 1984.

PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. **A primazia dos Clãs: a família na política nordestina**. Tese de doutorado em Ciência Política. Recife: Universidade Federal de Pernambuco UFPE, 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina; MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, n. 11, p. 165-198, Set-Dez, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.20336/rbs.225>>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A estrutura política no Brasil se confunde com genealogias e famílias. **Nexo Jornal**: 21 nov. 2021. Entrevista concedida a Isabela Cruz. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/11/21/%E2%80%98A-estrutura-pol%C3%ADtica-no-Brasil-se-confunde-com-genealogias-e-fam%C3%ADlias%E2%80%99>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. 1. ed. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. IN: OLIVEIRA, R. C. de; de O. Salles; J. P. Kunhavalik. **A Construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

_____. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. Dossiê Riqueza e Desigualdades, Porto Alegre, **Sociologias**, v. 18, p. 150-169, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200008>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.

_____. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Editora Insight, 2012.

_____, Direito judiciário e tradição familiar. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, p. 333-354, 2015.

OLIVIERI, Cecília. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. **Revista de Sociologia e Política [online]**, n. 29, pp. 147-168, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000200011>>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

REIS, Elisa M. Pereira. Elites Agrárias, *state-building* e autoritarismo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Vol.25, n.3, 1982.

REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no estado da Bahia: o fenômeno político do carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana**. Orientador: Henrique Carlos de Oliveira Castro. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais: Centro de Pesquisa e Pós-graduação Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/9159>>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

SANTOS, Luan. Poder de famílias no interior da Bahia será posto em xeque nas eleições. **Correio**, Salvador, 21 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/poder-de-familias-no-interior-da-bahia-sera-posto-em-xeque-nas-eleicoes/>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

SARDINHA, Edson. Congresso, um negócio de família. **Congresso em Foco**, ano 6, n. 26, pp. 36-46, 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/congresso-um-negocio-de-familia-seis-em-cada-dez-parlamentares-tem-parentes-na-politica/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHWANDT, Thomas e GATES, Emily. Case Study Methodology, em: Denzin, N. e Y. Lincoln (eds.), **The SAGE Handbook of Qualitative Research**, 5ª edição, cap. 14, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Mainwaring. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

SILVA, Carlos Roberto de Castro e. A amizade e a politização de redes sociais de suporte: reflexões com base em estudo de ONG/Aids na grande São Paulo. **Saúde e Sociedade [online]**, v. 18, n. 4, pp. 721-732, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400015>>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

SOUZA, Queila R. & QUANDT, Carlos O. Metodologia de Análise de Redes Sociais. In: F. Duarte; C. Quandt; Q. Souza. (Org.). **O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, p. 31-63, 2008.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 10ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

WILLEMS, Emilie. The Structure of the Brazilian Family. **Social Forces**, v. 31, n. 4, p. 339-345, 1953.,

APÊNDICES

Modelo de ficha prosopográfica

Perfil social	Nome
	Local e data de nascimento
	Filiação
	Escolaridade
	Instituições escolares
Atividades profissionais	Ocupações ao longo da vida registradas com data de entrada e saída
Carreira política/burocrática	Mandatos
	Funções e postos ocupados
	Partidos políticos
Conexões interpessoais	Laços de parentesco e seus respectivos cargos e funções em instituições públicas e/ou

Relação dos indivíduos investigados e seus cargos, por vezes em que aparece.

Nome	Cargo
adalberto rosa barreto	deputado estadual
adalberto rosa barreto	deputado federal
adalberto souza galvao	deputado federal
aderbal fulco caldas	deputado estadual
adolfo emanuel monteiro de menezes	prefeito
adolfo emanuel monteiro de menezes	deputado estadual
adolfo emanuel monteiro de menezes	deputado estadual
adolfo emanuel monteiro de menezes	deputado estadual
adolfo emanuel monteiro de menezes	deputado estadual
adolfo emanuel monteiro de menezes	deputado estadual
adolfo viana de castro neto	deputado estadual
adolfo viana de castro neto	deputado estadual
adolfo viana de castro neto	deputado federal
adolfo viana de castro neto	deputado federal
adriano cesar pessoa de alcantara	prefeito
adriano silva lima	prefeito
adriano silva lima	prefeito
adriano silva lima	prefeito
afonso bandeira florence	deputado federal
alan de castro dayube	deputado estadual
alan de castro dayube	deputado estadual
alan eduardo sanches dos santos	deputado estadual
alan eduardo sanches dos santos	deputado estadual
alan eduardo sanches dos santos	deputado estadual
alan eduardo sanches dos santos	deputado estadual
alberto fabio ferreira de santana	deputado estadual
aldemir moreira	prefeito
alden jose lazaro da silva	deputado estadual
alden jose lazaro da silva	deputado federal
alex de castro lima	deputado estadual
alex de castro lima	deputado estadual
alex lopes da silva	deputado estadual

alex lopes da silva	deputado estadual
alex lopes da silva	deputado estadual
alex marco santana sousa	deputado federal
alex marco santana sousa	deputado federal
alice mazzuco portugal	prefeito
alice mazzuco portugal	deputado federal
aloisio miguel rebonato	prefeito
amario dos santos santana	prefeito
amario dos santos santana	prefeito
amauri santos teixeira	deputado federal
amelio costa junior	prefeito
ana verena almeida rios colonnezi	prefeito
anderson machado de jesus	deputado federal
andre rogerio de araujo andrade	prefeito
andre rogerio de araujo andrade	prefeito
andre rogerio de araujo andrade	deputado estadual
andre rogerio de araujo andrade	deputado estadual
andre rogerio de araujo andrade	deputado estadual
andre rogerio de araujo andrade	deputado estadual
andre rogerio de araujo andrade filho	deputado estadual
angela maria correa de sousa	deputado estadual
angela maria correa de sousa	deputado estadual
angela maria correa de sousa	deputado estadual
angelo mario cerqueira de almeida	deputado estadual
angelo mario cerqueira de almeida	deputado estadual
angelo mario coronel de azevedo martins	deputado estadual
angelo mario coronel de azevedo martins	deputado estadual
angelo mario coronel de azevedo martins	deputado estadual
angelo mario coronel de azevedo martins	senador
angelo mario coronel de azevedo martins ii	deputado estadual
anibal ramos aragao	prefeito
anilton bastos pereira	prefeito
anilton bastos pereira	prefeito

antonia magalhaes da cruz	deputado federal
antonia pedrosa pina	deputado estadual
antonio carlos magalhães	senador
antonio carlos magalhães júnior	senador
antonio carlos magalhaes neto	prefeito
antonio carlos magalhaes neto	prefeito
antonio carlos nascimento junior	deputado estadual
antonio carlos peixoto de magalhaes neto	deputado federal
antonio carlos peixoto de magalhaes neto	deputado federal
antonio de andrade santos	prefeito
antonio diomario gomes de sa	prefeito
antonio diomario gomes de sa	prefeito
antonio elson marques da silva	prefeito
antonio elson marques da silva	prefeito
antonio ferreira da silva	deputado estadual
antonio henrique de souza moreira junior	deputado estadual
antonio henrique de souza moreira junior	deputado estadual
antonio henrique de souza moreira junior	deputado estadual
antonio henrique de souza moreira	prefeito
antonio henrique de souza moreira	prefeito
antonio henrique de souza moreira	prefeito
antonio jose da cruz junior magalhaes	deputado estadual
antonio jose imbassahy da silva	deputado federal
antonio jose imbassahy da silva	deputado federal
antonio josevaldo silva lima	prefeito
antonio lazaro silva	deputado federal
antonio luiz paranhos ribeiro leite de brito	deputado federal
antonio luiz paranhos ribeiro leite de brito	deputado federal
antonio luiz paranhos ribeiro leite de brito	deputado federal
antonio luiz paranhos ribeiro leite de brito	deputado federal
antonio mangabeira franca	prefeito
antonio ricardo leal rodrigues	prefeito
antonio tadeu nascimento fernandes	deputado estadual
apparecido rodrigues staut	prefeito
apparecido rodrigues staut	prefeito
arthur de oliveira maia da silva	deputado estadual
arthur de oliveira maia da silva	deputado federal
arthur de oliveira maia da silva	deputado federal
arthur de oliveira maia da silva	deputado federal
arthur de oliveira maia da silva	deputado federal
augusto narciso castro	prefeito

augusto narciso castro	deputado estadual
augusto narciso castro	deputado estadual
benito da gama santos	deputado federal
bruno soares reis	prefeito
bruno soares reis	deputado estadual
bruno soares reis	deputado estadual
carlos alberto lopes brasileiro	deputado estadual
carlos felipe vazquez de souza leao	deputado estadual
carlos felipe vazquez de souza leao	deputado federal
carlos felipe vazquez de souza leao	deputado federal
carlos geilson dos santos silva	deputado estadual
carlos geilson dos santos silva	deputado estadual
carlos ricardo gaban	deputado estadual
carlos robson rodrigues da silva	deputado estadual
carlos robson rodrigues da silva	deputado estadual
carlos robson rodrigues da silva	deputado estadual
carlos tito marques cordeiro	prefeito
carlos tito marques cordeiro	deputado federal
carlos ubaldino de santana	deputado estadual
carlos ubaldino de santana	deputado estadual
carlos ubaldino de santana	deputado estadual
cesar augusto rabello borges	prefeito
césar borges	senador
charles fernandes silveira santana	prefeito
charles fernandes silveira santana	deputado federal
claudevane moreira leite	prefeito
claudia silva santos oliveira	prefeito
claudia silva santos oliveira	prefeito
claudia silva santos oliveira	deputado estadual
claudia silva santos oliveira	deputado estadual
claudinor ferreira da silva filho	prefeito
claudinor ferreira da silva filho	prefeito
claudio cajado sampaio	deputado federal
claudio marcio santos queiroz	prefeito
clovis ferraz meira	deputado estadual
colbert martins da silva filho	prefeito
colbert martins da silva filho	prefeito

colbert martins da silva filho	prefeito
colbert martins da silva filho	deputado federal
coriolano souza sales	prefeito
crisostomo antonio lima	deputado estadual
crisostomo antonio lima	deputado estadual
crissostomo antonio lima	deputado estadual
cristiano caires pinto	prefeito
dalva marces barreto	prefeito
dalvio pina leite	prefeito
dalvio pina leite	prefeito
daniel gomes de almeida	deputado federal
daniel gomes de almeida	deputado federal
daniel gomes de almeida	deputado federal
daniel gomes de almeida	deputado federal
daniel gomes de almeida	deputado federal
daniel gomes de almeida	deputado federal
david silva rios	deputado estadual
david silva rios	deputado estadual
dayane jamille carneiro dos santos pimentel	deputado federal
delsuc moscoso de oliveira neto	prefeito
denice santiago santos do rosario	prefeito
denivaldo muniz lopes junior	deputado estadual
denivaldo muniz lopes junior	deputado estadual
deraldo de jesus damasceno	deputado estadual
diego castro barbosa	deputado estadual
diego henrique silva cerqueira martins	deputado estadual
diego henrique silva cerqueira martins	deputado federal
edicley souza barreto	deputado estadual
edione oliveira agostine	prefeito
edivan fernandes de almeida	deputado estadual
edivan fernandes de almeida	deputado estadual
edmundo pereira	governador
edson goncalves duarte	deputado federal
edson sampaio pimenta	deputado estadual
edson sampaio pimenta	deputado federal
eduardo seixas de salles	deputado estadual
eduardo seixas de salles	deputado estadual
eduardo seixas de salles	deputado estadual
edvonilson silva santos	prefeito
eliedson ferreira da silva	deputado estadual
elionaldo de faro teles	prefeito

elmar jose vieira nascimento	deputado estadual
elmar jose vieira nascimento	deputado estadual
elmar jose vieira nascimento	deputado federal
elmar jose vieira nascimento	deputado federal
elmar jose vieira nascimento	deputado federal
elmo aluizio vieira nascimento	prefeito
elmo aluizio vieira nascimento	prefeito
elmo vaz bastos de matos	prefeito
elmo vaz bastos de matos	prefeito
emerio vital pinto reseda	deputado estadual
emerson penalva lopes dos santos	deputado estadual
enio pereira guedes	prefeito
erivelton lima santana	deputado federal
erivelton lima santana	deputado federal
eronildes vasconcelos carvalho	deputado federal
euclides nunes fernandes	prefeito
euclides nunes fernandes	deputado estadual
eures ribeiro pereira	prefeito
eures ribeiro pereira	prefeito
eures ribeiro pereira	prefeito
eures ribeiro pereira	deputado estadual
eures ribeiro pereira	deputado estadual
euvaldo de almeida rosa	prefeito
euvaldo de almeida rosa	prefeito
fabio brasileiro pires da rocha	prefeito
fabio loureiro souto	deputado estadual
fabio loureiro souto	deputado federal
fabio loureiro souto	deputado federal
fabio miranda de oliveira	prefeito
fabio miranda de oliveira	prefeito
fabio nunes dias	prefeito
fabiola mansur de carvalho	deputado estadual
fabiola mansur de carvalho	deputado estadual
fabricio dias nunes da silva	deputado estadual
felipe gabriel duarte	deputado estadual
felix de almeida mendonca	deputado federal
felix de almeida mendonca junior	deputado federal

felix de almeida mendonca junior	deputado federal
felix de almeida mendonca junior	deputado federal
felix de almeida mendonca junior	deputado federal
fernando costa vieira	prefeito
fernando dantas torres	deputado estadual
fernando dantas torres	deputado federal
fernando gomes oliveira	prefeito
fernando gomes oliveira	prefeito
francisco de sales do nascimento	prefeito
francisco de sales do nascimento	prefeito
francisco javier ulpiano alfaya rodriguez	deputado estadual
gabriel jose moura nunes soares	deputado federal
geddel quadros vieira lima	deputado federal
genival deolino souza	prefeito
geraldo júnior	governador
geraldo simoes de oliveira	prefeito
geraldo simoes de oliveira	deputado federal
geraldo simoes de oliveira	deputado federal
getulio ubiratan costa dos santos	deputado estadual
gilberto cunha santana filho	deputado estadual
gilberto martins brito	deputado estadual
gilberto pereira abade	prefeito
gilberto pereira abade	prefeito
gildasio penedo cavalcanti de albuquerque filho	deputado estadual
gildasio penedo cavalcanti de albuquerque filho	deputado estadual
giuliano de andrade martinelli	prefeito
giuliano de andrade martinelli	prefeito
givaldo da silva lopes	deputado estadual
guilherme menezes de andrade	prefeito
guilherme menezes de andrade	prefeito
guilherme menezes de andrade	deputado federal
hassan andrade iossef	deputado estadual
heraldo eduardo rocha	deputado estadual
herbert de souza barbosa	deputado estadual
herzem gusmao pereira	prefeito
hildecio antonio meireles filho	deputado estadual

hilton barros coelho	deputado estadual
hilton barros coelho	deputado estadual
humberto soares leite	prefeito
iracy andrade de araujo	prefeito
iracy andrade de araujo	prefeito
isaac calvalcante de carvalho	prefeito
isaac calvalcante de carvalho	prefeito
ivana teixeira bastos	deputado estadual
ivo de assis rodrigues	deputado estadual
ivoneide souza caetano	deputado federal
jairo de Freitas baptista	prefeito
jairo silveira magalhaes	prefeito
jairo silveira magalhaes	prefeito
james meira de oliveira	prefeito
janio natal andrade borges	prefeito
janio natal andrade borges	prefeito
janio natal andrade borges	deputado estadual
janio natal andrade borges	deputado estadual
janio natal andrade borges	deputado federal
jaques wagner	governador
jaques wagner	governador
jaques wagner	senador
jean fabricio falcao	deputado estadual
jeronimo rodrigues	governador
joacy nunes dourado	prefeito
joao almeida dos santos	deputado federal
joao almeida mascarenhas filho	prefeito
joao almeida mascarenhas filho	prefeito
joao almeida mascarenhas filho	prefeito
joao barbosa de souza sobrinho	prefeito
joao barbosa de souza sobrinho	prefeito
joao barbosa de souza sobrinho	prefeito

joao bosco bittencourt	prefeito
joao bosco bittencourt	prefeito
joao carlos bacelar batista	deputado estadual
joao carlos bacelar batista	deputado estadual
joao carlos bacelar batista	deputado federal
joao carlos bacelar batista	deputado federal
joao carlos bacelar batista	deputado federal
joao carlos paolilo bacelar filho	deputado federal
joao carlos paolilo bacelar filho	deputado federal
joao carlos paolilo bacelar filho	deputado federal
joao carlos paolilo bacelar filho	deputado federal
joao carlos paolilo bacelar filho	deputado federal
joao durval carneiro	senador
joao evilasio vasconcelos bonfim	deputado estadual
joao evilasio vasconcelos bonfim	deputado estadual
joao felipe de souza leao	deputado federal
joao felipe de souza leao	deputado federal
joao felipe de souza leao	deputado federal
joao gualberto vasconcelos	deputado federal
joao henrique de barradas carneiro	prefeito
joao henrique de barradas carneiro	prefeito
joao inacio ribeiro roma neto	deputado federal
joão leão	governador
joao luiz correia argolo dos santos	deputado estadual
joao luiz correia argolo dos santos	deputado federal
joao paulo santos de santana	deputado estadual
joao ricardo nunes ferraz	prefeito
joao vitor de castro lino bonfim	deputado estadual
joao vitor de castro lino bonfim	deputado estadual
joao vitor de castro lino bonfim	deputado estadual
joaquim belarmino cardoso neto	prefeito
joaquim belarmino cardoso neto	prefeito
joelcio martins da silva	deputado estadual
jordavio alexandre espinola ramos	deputado estadual
jorge jose santos pereira solla	deputado federal
jorge jose santos pereira solla	deputado federal
jorge jose santos pereira solla	deputado federal
jorge khoury hedaye	deputado federal
josafa marinho de aguiar	deputado estadual
jose abilio silva de santana	deputado federal
jose alvaro fonseca gomes	deputado estadual

jose alvaro fonseca gomes	deputado estadual
jose alves rocha	deputado federal
jose amaral nascimento filho	prefeito
jose carlos aleluia costa	deputado federal
jose carlos aleluia costa	deputado federal
jose carlos cruz cerqueira moura	prefeito
jose carlos cruz cerqueira moura	prefeito
jose carlos cruz cerqueira moura	prefeito
jose carlos da silva	deputado estadual
jose carlos da silva	deputado estadual
jose carlos dourado das virgens	deputado estadual
jose carlos dourado das virges	prefeito
jose carlos dourado das virges	prefeito
jose carlos leao de araujo	deputado federal
jose carlos leao de araujo	deputado federal
jose carlos leao de araujo	deputado federal
jose cerqueira de santana neto	prefeito
jose cerqueira de santana neto	prefeito
jose cerqueira de santana neto	prefeito
jose cerqueira de santana neto	deputado estadual
jose cerqueira de santana neto	deputado estadual
jose cerqueira de santana neto	deputado estadual
jose cerqueira de santana neto	deputado federal
jose cerqueira de santana neto	deputado federal
jose da silva duarte	prefeito
jose de arimateia coriolano de paiva	deputado estadual
jose de arimateia coriolano de paiva	deputado estadual
jose de arimateia coriolano de paiva	deputado estadual
jose de arimateia coriolano de paiva	deputado estadual
jose eduardo mendonca de alencar	deputado estadual
jose eduardo mendonca de alencar	deputado estadual
jose eduardo vieira ribeiro	deputado federal
jose eduardo vieira ribeiro	deputado federal
jose joao pereira	prefeito
jose luciano santos ribeiro	deputado estadual
jose luiz maciel rocha	prefeito
jose luiz maciel rocha	prefeito

jose luiz maciel rocha	prefeito
jose marcelo do nascimento nilo	deputado estadual
jose marcelo do nascimento nilo	deputado estadual
jose marcelo do nascimento nilo	deputado estadual
jose marcelo do nascimento nilo	deputado federal
jose nilton azevedo leal	prefeito
jose nilton azevedo leal	prefeito
jose nilton azevedo leal	prefeito
jose nunes soares	deputado estadual
jose nunes soares	deputado federal
jose nunes soares	deputado federal
jose nunes soares	deputado federal
jose oliveira nogueira neto	prefeito
jose oliveira nogueira neto	prefeito
jose raimundo fontes	deputado estadual
jose ricardo rodrigues barbosa	deputado estadual
jose roberio batista de oliveira	deputado estadual
jose ronaldo de carvalho	prefeito
jose ronaldo de carvalho	prefeito
jose ronaldo de carvalho	prefeito
joseildo ribeiro ramos	prefeito
joseildo ribeiro ramos	prefeito
joseildo ribeiro ramos	deputado estadual
joseildo ribeiro ramos	deputado estadual
joseildo ribeiro ramos	deputado federal
joseph wallace faria bandeira	prefeito
joseph wallace faria bandeira	prefeito
joseval almeida damasceno	prefeito
josias gomes da silva	deputado federal
josias gomes da silva	deputado federal
josias gomes da silva	deputado federal
jucara feitosa de oliveira	prefeito
jucelia souza do nascimento	prefeito
jucelia souza do nascimento	prefeito
jucelia souza do nascimento	prefeito

jurailton de sousa santos	deputado estadual
jurailton de sousa santos	deputado estadual
jurandy cunha oliveira	deputado estadual
jurandy cunha oliveira	deputado estadual
jurandy cunha oliveira	deputado estadual
jusmari terezinha de souza oliveira	prefeito
jusmari terezinha de souza oliveira	deputado estadual
jusmari terezinha de souza oliveira	deputado federal
justiniano zilton rocha	deputado estadual
jutahy magalhaes junior	deputado federal
jutahy magalhaes junior	deputado federal
jutahy magalhaes junior	deputado federal
katia cristina cerqueira de oliveira	deputado estadual
katia cristina cerqueira oliveira	deputado estadual
katia maria cabral espinheira	prefeito
kelly adriana magalhaes	deputado estadual
kleber cristian escolano de almeida	deputado estadual
laerte leandro de araujo fernandes	deputado estadual
laerte leandro de araujo fernandes	deputado estadual
leandro silva de jesus	deputado estadual
leonardo matta pires moscoso	prefeito
leonardo silva prates	deputado estadual
leonardo silva prates	deputado federal
leur antonio de britto lomanto junior	deputado estadual
leur antonio de britto lomanto	prefeito
leur antonio de britto lomanto junior	deputado estadual
leur antonio de britto lomanto junior	deputado estadual
leur antonio de britto lomanto junior	deputado federal
leur antonio de britto lomanto junior	deputado federal
lidice da mata e souza	deputado federal
lidice da mata e souza	deputado federal
lidice da mata e souza	deputado federal
lidice da mata e souza	senador
luciano antonio pinheiro	prefeito
luciano antonio pinheiro	prefeito
luciano araujo de oliveira	deputado estadual
luciano pinheiro damasceno e santos	prefeito
luciano pinheiro damasceno e santos	prefeito
luciano pinheiro damasceno e santos	prefeito
luciano silva moura	prefeito
luciano simoes de castro barbosa	deputado estadual

luciano simoes de castro barbosa	deputado estadual
luciano simoes de castro barbosa filho	deputado estadual
luciano simoes de castro barbosa filho	deputado estadual
luciano simoes de castro barbosa filho	deputado estadual
lucio caires pinto	prefeito
lucio caires pinto	prefeito
lucio quadros vieira lima	deputado federal
lucio quadros vieira lima	deputado federal
ludmilla fonseca fiscina	deputado estadual
luiz agres de carvalho	prefeito
luiz alberto silva dos santos	deputado federal
luiz alberto silva dos santos	deputado federal
luiz antonio vasconcellos carreira	deputado federal
luiz augusto gordiano de Moraes	deputado estadual
luiz augusto gordiano de Moraes	deputado estadual
luiz augusto gordiano de Moraes	deputado estadual
luiz barbosa de deus	prefeito
luiz barbosa de deus	prefeito
luiz barbosa de deus	deputado estadual
luiz bezerra sobral	prefeito
luiz carlos bassuma	deputado federal
luiz carlos caetano	deputado federal
luiz carlos fernandes de souza	prefeito
luiz carlos santos martins	prefeito
luiz carlos souza amaral	prefeito
luiz fernando de fabinho araujo lima	deputado federal
luiz pimentel sobral	prefeito
luiz pimentel sobral	prefeito
luiz pimentel sobral	prefeito
luiz sergio suzarte almeida	prefeito
luiza costa maia	deputado estadual
luiza costa maia	deputado estadual
magnovaldo cunha barreto	prefeito
manoel isidorio de santana junior	deputado estadual
manoel isidorio de santana junior	deputado estadual
manoel isidorio de santana junior	deputado federal
manoel isidorio de santana junior	deputado federal
manuel azevedo rocha	deputado estadual
marcelino antonio martins galo	deputado estadual
marcelino antonio martins galo	deputado estadual
marcelino antonio martins galo	deputado estadual

marcell carvalho de Moraes	deputado estadual
marcelo antonio santos brandao	prefeito
marcelo antonio santos brandao	prefeito
marcelo antonio santos brandao	prefeito
marcelo dantas veiga	deputado estadual
marcelo dantas veiga	deputado estadual
marcelo de oliveira guimaraes filho	deputado federal
marcelo gusmao pontes belitardo	prefeito
marcio carlos marinho	deputado federal
marcio evangelista de oliveira	deputado estadual
marcio jandir da silva soares	prefeito
marco prisco caldas machado	deputado estadual
marco prisco caldas machado	deputado estadual
marcos aguiar viana	deputado estadual
marcos aguiar viana	deputado estadual
marcos aguiar viana	deputado estadual
marcos antonio medrado	deputado federal
marcos antonio medrado	deputado federal
marcos antonio novais	deputado estadual
marcus paulo alcantara bomfim	prefeito
marcus paulo alcantara bomfim	prefeito
maria das gracas pessoa pereira pimenta	deputado estadual
maria de fatima nunes do carmo	deputado estadual
maria de fatima nunes do carmo	deputado estadual
maria de fatima nunes do carmo	deputado estadual
maria de fatima nunes dos anjos	deputado estadual
maria de fatima nunes dos anjos	deputado estadual
maria de fatima nunes soares	prefeito
maria de fatima nunes soares	prefeito
maria de fatima nunes soares	prefeito
maria del carmem fidalgo sanchez puga	deputado estadual
maria del carmen fidalgo sanchez puga	deputado estadual
maria del carmen fidalgo sanchez puga	deputado estadual
maria del carmen fidalgo sanchez puga	deputado estadual
maria luiza dias laudano	deputado estadual
maria luiza dias laudano	deputado estadual
maria luiza orge barradas e carneiro	deputado estadual
maria luiza orge barradas e carneiro	deputado estadual

maria olivia santana	deputado estadual
maria olivia santana	deputado estadual
mario augusto de almeida neto	deputado estadual
mario cesar barreto azevedo	prefeito
mario silvio mendes negromonte	deputado federal
mario silvio mendes negromonte	deputado federal
mario silvio mendes negromonte junior	deputado estadual
mario silvio mendes negromonte junior	deputado federal
mario silvio mendes negromonte junior	deputado federal
mario silvio mendes negromonte junior	deputado federal
marizete lisboa fernandes pereira	deputado estadual
matheus de oliveira ferreira	deputado estadual
mauricio antonio santos brandao	prefeito
mauricio goncalves trindade	deputado federal
mauricio goncalves trindade	deputado federal
Michel Jose Hagge Filho	prefeito
Michel Jose Hagge Filho	prefeito
Mirela de Oliveira Macedo Silva	deputado estadual
Misael Aguilar Silva Junior	prefeito
Misael Aguilar Silva Junior	prefeito
Misael Aguilar Silva Neto	deputado estadual
Moema Isabel Passos Gramacho	deputado federal
Moizes Barboza da Costa	prefeito
Moizes Barboza da Costa	prefeito
Nelson Souza Leal	deputado estadual
Nelson Vicente Portela Pellegrino	prefeito
Nelson Vicente Portela Pellegrino	deputado federal
Nelson Vicente Portela Pellegrino	deputado federal
Nelson Vicente Portela Pellegrino	deputado federal
Nelson Vicente Portela Pellegrino	deputado federal
Neusa Cadore	deputado estadual
Nilo Augusto Moraes Coelho	prefeito
Nilo Augusto Moraes Coelho	prefeito
Nilo Augusto Moraes Coelho	prefeito

nilo augusto moraes coelho	prefeito
nilton silva bastos junior	deputado estadual
nilton silva bastos junior	deputado estadual
olaf guldmar dantas nunes	prefeito
orlando sulz de almeida neto	deputado federal
osni cardoso de araujo	prefeito
osni cardoso de araujo	prefeito
osni cardoso de araujo	prefeito
osni cardoso de araujo	deputado estadual
osni cardoso de araujo	deputado estadual
osvaldo cruz morais	prefeito
osvaldo cruz morais	prefeito
otto alencar	governador
otto alencar	governador
otto roberto mendonça alencar	senador
otto roberto mendonça alencar	senador
otto roberto mendonca de alencar filho	deputado federal
otto roberto mendonca de alencar filho	deputado federal
oziel alves de oliveira	deputado federal
pablo roberto goncalves da silva	deputado estadual
pablo rodrigo barrozo dos anjos vale	deputado estadual
patrick gilberto rodrigues lopes	deputado estadual
paulo barbosa de deus	prefeito
paulo cezar simoes silva	prefeito
paulo fernando rangel de lima	deputado estadual
paulo fernando rangel de lima	deputado estadual
paulo fernando rangel de lima	deputado estadual
paulo fernando rangel de lima	deputado estadual
paulo fernando rangel de lima	deputado estadual
paulo francisco de carvalho camera	deputado estadual
paulo francisco de carvalho camera	deputado estadual
paulo francisco de carvalho camera	deputado estadual
paulo roberto luz braga	prefeito
paulo sergio de sa bittencourt camara	deputado estadual
paulo sergio normanha carvalho	prefeito
paulo sergio paranhos de magalhaes	deputado federal
paulo sergio paranhos de magalhaes	deputado federal
paulo sergio paranhos de magalhaes	deputado federal

paulo sergio paranhos de magalhaes	deputado federal
paulo sergio pereira costa	prefeito
paulo sergio pereira costa	prefeito
paulo souto	senador
paulo veloso dantas azi	deputado estadual
paulo veloso dantas azi	deputado estadual
paulo veloso dantas azi	deputado federal
paulo veloso dantas azi	deputado federal
paulo veloso dantas azi	deputado federal
pedro paulo tavares batista de mello e silva	deputado estadual
pedro paulo tavares batista de mello e silva	deputado estadual
pedro paulo tavares batista de mello e silva	deputado estadual
pedro paulo tavares batista de mello e silva	deputado estadual
prudente jose de morais	prefeito
prudente jose de morais	prefeito
prudente jose de morais	prefeito
raimundo caires rocha	prefeito
raimundo caires rocha	prefeito
raimundo louzado andrade	prefeito
raimundo magalhaes costa	deputado federal
raimundo magalhaes costa	deputado federal
raimundo nonato tavares da silva	deputado estadual
raimundo nonato tavares da silva	deputado estadual
raimundo nonato tavares da silva	deputado estadual
raimundo ramos de andrade	deputado estadual
rajane carla solon freitas rocha	prefeito
ramiro jose campelo de queiroz	prefeito
raymundo veloso silva	deputado federal
reinaldo moura pinheiro	prefeito
reinaldo teixeira braga	deputado estadual
reinaldo teixeira braga	deputado estadual
reinaldo teixeira braga	deputado estadual
renato assis silva	prefeito
renato rodrigues leite junior	prefeito
renato rodrigues leite junior	prefeito
ricardo dos anjos mascarenhas	prefeito
ricardo dos anjos mascarenhas	prefeito
ricardo maia chaves de souza	deputado federal

ricardo silva moura	prefeito
ricardo silva moura	prefeito
roberta de araujo costa roma	deputado federal
roberto carlos almeida leal	deputado estadual
roberto carlos almeida leal	deputado estadual
roberto carlos almeida leal	deputado estadual
roberto carlos almeida leal	deputado estadual
roberto carlos almeida leal	deputado estadual
roberto de oliveira muniz	deputado estadual
roberto oliveira maia da silva	prefeito
roberto oliveira maia da silva	prefeito
roberto pereira de britto	deputado federal
roberto pereira de britto	deputado federal
roberto pereira de britto	deputado federal
robinson camargo ribeiro nunes	prefeito
robinson camargo ribeiro nunes	prefeito
robinson santos almeida	deputado estadual
robinson santos almeida	deputado estadual
rodrigo hagge costa	prefeito
rodrigo hagge costa	prefeito
rogeria de almeida pereira dos santos	deputado federal
ronaldo carletto	deputado estadual
ronaldo carletto	deputado federal
ronaldo carletto	deputado federal
ronaldo dos santos carletto	deputado estadual
rosangela lemos maia de abreu	prefeito
rosangela lemos maia de abreu	prefeito
rosangela maria monteiro de menezes	prefeito
rosangela maria monteiro de menezes	prefeito
rosemberg evangelista pinto	deputado estadual
ruí costa	governador
ruí costa	governador
ruí costa dos santos	deputado federal
ruí rei matos macedo	prefeito
samuel santana couto junior	deputado estadual

samuel santana couto junior	deputado estadual
sandra madali morais santana	prefeito
sandro de oliveira regis	deputado estadual
sandro de oliveira regis	deputado estadual
sandro de oliveira regis	deputado estadual
sandro de oliveira regis	deputado estadual
sandro de oliveira regis	deputado estadual
saulo pedrosa de almeida	prefeito
segio luis lacerda brito	deputado federal
sergio barradas carneiro	deputado federal
sergio luis lacerda brito	deputado federal
sergio luis lacerda brito	deputado federal
sergio luis lacerda brito	deputado federal
sergio luis lacerda brito	deputado federal
sergio luiz silva passos	deputado estadual
severiano alves de souza	deputado federal
sidelvan de almeida nobrega	deputado estadual
sidelvan de almeida nobrega	deputado estadual
soane galvao barbosa	deputado estadual
solon ribeiro dos santos	prefeito
sonia maria cesar fontes	prefeito
sonia maria correira rocha	prefeito
suzana alexandre de carvalho ramos	prefeito
talita santos de oliveira	deputado estadual
tania de freitas mota lomes	prefeito
tania diniz correia leite de britto	prefeito
tania diniz correia leite de britto	prefeito
tarcizio suzart pimenta junior	prefeito
tarcizio suzart pimenta junior	deputado estadual
targino machado pedreira filho	deputado estadual
targino machado pedreira filho	deputado estadual
temoteo alves brito	deputado estadual
temoteo alves de brito	prefeito
tiago brandao correia	deputado estadual
tiago brandao correia	deputado estadual
tiago manoel dias ferreira	prefeito
tom passos de araujo	deputado estadual

ubirajara da silva ramos coroa	deputado estadual
ubirajara da silva ramos coroa	deputado estadual
uldurico alencar pinto	prefeito
uldurico alencar pinto	deputado federal
uldurico alencar pinto	deputado federal
valdemiro alves de oliveira	prefeito
valdemiro alves de oliveira	prefeito
valdice castro vieira da silva	prefeito
valdice castro vieira da silva	prefeito
valmir carlos da assuncao	deputado estadual
valmir carlos da assuncao	deputado federal
valmir carlos da assuncao	deputado federal
valmir carlos da assuncao	deputado federal
valmir carlos da assuncao	deputado federal
virginia alice almeida hagge	deputado estadual
vitor viana paranhos de azevedo	deputado estadual
waldenor alves pereira filho	deputado estadual
waldenor alves pereira filho	deputado federal
waldenor alves pereira filho	deputado federal
waldenor alves pereira filho	deputado federal
waldenor alves pereira filho	deputado federal
wallison oliveira torres	deputado estadual
walter de freiras pinheiro	prefeito
walter de Freitas pinheiro	deputado federal
walter de Freitas pinheiro	senador
washington luiz deusdedith neves	prefeito
wellington passos de araujo	deputado estadual
wellington passos de araujo	deputado estadual
wilson pereira filho	prefeito
yulo oiticica pereira	deputado estadual
zenildo brandao santana	prefeito
zenildo brandao santana	deputado estadual